



Relatório de Contas
Caderno Institucional
e do Governo da Sociedade

Índice

Visão, Missão e Valores	2
Síntese de Indicadores	4
Principais Acontecimentos	6
Mensagem aos Accionistas	8
Órgãos Sociais	14
Governo da Sociedade	18
Declaração de Cumprimento	21
Divulgação da Informação	24
Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	46
Regras Societárias	48
Sistema de Gestão e Controlo de Riscos	50
Órgão de Administração	53
Recursos Humanos	58
Fundo de Pensões	63
Sistemas de Informação	65
Investigação e Desenvolvimento	69
Negócios do Grupo EDP	72
Marca	74
Cliente e Qualidade	78
Estrutura Organizacional	80
Enquadramento Macroeconómico	82
Síntese de Actividade	86
Balanço e Demonstração dos Resultados	137
Proposta de Aplicação dos Resultados	141
Perspectivas para 2005 e Plano de Negócios 2005 - 2007	142
Referências Finais	145
Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas	147

VISÃO

MISSÃO

VALORES

VISÃO

Ser o mais competitivo e eficiente produtor e fornecedor de serviços e soluções energéticas de electricidade e gás na Península Ibérica.

MISSÃO

A missão da EDP assenta em 3 pilares fundamentais:

- Garantir um retorno superior aos nossos accionistas para que continuem a investir na EDP.
- Garantir uma qualidade de serviço elevada superando as expectativas dos nossos clientes e assegurando a sua lealdade.
- Garantir aos colaboradores do Grupo EDP perspectivas de progresso e crescimento profissional que lhes permitam realizar-se como membros de uma equipa ganhadora.

VALORES

- Cliente - Considerar o cliente como a entidade central da actividade da EDP.
- Ambição - Ser a empresa mais competitiva do nosso sector assente numa base de excelência.
- Eficiência - Aportar valor aos nossos clientes, colaboradores e accionistas, trabalhando eficientemente, gerando e implementando soluções inovadoras e de qualidade.
- Transparência - Tornar a transparência, na nossa relação com clientes, colaboradores, accionistas e entidade reguladora, um valor embebido e integrado na cultura do Grupo.
- Rigor - Adoptar o rigor como regra geral de actuação e base de decisão. Aceitar o erro, desde que não deliberado, fraudulento, destrutivo ou recorrente, como processo de uma experiência de melhoria humana e profissional.
- Ambiente - Respeitar o ambiente desenvolvendo o Grupo com soluções sustentáveis e apoiar activamente as comunidades que servimos.
- Ética - Cumprir os mais altos padrões de ética em todas e cada uma das nossas acções.

Indicadores Económico - Financeiros

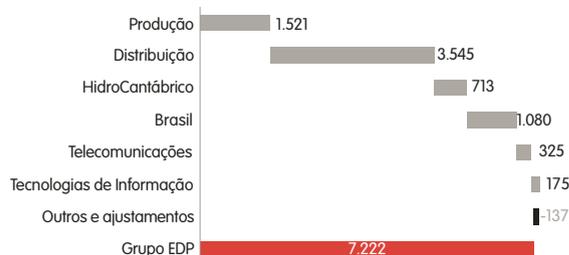
Milhares de euros	2004	2003	Var. %
Grupo EDP			
Volume de Negócios	7.221.690	6.977.520	3,5%
EBITDA	1.968.041	1.827.040	7,7%
EBIT	1.058.446	905.742	16,9%
Resultado Líquido	440.152	381.109	15,5%
"Cash-Flow" antes de Investimento ⁽¹⁾	1.429.368	1.302.407	9,7%
Investimento Operacional Líquido	1.247.405	1.008.238	23,7%
Investimento Financeiro	149.360	181.760	-17,8%
Activo Líquido	22.589.321	18.650.669	21,1%
Capitais Próprios	6.401.714	5.298.007	20,8%
Passivo Financeiro	8.598.844	7.492.709	14,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	7,8%	7,2%	0,6 p.p.
Rentabilidade do Activo	2,3%	2,0%	0,3 p.p.
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	134,3%	141,4%	-7,1 p.p.
Activo Líquido / Passivo	150,4%	142,2%	8,2 p.p.
Resultado por Acção (euros)	0,14	0,13	13,2%
"Payout Ratio"	76,4%	70,8%	5,6 p.p.
Capitalização Bolsista	8.154.079	6.270.000	30,0%
Produção de Electricidade – Portugal			
Volume de Negócios	1.520.732	1.342.097	13,3%
EBITDA	875.687	813.218	7,7%
EBIT	623.972	570.020	9,5%
Resultado Líquido	369.410	328.488	12,5%
Investimento Operacional	206.634	236.083	-12,5%
Eólicas – Portugal			
Volume de Negócios	20.145	10.701	88,3%
EBITDA	19.606	9.048	116,7%
EBIT	14.155	6.671	112,2%
Resultado Líquido	8.321	3.625	129,6%
Investimento Operacional	54.366	39.720	36,9%
Distribuição de Electricidade – Portugal			
Volume de Negócios	3.544.730	3.573.054	-0,8%
EBITDA	548.395	523.158	4,8%
EBIT	220.833	135.008	63,6%
Resultado Líquido	142.032	134.366	5,7%
Investimento Operacional	309.981	283.904	9,2%
Comercialização de Electricidade – Portugal⁽²⁾			
Volume de Negócios	327.256	133.818	144,6%
EBITDA	-1.441	26.106	-
EBIT	-6.334	22.537	-
Resultado Líquido	-6.804	15.164	-
Investimento Operacional	6.524	6.354	2,7%
Electricidade e Gás em Espanha (100%)			
Volume de Negócios	1.783.589	1.656.364	7,7%
EBITDA	375.824	358.514	4,8%
EBIT	205.143	205.562	-0,2%
Resultado Líquido	35.310	30.973	14,0%
Investimento Operacional	307.329	192.504	59,6%
Electricidade no Brasil			
Volume de Negócios	1.079.991	972.219	11,1%
EBITDA	278.308	186.720	49,1%
EBIT	179.158	117.300	52,7%
Resultado Líquido	48.116	-16.814	-
Investimento Operacional	289.088	140.275	106,1%
Telecomunicações Fixas			
Volume de Negócios	325.425	341.572	-4,7%
EBITDA	22.124	8.939	147,5%
EBIT	-45.904	-63.969	28,2%
Resultado Líquido	-155.567	-119.258	-30,4%
Investimento Operacional	33.498	46.182	-27,5%
Tecnologias de Informação			
Volume de Negócios	174.604	186.347	-6,3%
EBITDA	35.495	34.101	4,1%
EBIT	4.023	9.291	-56,7%
Resultado Líquido	-44.499	-6.174	-620,8%
Investimento Operacional	20.424	55.464	-63,2%

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional (líquido de participações).

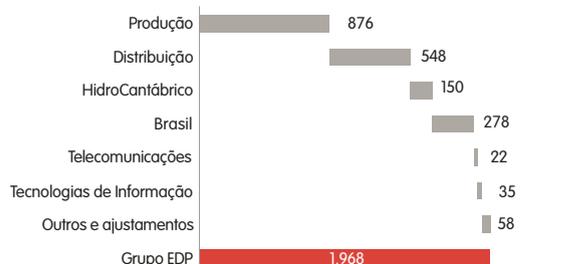
⁽¹⁾ Resultado Líquido + Amortizações + Provisões.

⁽²⁾ Inclui EDP Energia Ibérica em ambos os períodos.

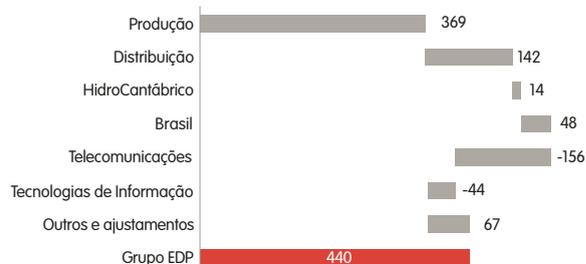
Volume de Negócios do Grupo EDP
(Milhões de euros)



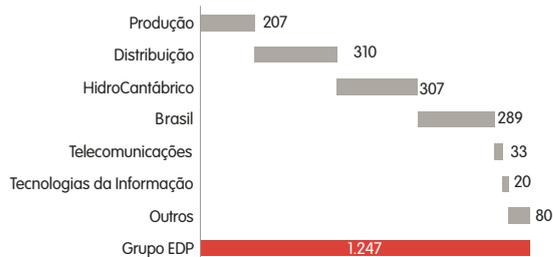
EBITDA do Grupo EDP
(Milhões de euros)



Resultado Líquido do Grupo EDP
(Milhões de euros)



Investimento Operacional Líquido do Grupo EDP
(Milhões de euros)



Indicadores Operacionais

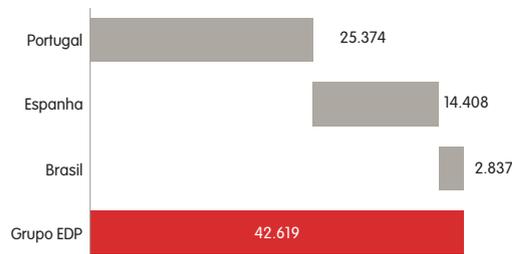
	2004	2003	Var. %
Número de Colaboradores	16.243	17.664	-8,0%
Portugal – Electricidade	7.416	8.398	-11,7%
Produção	1.792	1.988	-9,9%
Eólicas	15	12	25,0%
Distribuição	5.532	6.335	-12,7%
Comercialização	77	63	22,2%
HidroCantábrico	1.339	1.355	-1,2%
Electricidade	1.040	1.078	-3,5%
Gás	299	277	7,9%
Brasil – Electricidade	3.569	3.710	-3,8%
Telecomunicações	1.096	1.180	-7,1%
Tecnologias de Informação	1.416	1.625	-12,9%
EDP Valor	581	629	-7,6%
Outros	826	767	7,7%
Portugal – Electricidade			
Potência Máxima (MW) ⁽¹⁾	8.778	8.196	7,1%
Coeficiente de Hidraulicidade	0,81	1,33	-0,52
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	25.374	28.532	-11,1%
Distribuição	41.315	38.955	6,1%
Comercialização	4.381	2.724	60,8%
Número de Clientes			
SEP	5.818.504	5.766.368	0,9%
SENV	3.616	1.404	157,5%
Clientes SEP/Colaboradores na Distribuição	1.052	910	15,6%
Vendas Distribuição/Colaboradores na Distribuição (euros)	636	560	13,6%
Espanha			
Electricidade			
Potência Máxima (MW)	2.595	2.554	1,6%
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	14.408	14.155	1,8%
Distribuição	9.002	8.659	4,0%
Comercialização	4.616	4.527	2,0%
Número de Clientes			
Distribuição	574.560	561.208	2,4%
Comercialização	5.276	3.376	56,3%
Gás			
Vendas de Gás (GWh)			
Distribuição	22.059	21.652	1,9%
Comercialização	10.989	5.711	92,4%
Número de Clientes			
Distribuição	577.802	542.794	6,4%
Comercialização	1.484	474	213,1%
Brasil – Electricidade			
Potência Máxima (MW)	999	1.053	-5,1%
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	2.837	2.601	9,1%
Distribuição ⁽²⁾	22.395	21.425	4,5%
Comercialização	4.849	2.737	77,2%
Número de Clientes	2.998.020	2.902.208	3,3%
Telecomunicações			
Clientes Directos (milhares)	21,9	10,7	104,7%
Portugal	2,0	1,5	33,3%
Espanha	19,9	9,2	116,3%
Tráfego de Voz (milhões de minutos)	3.071	2.639	16,4%
Portugal	992	938	5,7%
Espanha	2.079	1.700	22,3%

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP. O número de colaboradores inclui órgãos sociais.

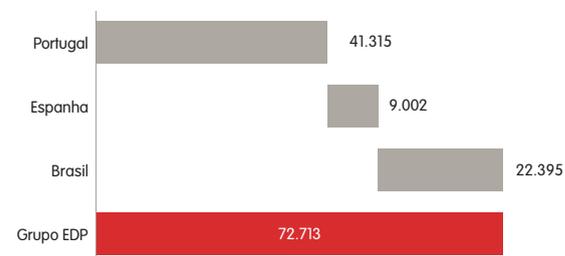
⁽¹⁾ Inclui Alqueva (50% em 2004), Turbogás (20%) e Tejo Energia (10%).

⁽²⁾ Inclui energia distribuída a clientes de acesso.

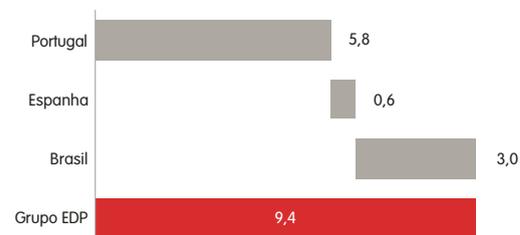
Electricidade Produzida - Grupo EDP
(GWh)



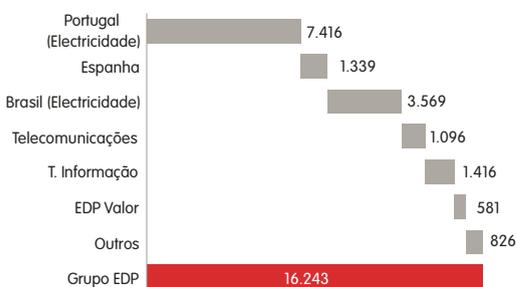
Electricidade Distribuída - Grupo EDP
(GWh)



Clientes de Electricidade - Grupo EDP
(Milhões de clientes)



Colaboradores do Grupo EDP



Emissões CO2

17 de Março – Proposta do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de dióxido carbono para o período compreendido entre 2005 e 2007 atribui ao sector eléctrico um montante de licenças de 21.482.202 toneladas de CO2 por ano, sendo, no entanto, omissa quanto à atribuição de licenças por instalação electroprodutora.

EDP reforça para 95,7% a posição accionista na HidroCantábrico

29 de Julho – A EDP conclui um conjunto de acordos com a EnBW, a CajAstur e a Cáser tendentes à aquisição de uma participação adicional de 56,2% no capital social da HidroCantábrico, cuja execução permite à EDP aumentar a sua posição accionista dos actuais 39,5% para 95,7% do capital daquela empresa. O preço global a pagar pela EDP no âmbito desta transacção é de 1,2 mil milhões de euros.

Março

Abril

Julho

Setembro

Aprovação de Dividendos do Exercício de 2003

2 de Abril – Aprovação em Assembleia Geral da EDP, realizada em 31 de Março de 2004, da distribuição de um dividendo bruto por acção de 9 cêntimos de euro relativo ao exercício de 2003.

Nomeação de Auditor Externo para o Triénio 2004-2006

16 de Setembro – A EDP, tendo definido orientações claras de reforço das políticas internas de “Corporate Governance” no que respeita à independência das relações profissionais com os auditores externos, celebra um contrato de prestação de serviços de auditoria externa com a KPMG Portugal.

Negociações para a venda de 60% da Edinfor

30 de Setembro – Início das negociações finais exclusivas com a LogicaCMG, conducentes à alienação de 60% do capital social da Edinfor, subsidiária para as tecnologias de informação, prosseguindo a estratégia de refocagem no negócio da energia.

HidroCantábrico vende Retecal

20 de Outubro – A HidroCantábrico celebra um acordo de compra e venda de acções com o Grupo Corporativo Ono no sentido de alienar a esta empresa a sua participação de 34,964% do capital social da Retecal.

Revisão tarifária na Bandeirante

22 de Outubro – A ANEEL, através de uma resolução homologatória publicada, decide rever o aumento médio de tarifas atribuído à Bandeirante, estabelecido anteriormente no âmbito do processo de revisão tarifária de 23 de Outubro de 2003, de 18,08% para 10,51%.

Alteração da denominação social da EDP

26 de Outubro – Alteração da denominação social da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. para EDP – Energias de Portugal, S.A.

Tarifas 2005

6 de Dezembro – ERSE divulga parâmetros, tarifas e preços para a energia eléctrica para 2005.

Comissão Europeia não aprova negócio do gás

9 de Dezembro - Comissão Europeia não aprova operação de aquisição do controlo conjunto da Gás de Portugal, SGPS, S.A. pela EDP e pela ENI, por considerar esta incompatível com o mercado comum.

Exercício das opções na Turbogás

13 de Dezembro - EDP comunica a intenção de exercer opção de compra sobre participações na Turbogás e Portugen

Apresentação estratégica em Londres

15 de Dezembro – EDP realiza apresentação em Londres, respeitante aos objectivos estratégicos para o triénio 2005-2007.

Reforço da posição na HidroCantábrico

16 de Dezembro – EDP conclui reforço de posição accionista para 95,7% do capital da HidroCantábrico.



Operação de aumento de capital da EDP de 1,2 mil milhões de euros totalmente subscrita

30 de Novembro – A oferta pública de subscrição do aumento de capital da EDP no valor de 1,2 mil milhões de euros, através da emissão de 656.537.715 novas acções, é totalmente subscrita pelo exercício de direitos e pelos pedidos suplementares de acções sobrantes.

EDP assina acordo para venda da Edinfor

7 de Janeiro – EDP celebra acordo de compra e venda com a LogicaCMG, tendo em vista a alienação de 60% do capital social da Edinfor.

EDP assina acordos de cessação dos CAE's

27 de Janeiro – EDP informa da assinatura dos acordos de cessação dos CAE's pelo Grupo EDP, através da CPPE, e pela REN. O montante global bruto das compensações é, nesta data, de 3.356.139 milhares de euros, ainda que esteja sujeito a revisão a realizar ao tempo da efectiva cessação antecipada dos CAE's.

CajAstur detém 5,75% do capital social da EDP

31 de Janeiro – CajAstur comunica que detém uma participação total no capital social da EDP de 210.251.158 acções, que correspondem a 5,75% do total.



Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem aos Accionistas,

O ano de 2004, de que agora prestamos contas, antevia-se de intenso trabalho para a EDP.

As expectativas confirmaram-no inteiramente.

E creio que a EDP se pode orgulhar de ter realizado esse trabalho em defesa dos interesses dos seus Accionistas, Clientes e Colaboradores e na preparação da empresa para o futuro.

O desafio da criação de valor em ambiente de mudança tem acrescida complexidade, desde logo devido ao intenso ritmo de adaptação exigido à empresa, aos seus dirigentes, à sua organização e aos seus colaboradores, mas sobretudo pela necessidade de se tomarem decisões em contexto de muito elevada incerteza.

Assim sucedeu com as actividades desenvolvidas em 2004, um pouco à semelhança, aliás, de outros grandes operadores dos sectores energéticos em todo o mundo.

Em particular, na EDP, a nossa agenda estratégica, já de si ambiciosa, convive e articula-se com importantes objectivos nacionais.

Uns de natureza interna, face ao carácter essencial dos serviços que prestamos, decisivos para a segurança, garantia, continuidade e melhoria do fornecimento de energia eléctrica ao País, participando no esforço de criação de riqueza, sustentabilidade e bem-estar.

Outros de âmbito mais vasto, atenta a inserção de Portugal em mercados e espaços económicos – de que são exemplos imediatos a Península Ibérica e a União Europeia – que envolvem parceiros internacionais com quem temos simultaneamente de cooperar e competir, num quadro de crescente concorrência e liberalização.

Foi neste contexto que a EDP anunciou, em 2003, a sua participação activa na reestruturação do sector energético decidida pelo Governo Português, encarando o desafio como uma oportunidade de criação de valor para Clientes e Accionistas.

E o nosso posicionamento foi amplamente considerado natural e positivo, quer face à necessidade de optimização de recursos e da sua gestão flexibilizada, quer face às experiências e práticas que se verificam na organização do sector energético em outros países e empresas.

Assim, tendo sido por nós arduamente desenvolvidas todas as diligências que nos competiam, foi com compreensível surpresa e desencanto que recebemos a notícia da decisão da Comissão Europeia em sentido desfavorável à EDP e à reorganização determinada para o sector da energia.

No entanto, para além da verificação cuidada dos direitos que nos assistem, iremos prosseguir, como até aqui, actividades que potenciem a oferta, aos nossos Clientes, de soluções energéticas optimizadas, à semelhança dos demais operadores relevantes no quadro concorrencial ibérico em que actuamos.

É nesta perspectiva que encaramos o desenvolvimento da nossa participação em empresas de gás – de que é exemplo a entrada no capital da Portgás, que mereceu decisão favorável da Autoridade da Concorrência – como indispensável à criação de valor para o Grupo EDP, em benefício dos nossos Clientes e Accionistas.

Por outro lado, em 2004 continuámos a preparar-nos para a completa liberalização dos mercados de energia eléctrica, através da reestruturação consistente das nossas áreas comerciais.

Identificámos e implementámos novos métodos organizativos e funcionais. Reforçámos a formação e a qualificação. Recrutámos as valências adequadas às novas necessidades e ao rejuvenescimento do quadro de colaboradores das empresas do Grupo. Racionalizámos o quadro de colaboradores em função da simplificação orgânica e empresarial segundo critérios de eficiência e produtividade, através do Programa de Apoio à Reestruturação.

Este processo, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, foi desenvolvido e concluído com sucesso, tendo os objectivos sido alcançados num quadro de diálogo e paz social, atendendo sempre às situações pessoais ou familiares de especial sensibilidade, em harmonia com os princípios de responsabilidade social que norteiam as políticas de recursos humanos do Grupo.

E atingimos os melhores níveis de sempre em indicadores de qualidade de serviço, fruto de cuidados investimentos na formação profissional e na requalificação das infra-estruturas, equipamentos e redes.

Algumas acções tiveram maior visibilidade: a modernização da rede de lojas e pontos comerciais; a mudança de marca; a alteração da designação social para EDP – Energias de Portugal, S.A., aprovada em Assembleia Geral de Accionistas. Em conjunto, conjugamos a nova atitude e a imagem da EDP: proximidade, atenção e orientação para o Cliente, de forma atraente e genuína.

Mas promovemos a mudança em harmonia com as vertentes de serviço público, gestão rigorosa, competência técnica e organizativa, ética e de responsabilidade social que, a par das preocupações ambientais e de sustentabilidade, têm caracterizado o Grupo EDP.

Ficará na história do Grupo EDP, pela dimensão e significado, o reforço, para cerca de 96%, da nossa participação na HidroCantábrico, autorizada pelas autoridades do País vizinho e da União Europeia. A EDP consolidou a sua posição de terceira empresa ibérica de energia eléctrica e passou a controlar a segunda operadora espanhola de gás.

Para concretização desta operação, a EDP concebeu e concretizou o maior aumento de capital do nosso mercado, cativou investidores portugueses e estrangeiros, particulares e institucionais, reforçou a sua estrutura accionista de referência, desenvolveu profícuas parcerias e realizou todos os objectivos a que se propôs. Designadamente, concretizou um considerável esforço económico e patrimonial sem afectar os rácios financeiros e a estrutura do balanço.

Esta estratégia foi também prosseguida em perfeita consonância com os Senhores Accionistas, a quem a operação foi detalhadamente apresentada na Assembleia Geral que autorizou o Conselho de Administração a recorrer ao referido aumento do capital.

As restantes áreas de negócio do Grupo tiveram também um ano de consolidação laborioso – mas, no essencial, produtivo e positivo.

A produção tradicional foi fortemente impulsionada com a entrada em serviço dos dois primeiros grupos e a decisão de construção do terceiro grupo electroprodutor da Central do Ribatejo. Esta Central, de Ciclo Combinado a Gás Natural, usa um combustível mais amigo do ambiente, com um nível de eficiência dos mais elevados do mundo.

Continuámos também a investir em equipamentos de minimização de emissões de gases com efeitos de estufa e a preparar o Grupo EDP para o futuro mercado de emissões. E prosseguimos o esforço de modernização e reforço de aproveitamentos hidroelétricos, como a nova Central de Frades – Vila Nova II.

Estudámos as melhores formas de acautelar o valor dos nossos contratos de longo prazo – os CAE – e pugnámos pelo estabelecimento de compensações pela sua cessação antecipada, calculadas correcta e equilibradamente, a implementar em condições adequadas, no momento da entrada em vigor do Mercado Ibérico de Electricidade.

Nas energias renováveis, em Portugal, a EDP prosseguiu o projecto e a construção de novos Parques Eólicos, atingindo os 150 MW de potência, em linha com os objectivos estratégicos definidos. Embora sob criteriosa análise e selecção de investimentos, em busca de soluções rentáveis, a nossa actividade contribuiu significativamente para os objectivos nacionais de produção de energia a partir de fontes renováveis, de redução de emissões poluentes, aproveitamento de recursos endógenos e procedimentos ambientalmente sustentáveis.

Nas telecomunicações, continuámos a focagem anteriormente definida para a ONI, em sintonia com os nossos parceiros estratégicos neste sector. Procurámos realizar os objectivos de equilíbrio financeiro e potenciar a tendência de geração de resultados e a auto-sustentação. Foram nesse sentido as acções de crescente afirmação da ONI nos segmentos em que tem reconhecidas vantagens e a venda da participação detida pela HidroCantábrico na Retecal, em Espanha.

Nas tecnologias de informação demos também corpo à nossa agenda, quer pela via das negociações desenvolvidas e concretizadas para a escolha de uma parceria para a Edinfor – que culminou com a selecção da LogicaCMG – quer através da reorganização e contratualização do modelo de aquisição de serviços informáticos, assegurando os aspectos críticos para os nossos processos de negócio.

No Brasil, prosseguimos a construção da nova central hidroelétrica de Peixe Angical, no rio e no Estado de Tocantins; alienámos um projecto de produção térmica para o qual não havia expectativas de alcançar os níveis de rentabilidade que definimos; e desenvolvemos o processo de reorganização societária, com vista à preparação da EDP Brasil para o objectivo da sua cotação nos mercados brasileiros de capitais, com vista à auto - sustentação das suas actividades e investimentos

Em Espanha, apesar do intenso trabalho desenvolvido em 2004, a aquisição do controlo da HidroCantábrico é domínio do futuro próximo. Com efeito, para além das sinergias imediatas e da essencialidade actual, a acção conjugada das empresas do Grupo EDP em Portugal e em Espanha constitui um novo paradigma susceptível de criar valor a médio e a longo prazo, a partir da extracção de todas as potencialidades, complementaridades e flexibilidade de gestão.

Uma palavra ainda para a vida interna da administração da empresa. Consolidou-se o rumo e o sistema de governo da sociedade definidos no início do mandato dos actuais órgãos sociais, assegurando-se elevados níveis de estabilidade, dinamismo e transparência.

As substituições a que o Conselho procedeu por força da cessação de funções de Administradores, devidamente ratificadas pela Assembleia Geral, mantiveram o espírito de equipa, cooperação e coesão com que a dimensão e a complexidade do Grupo EDP sempre contaram.

Por outro lado, a EDP contribuiu para o debate do reforço das regras de transparência e bom governo, procurando reflectir e aplicar as melhores práticas em matéria de informação prestada ao mercado, em especial aos Accionistas, bem como às diferentes autoridades de regulação nas diversas áreas de actuação do Grupo EDP.

Pessoalmente e em nome do Conselho de Administração, congratulo-me ainda com os progressos significativos que resultam para a sociedade portuguesa da participação da EDP, em conjunto com parceiros relevantes, em iniciativas como o "Global Compact", das Nações Unidas, a "Global Reporting Initiative" e o "World Business Council for Sustainable Development", incorporando os valores e as melhores práticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável. Além dos benefícios imediatos, este acervo de boas práticas e de bom governo é um avanço qualitativo para a comunidade em geral e para as futuras gerações, a que hoje ninguém pode julgar-se indiferente.

Já no início de 2005, o Conselho de Administração aprovou um Código de Ética para o Grupo EDP. Este Código materializa, extensivamente a todas as nossas actividades, empresas e colaboradores, um conjunto de princípios de actuação que, por razões de adequada divulgação, transparência e isenção, optámos por formalizar. Cremos que este é o caminho a seguir e é também um meio de os nossos comportamentos serem aferidos e comparados, facilitando a aproximação dos nossos Clientes, investidores e parceiros de negócio, face ao compromisso público do Grupo EDP para com os melhores padrões de ética empresarial.

Na próxima Assembleia Geral, em que serão apreciados os documentos de prestação de contas que agora apresentamos, com um resultado líquido no valor de 440,2 milhões de euros, o Conselho proporá um dividendo bruto de 0,09243€, em linha com a perspectiva de crescimento e de resultados anunciada no Plano Estratégico aprovado.

É, pois, com atitude construtiva e positiva que reafirmo o nosso objectivo de prosseguir o crescimento do Grupo EDP como agente impulsor da criação de valor. Em especial para os Senhores Accionistas, mas também para os nossos parceiros de negócio, a partir de uma prática de orientação para o Cliente, de diálogo e de respeito para com os nossos interlocutores e a comunidade, partilhando de forma equilibrada os benefícios resultantes da prestação de um serviço público essencial, da riqueza produzida e dos resultados gerados.

Os colaboradores do Grupo EDP são também, naturalmente, merecedores do reconhecimento e da partilha de responsabilidade pela evolução positiva das empresas do Grupo e dos resultados obtidos, bem como da confiança para o trabalho futuro a empreender.

Espero, sobretudo, que as realizações conseguidas em 2004, no contexto complexo em que actuámos, sejam alento para os objectivos ambiciosos, mas realizáveis, a que nos propomos, para colocar o Grupo EDP no conjunto das empresas mais eficientes e rentáveis, ao serviço de uma agenda estratégica de criação de valor para os Accionistas e de progresso para Portugal.

EDP, 1 de Março de 2005.



Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente do Conselho de Administração



João Ramalho Talone
Presidente da Comissão Executiva
do Conselho de Administração

*Senhores Accionistas,
Como introduzi no Relatório do ano passado, em nome da Comissão Executiva do Conselho de Administração, enunciei um conjunto de compromissos públicos, que reafirmo as duas estratégias de empresa e a que refoço aos Accionistas, Clientes e Colaboradores, procurando dar resposta às dúvidas e eficazes desafios que se colocaram à EDP, procurando transformá-los em oportunidades.*

Antes de encerrar o que se passou e centrar a nossa atenção no que se vai ou deve passar-se, aliás a real fonte de geração de valor na empresa, permitam-me um sintético balanço.

Prevíamos uma grande incerteza nas condições regulatórias e de mercado em que a EDP se iria mover, forçando a empresa a preparar-se antecipadamente para, não só as enfrentar, como também as aproveitar. Previmos bem! O ano de 2004 não poderia ter sido mais inesperado para este sector. A construção do Mercado Ibérico, sucessivamente confirmada, foi também sucessivamente adiada (a última data anunciada é Junho de 2005). A criação das condições regulatórias para a EDP poder abrir os seus contratos de longo prazo que vinculavam a empresa e o Sistema na área da Geração de electricidade (os CAE – Contratos de Aquisição de Energia), permitindo à EDP colocar a sua energia num mercado Ibérico, nunca tendo estado em causa, só foi concretizada com a publicação do Decreto-Lei n.º 240/2004 de 27 de Dezembro. A convergência regulatória entre Portugal e Espanha, acordada na Convenção Internacional assinada em 8 de Novembro de 2003, ainda está a ser equacionada entre os dois países. E, entretanto, foram publicados quer em Portugal quer em Espanha, os planos de alocação de emissões até 2007 segundo o protocolo de Quioto que a UE subscreveu e com impacto inegável na economia da actividade dos operadores energéticos. A recente dissolução da Assembleia da República fará adiar a prevista publicação das novas Leis Quadro da Electricidade e do Gás, necessárias ao fecho do “arco regulatório” do sistema.

Entretanto a liberalização do lado do consumidor final de Electricidade foi concluída em Portugal com grande avanço face à maioria dos restantes Países Europeus, faltando apenas o Regulamento para os consumidores em baixa tensão para que todos possam escolher em liberdade e concorrência o seu fornecedor. Atrever-me-ia a dizer que o sector da Electricidade, tradicionalmente considerado como o mais protegido entre os serviços de interesse geral, terá sido aquele que mais rápida e profundamente foi liberalizado em Portugal!

E quais os nossos “**compromissos**” e em que medida estão a ser implantados?

Queremos ser a “**EDP dos clientes!**” É algo que sabemos difícil! Mas procurámos dar uma nova imagem de nós próprios! Corresponder a essa imagem mudando todos os nossos balcões, transformando-os em locais convenientes e cómodos onde os clientes se sintam bem e vejam as suas situações devidamente tratadas! Treinando devidamente os nossos agentes e colaboradores que interagem com os clientes, pessoalmente ou por telefone, centrando a sua atenção na solução dos seus problemas! Lançando novos produtos, competitivos, atractivos e inovadores! Lançando um novo modelo de factura mais transparente e facilmente perceptível! Melhorando significativamente a qualidade técnica do produto que fornecemos – a energia eléctrica – reduzindo no período de 2 anos o tempo de interrupção equivalente anual para cerca de metade, 215 minutos,

Queremos ser a “**EDP competitiva!**” É um projecto ainda em curso! Mas com grande dedicação e esforço de todos que cá trabalham, foi possível aumentar em cerca de 15% os indicadores de produtividade, aproximando-os das médias ibéricas – das melhores na Europa. Alterámos

processos de trabalho! Reforçámos investimentos na melhoria da qualidade da rede, superiores em 30% à média dos dois anos anteriores! Mudámos radicalmente o nosso parque produtor com a entrada em serviço de dois grupos de ciclo combinado a gás, investimento em boa hora decidido. A mais moderna tecnologia disponível no Mundo e que representam hoje 10% da nossa capacidade produtiva, estando em curso a sua expansão com mais um grupo electroprodutor!

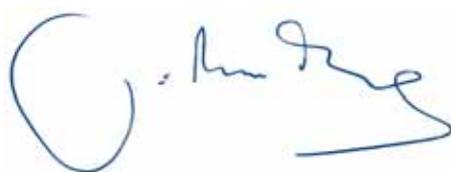
Queremos ser a **“EDP Ibérica!”** Num mercado ibérico sô as empresas com verdadeira aspiração ibérica podem sobreviver e tornar-se efectivamente competitivas para benefício dos seus Accionistas, clientes e colaboradores. Definitivamente, e contrariando o pessimismo de alguns, não temos dúvidas que a EDP é uma das empresas portuguesas com capacidade, vocação e diria mesmo, obrigação, para aspirar a ser um operador independente e de qualidade a nível ibérico. A compra da HidroCantábrico, quarto operador espanhol, e empresa de grande tradição e prestígio no país vizinho, não garante por si só, automaticamente esse objectivo, mas cria as condições para que, com um intenso trabalho conjunto, venha a ser atingido. E esta redefinição do âmbito territorial de actividade da EDP foi feita sem pôr em risco os nossos compromissos com a base de clientes em Portugal. Foi integralmente financiada por capitais próprios obtidos em Portugal e no estrangeiro através de um aumento de capital de 1,2 mil milhões de euros, o maior alguma vez efectuado em Portugal, com uma excelente resposta do mercado que confirmou os méritos da operação.

Queremos ser a **“EDP das Energias”** facultando aos nossos clientes, aliás como é já corrente nas melhores empresas europeias, soluções energéticas não baseadas exclusivamente na electricidade. Este é porventura o objectivo em que mais nos atrasámos, pela não concretização da operação aparentemente mais fácil que tínhamos em agenda: a aquisição da Gás de Portugal, para que fomos convidados pelo Governo na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003. A História identificará as razões da não concretização desta operação que acabou por ser vetada pela Comissão Europeia, por razões ainda por justificar legalmente, quando por mera omissão política não foi adoptada de imediato uma solução que merecia o acordo dos Accionistas envolvidos indirectamente na GDP e que circunscreveria o seu âmbito e prazo de implantação. Assim, sô parcialmente avançámos neste objectivo, com a aquisição – simultaneamente com a da HidroCantábrico – , do controlo da NaturCorp, segundo operador de gás em Espanha, havendo agora que equacionar a melhor forma de servir os nossos clientes em Portugal em condições competitivas com os nossos concorrentes espanhóis.

Queremos ser **“a EDP eficiente”** onde quer que estejamos e qualquer que seja a forma empresarial de actuarmos. No Brasil, onde estamos entre as 50 maiores empresas e temos já avançado um projecto de reestruturação que tornará a EDP Brasil atractiva para o mercado de capitais local como forma de suporte da sua actividade futura. Nas tecnologias de informação, através de parceria com a líder europeia LOGICA-CMG, recentemente constituída para o desenvolvimento da EDINFOR. Nas telecomunicações através do enfoque da ONI enquanto operador alternativo de excelência para segmentos específicos de clientes.

Mas falemos do futuro! Da criação de valor para os nossos Accionistas, Clientes e Colaboradores. E o futuro é essencialmente executar. Executar bem as actividades inerentes ao plano viabilizado no exercício anterior. Numa EDP que é hoje mais aliciente, mais “rica” e mais complexa.

EDP, 1 de Março de 2005



João Ramalho Talone
Presidente da Comissão Executiva
do Conselho de Administração

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Manuel Galvão Teles, Presidente
António Campos Pires Caiado, Vice-Presidente

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC
Fiscal Único Suplente: Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco de la Fuente Sánchez, Presidente

Em 1965 concluiu no Instituto Superior Técnico o Curso de Engenharia Electrotécnica. Em 1969 foi admitido nas Companhias Reunidas Gás e Electricidade e em 1975 foi nomeado para a Comissão Administrativa. A partir de 1977 chefiou o Serviço de Concessões da Zona de Lisboa da EDP e a partir de 1981 chefiou o Órgão de Apoio de Organização da Direcção Operacional da Distribuição Tejo. Em 1985 foi nomeado Director do Centro de Distribuição de Lisboa. Em 1987 exerceu funções de Adjunto do Conselho de Gerência da EDP e em 1988 foi nomeado Director Central Comercial. Foi Director Geral da Direcção Operacional de Distribuição Tejo até 1994, data em que foi nomeado Administrador da LTE. Em 1997 foi eleito Administrador da EDP, tendo em 2000 sido designado Presidente do C.A. e CEO. Na área internacional, e a partir de 1997, foi Administrador Não Executivo da CERJ, Vice-Presidente Não Executivo da Bandeirante e mais tarde Presidente Não Executivo da CERJ. É Administrador da HidroCantábrico desde 2002. Fora do sector eléctrico foi Administrador Não Executivo da Galp Energia e da BVLP. É actualmente Presidente Não Executivo da ONI, Membro do Conselho Superior do BCP, Administrador Não Executivo da Fundação Portugal-África, membro do Conselho Geral da AIP, membro do Conselho Consultivo da APDC, Director da PROFORUM e do Fórum para a Competitividade. É presentemente o representante de Portugal na EURÉLECTRIC. Foi nomeado Personalidade do Ano 2002 pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira.

João Ramalho Talone, Presidente da Comissão Executiva

Em 1974 concluiu no Instituto Superior Técnico o Curso de Engenharia Civil. Simultaneamente fez o Curso Superior de Management do Instituto Nacional de Investigação Industrial. Em 1984, fez o MBA na Universidade Nova de Lisboa (Wharton School of Pennsylvania), com média final de 18 valores. Em 2002 frequentou o Advanced Management Program da Harvard Business School. Professor Auxiliar convidado da Universidade Nova de Lisboa (1988-1989), área de Negocio Internacional. Foi Presidente do C.A. de todo o Grupo Segurador do BCP e membro executivo do C.A. do BCP de 1993 a 2002. Em 1994 foi eleito membro do Supervisory Board da Eureko. Foi membro da "Associação de Genève" e passou a membro do Board desta Associação Seguradora Internacional a partir de 2000. Em 1 de Setembro de 1999 foi nomeado CEO da Eureko, baseado em Paris. Em Agosto de 2002 por deliberação do Conselho de Ministros, foi nomeado Encarregado de Missão junto do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Sr. Ministro da Economia para a extinção da IPE. Em Janeiro de 2003 por deliberação do Conselho de Ministros foi-lhe cometida a tarefa de repensar a estratégia empresarial do sector Energético Nacional. Em Abril 2003 foi eleito Vice-Presidente do C.A. da Lusotur.

António Galvão Lucas, Membro da Comissão de Auditoria

Engenheiro Químico-Industrial (IST), é, actualmente, gestor/empresário do Sector da Cerâmica. É Presidente do C.A. da EPM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.. Anteriormente desempenhou funções de Direcção e Administração no Grupo CUF em Portugal e no Brasil, e no

Grupo SAPEC em Portugal, Espanha e Bélgica. Foi Director da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa e é actualmente Presidente da APICER – Associação Portuguesa da Industria de Cerâmica, membro dos Conselhos Superiores/Consultivos da AEP – Associação Empresarial de Portugal, da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação e do Forum para a Competitividade.

Arnaldo Navarro Machado, Membro da Comissão Executiva

Tem o Curso de Engenharia Naval pela Universidade de Stracholyde, Glasgow. Foi Presidente da C.E. da Sociedade Central de Cervejas, da Internel (1992-1998), da CPPE (1994-1997) e da MRH (1997-1998). Foi Vogal dos C.A.'s da HLC, da CERJ (1996-1998), da Investco (1998) e da OPTEP (1997-1998), bem como da Turbogás (1995-1998) e da EDP (1991-1992). Foi Vice-Presidente do C.A. da EDP de 1992 a 1998. No seu currículo surgem ainda experiências como Vogal do Conselho de Gerência da Sociedade Central de Cervejas (1988-1991), Presidente do C.A. da Sociedade da Água de Luso (Janeiro de 1990) e Vogal do C.A. da Setenave (1984-1988).

João Silva Freixa, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1978) tem o MBA pela Universidade Nova de Lisboa (1981). Actualmente é Vice-Presidente do C.A. da CGD. Anteriormente foi Assistente no Instituto Superior de Economia (1978-86), Auditor pela Price Waterhouse & Co (1978-79), Tesoureiro no Grupo Industrial Português (1979-85), Quadro Superior do Barclays Bank Plc. (1985-2002), Membro da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos (2000-2002), Presidente da Euronext Lisboa (2003-2004) e Administrador das Bolsas de Paris, Amsterdão e Bruxelas e da Holding Euronext N.V.

Jorge de Oliveira Godinho, Membro da Comissão Executiva

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, realizou o MBA pela Universidade Nova de Lisboa. Foi, até 2003, Presidente da C.E. da EDINFOR e do C.A. da ACE. Desempenhou funções governativas nos X e XI Governos Constitucionais como Secretário de Estado das Pescas (1985-1990). Como Presidente do C.A. da Portucel e Portucel Industrial, entre 1990 e 1998, conduziu a reestruturação da empresa e iniciou a sua privatização. Foi ainda Presidente do C.A. da Docapesca, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa e Membro da Administração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Junta Nacional da Investigação Científica e Tecnológica, Fórum para a Competitividade, Efacec e do Fundo para a Internacionalização da Economia Portuguesa. Em representação da EDP foi Vice-Presidente do C.A. da Optimus (1998-2000) e Administrador da OPTEP. Leccionou no IST como Assistente e Regente. Entre 1978 e 1982 foi Dirigente Sindical da EDP e Membro da Comissão Inter Sindical da EDP.

José Holtreman Roquette, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Economia pela Universidade do Porto (1958), é actualmente Presidente do C.A. da Finagra e Membro do Conselho Superior do BCP. Anteriormente, foi Membro da C.E. do BES (1971-1975), Administrador das principais Holdings do Grupo Espírito Santo (após 1975), Presidente da Direcção do Banco Inter-Atlântico, Brasil (1976 – 1981), Presidente do C.A. da Emptel – Empresa de Equipamentos de Telecomunicações (participada pela Siemens) (1986 – 1993), Presidente do C.A. e CEO da Valores Ibéricos, SGPS (Banco Totta & Açores) (1989 – 1993), Presidente do C.A. do BTA, Totta Gespar, Totta Urbe (1991), Presidente do C.A. da Mantero (1992), Presidente do C.A. do Sporting Club de Portugal e principais empresas do Grupo SCP (1996-2000), Presidente do C.A. da Sirius (2000) e Presidente do C.A. da SAIP, Sociedade Alentejana de Investimentos e Participações (2003).

José Manuel de Moraes Cabral, Vogal, Não Executivo

Licenciou-se em Economia pelo ISCEF em 1970. Exerce actualmente os cargos de Administrador na ONI, Efacec Capital, Imopólis, SGFII, SA, José de Mello Participações II, Soimper e Saponata, e de

gerente na José de Mello Serviços. Iniciou sua carreira em 1968, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, como Técnico Auxiliar na área de Planeamento Regional. Em 1970, ingressa na METAL Portuguesa com o cargo de Controllor e Director Financeiro; em 1980 torna-se Administrador para a área financeira. Assume o cargo de Administrador e Presidente da Air Atlantis em 1989. Administrador do IPE e da Celbi entre 1992-1994 e 1993-1995, respectivamente. É nomeado, em 1994, Assessor do CA do Banco de Fomento e Presidente do Fórum do Mar em 1995. No final de 1995 assume a função de Administrador da Lisnave e dois anos mais tarde o cargo de Presidente da CE, que exerce até 1999. Fundador e Membro da Direcção da CIP entre 1974 e 2000. Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade.

José Neves Adelino, Presidente da Comissão de Auditoria

Em 1976 licenciou-se em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa. Doctor in Business Administration pela Kent State University EUA (1981). Professor Agregado na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa desde 1995. É actualmente professor catedrático de Finanças da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Exerceu a função de Vogal do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1982 a 1986 e desde 1990. Foi Director da Área de Gestão do MBA e da Formação de Executivos de 1990 a 1996, assim como Director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa de 1999 a 2002. É membro do Global Advisory Board da Sonae, SGPS, do Conselho de Estratégia da Portugal Telecom, do Conselho Consultivo da Confederação da Indústria Portuguesa e do Conselho Nacional de Educação. Desempenhou funções não executivas nos C.A.'s do BPA e em empresas do Grupo BPI e tem desenvolvido vasta actividade de consultoria.

José Sucena Paiva, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, Doutoramento (Ph.D.) pelo Imperial College of Science and Technology, Universidade de Londres e Professor Agregado no Instituto Superior Técnico. Actualmente é Professor Catedrático de Sistemas de Energia Eléctrica no IST, UTL desde 1980, Presidente do Conselho Científico do Centro de Energia Eléctrica do IST, Membro do Conselho Director da COGEN Portugal e do Conselho Consultivo da COGEN Europe e Presidente do Júri do Prémio REN e do Prémio Luís Vidigal. Anteriormente foi Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (1988-1991), Fundador e primeiro Presidente do C.A. da Tagusparque (1992-1996) e Sócio fundador (1998) e Presidente da Mesa da Assembleia Geral (1997-2003) da ENERSIS.

Luís Azevedo Coutinho, Membro da Comissão de Auditoria

Licenciou-se em 1984 em Gestão e Administração de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa. Concluiu o MBA pela Universidade Nova de Lisboa em 1987. Actualmente é Consultor de empresas e Docente Universitário na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, desde 1985. Iniciou a sua carreira em 1984, na José Bento Pedroso & Filhos, onde desempenhou diversas funções na área financeira. Desempenhou funções de Consultor, primeiro no IPE, e depois no Grupo V.I./B.T.A, no Grupo Abrantina, na Secretaria de Estado das Finanças, no Banco de Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Câmara Municipal de Lisboa. De 1999 a 2002, assumiu o cargo de Administrador com o pelouro financeiro da Valora-Serviços de Apoio à Emissão Monetária. Desde Novembro de 2003 exerce funções na Direcção da Associação de Música, Educação e Cultura.

Manuel Menéndez Menéndez, Vogal, Não Executivo

Catedrático Universitário no Departamento de Administración de Empresas y Contabilidad da Universidad de Oviedo (1990), Doutor em Ciencias Económicas pela Universidad de Oviedo (1985) (Laude y mención especial del Tribunal calificador/Premio Extraordinario de Doctorado) e Licenciado em Economía e Administración de Empresas (1982). Actualmente, é Presidente da CajaAstur, Presidente da HidroCantábrico, Presidente da NaturCorp, Vogal do C.A. da Confederación Española

de Cajas de Ahorros, Vogal da Junta Directiva de UNESA e Membro do Registro Oficial de Auditores de Cuentas. Anteriormente, foi Vogal do C.A. e Membro da C.E. da CajAstur (1986-1987; 1990-1995), Vogal do C.A. e Membro da C.E. da HidroCantábrico (1996-2001), Vogal do C.A. e Membro da C.E. e Comissão de Auditoria e Controle da AIRTEL (1997-2000), Vogal do C.A. da LICO Corporación (1995-1996), Vice-presidente do C.A. da SEDES, S.A. (1986-1995) e Presidente Executivo da Sociedad de Garantías Recíprocas de Asturias (Asturgar) (1986-1995).

Paulo Azevedo Silva, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Frequentou o Training Course ministrado pelo Instituto Euromoney de Mergers and Acquisitions, em Cranfield, e o Executive Education Programme do INSEAD. É Director Geral do Banco Comercial Português desde 1998, Administrador da LeaseFactor e do CrédiBanco, Presidente do C.A. da Luso-Atlântica e Administrador Não Executivo da ONI. Foi ainda Presidente dos C.A.'s da BCP Leasing e BCP Factoring (2000-2003), Administrador do CISF (1998), da Sociedade Portuguesa de Risco (1995), da Comercial Dealer (1994), da Sociedade de Capital de Risco do CISF (1994) e da Interfinança (1990) e Director do CISF (1990).

Pedro Bastos Rezende, Membro da Comissão Executiva

Licenciou-se, em 1985, em Engenharia Industrial e Mecânica pelo ICAI, Madrid. Realizou o MBA no INSEAD, em Fontainebleau, em 1990. Iniciou a sua carreira profissional em 1985, na VALEO Clutch Division, como Engenheiro de Desenvolvimento. Saiu desta empresa em 1989, quando era Chefe do Departamento de Testes, Ensaios e Protótipos e após uma passagem por Detroit, Michigan como Engenheiro Técnico Comercial. Em 1990, entra para o The Boston Consulting Group, como Consultor em Madrid. Em 1995 participa na abertura do escritório de Lisboa onde em 1997 foi eleito Partner, tendo sido co-responsável pelo desenvolvimento do negócio em Portugal e acumulando funções de gestão interna, na Ibéria e na Europa. Nesta sua etapa de Consultor teve oportunidade de conhecer e trabalhar não só com a EDP e outras grandes empresas portuguesas e espanholas, como também com algumas das multinacionais de maior dimensão e prestígio em diversos sectores.

Rui Horta e Costa, Membro da Comissão Executiva

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e possui o MBA da Universidade de Minnesota. Foi Director Executivo da UBS Warburg em Londres, de 1995 a 2000, Administrador do Grupo Jorge de Mello (1990-1995), Vice-Presidente Residente do Citibank Portugal (1989-1990) e Director e Adjunto da Administração do Banco Finantia (1987-1989). Iniciou a sua carreira profissional como Assistente do Programa de MBA da Universidade de Minnesota (1986), tendo em seguida ingressado nos quadros da MDM-Sociedade de Investimentos (1986-1987).

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Brisa, representada por Vasco Maria Guimarães José de Mello
Parpública, representada por João Plácido Pires
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efectivo: António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho
Suplente: António José Marrachinho Soares

Fomos *Mais Além*, na conjugação dos interesses dos Accionistas, dos Clientes e dos Colaboradores. Ser uma empresa exemplar no Governo da Sociedade. Ser ambicioso, ser rigoroso!

O desafio de criação de valor, num contexto de incerteza, caracterizou a capacidade de gestão da EDP no exercício da actividade de 2004.

Ser a "EDP dos Clientes", Competitiva, Energética, Ibérica e Eficiente, é o objectivo de uma visão de negócio Sustentável, capaz de preparar a EDP para um Futuro de excelência e rigor.

Governo da Sociedade

0. Declaração de Cumprimento	21
1. Divulgação da Informação	24
2. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	46
3. Regras Societárias	48
4. Sistema de Gestão e Controlo de Riscos	50
5. Órgão de Administração	53
6. Recursos Humanos	58
7. Fundo de Pensões	63
8. Sistemas de Informação	65
9. Investigação e Desenvolvimento	69

O ano de 2004 assumiu um particular relevo para a EDP no plano societário essencialmente em virtude da preparação e realização da bem sucedida 5.ª fase do processo de reprivatização do respectivo capital social, a qual foi acompanhada da mudança de denominação social.

Do ponto de vista societário, o principal efeito desta operação traduziu-se na modificação da estrutura accionista da EDP devido à redução da participação pública no respectivo capital social para cerca de 25,5% e da entrada, conforme definido pelo decreto-lei de reprivatização da EDP, de um novo accionista de referência - a Cajastur - Caja de Ahorros de Astúrias -, criando-se assim uma maior dispersão do capital da sociedade.

Subsequentemente ao processo de reprivatização, o Conselho de Administração foi alargado de 13 para 15 membros, em 31 de Janeiro de 2005, com as entradas de D. Manuel Menéndez Menéndez e do Dr. José Alfredo Parreira Holtreman Roquette, que vieram reforçar a proporção de administradores independentes no Conselho de Administração da EDP, em consonância com as orientações nacionais e internacionais de "corporate governance" assumidas pela EDP.

Acresce que, novamente, a EDP foi uma das sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon com maior número de factos relevantes e outras comunicações divulgadas ao mercado durante o ano de 2004, tendo disponibilizado 21 factos relevantes, 27 comunicados e 8 anúncios ao mercado.

Na verdade, a EDP, enquanto entidade emitente que preserva uma relação de elevada transparência com os investidores e o mercado de capitais, tem mantido uma política de contínua e frequente comunicação com o mercado, ao mesmo tempo que tem atribuído especial importância à adopção dos melhores modelos organizativos e das melhores práticas e orientações de conduta em matéria de governo empresarial, mediante o

acompanhamento da evolução das tendências internacionais e a promoção interna da reflexão acerca dessas matérias.

Por esta razão, a EDP é hoje em dia uma das entidades emitentes com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon que apresenta um dos mais elevados índices de observância das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades, sendo, além disso, pioneira na adopção de medidas de organização e funcionamento interno destinadas a promover as melhores práticas de governo societário.

O presente relatório foi organizado em conformidade com o modelo previsto no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003), apresentando um resumo dos aspectos mais relevantes sobre as práticas ligadas ao governo da EDP.

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. De harmonia com o estabelecido no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003), regista-se que a EDP, com as excepções adiante referidas no ponto 0.2, adota na íntegra a totalidade das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, designadamente:

- Recomendação 1 (Contacto com os investidores);
- Recomendação 2, alíneas b), c) e d) (Exercício do direito de voto e representação de accionista);
- Recomendação 3 (Sistema de controlo interno);
- Recomendação 4 (Medidas defensivas contra ofertas públicas de aquisição);
- Recomendação 5 (Composição do órgão de administração);
- Recomendação 6 (Independência do órgão de administração);
- Recomendação 7 (Comissões de controlo internas);
- Recomendação 8 – 1ª parte (Remuneração do órgão de administração);
- Recomendação 9 (Independência da comissão de remuneração);
- Recomendação 10 (Planos de atribuição de acções);

0.2. Os estatutos da EDP determinam um prazo de bloqueio das acções de quinze dias antes de cada Assembleia Geral, como forma de permitir, com uma antecedência razoável, determinar a composição accionista que participará na respectiva reunião desse órgão social. Este prazo estatutário não se apresenta particularmente longo – para além de que a

prova da titularidade das acções apenas deve ser realizada com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da realização da reunião – , sendo compatível com o prazo de antecedência mínima para divulgação pública da convocatória da Assembleia Geral previsto na lei, o qual é aplicável há vários anos sem que, durante esse período, se tenha revelado restritivo do exercício activo do direito de voto pelos accionistas.

Aliás, a EDP tem vindo a promover, de forma activa, a participação dos accionistas na Assembleia Geral, devendo a esse respeito destacar-se a recente decisão de os custos com a emissão das declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas na Assembleia Geral Anual serem suportados pela empresa. Deste modo, a EDP adota, de forma pioneira em Portugal, uma medida fomentadora do exercício do direito de voto pelos respectivos accionistas.

Por outro lado, a EDP entende não ser de seguir a parte final da recomendação 8 respeitante à discriminação individualizada da remuneração de cada Administrador, por considerar que tal opção não consubstancia a aproximação mais adequada nesta matéria.

A EDP entende que a informação acerca das remunerações dos membros do Conselho de Administração deve ser segmentada com base na natureza das funções desempenhadas no seio da sociedade, pelo que se opta por indicar o valor individualizado da remuneração, quer do Presidente do Conselho de Administração, quer do Presidente da Comissão Executiva e o valor agregado das remunerações, por um lado, dos restantes Administradores que integram a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria, por outro lado, dos demais Administradores da EDP.

Este modo de descrição remuneratória, que se encontra divulgada adiante no presente relatório, permite promover a transparência informativa acerca das remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, mediante a utilização de um

critério qualitativo e funcional que coloca a tónica nas competências desempenhadas, destacando-se, em especial, a desagregação do valor das remunerações atribuídas aos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, aos restantes Membros da Comissão Executiva e aos Membros da Comissão de Auditoria.

0.3. Relativamente às recomendações da CMVM adoptadas, o quadro seguinte ilustra resumidamente os principais aspectos relevantes:

MEDIDAS DE ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM	
RECOMENDAÇÃO CMVM	MEDIDAS DE ADOÇÃO
<p>I. Divulgação de Informação:</p> <p>1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.</p>	<p>Existência e desenvolvimento dos seguintes canais de comunicação com os investidores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete de Relação com Investidores (GRI); • “Website” de acesso generalizado.
<p>II. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas</p> <p>2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto:</p> <p>a) A imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral superior a 5 dias úteis;</p> <p>b) Qualquer restrição estatutária do voto por correspondência;</p> <p>c) A imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência;</p> <p>d) A não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento das despesas bancárias com a emissão das declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos Accionistas na Assembleia Geral anual; • Não imposição de restrições estatutárias ao voto por correspondência; • Não imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; • Disponibilização de boletins para exercício do direito de voto por correspondência (no “website”, por entrega física ou envio postal, pelo GRI, ou a solicitação de accionista); • Voto por representação admitido sem quaisquer restrições, sendo o seu exercício facilitado pela colaboração que o GRI presta a todos os accionistas interessados.
<p>III. Regras Societárias</p> <p>3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de risco ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adopção de um sistema desenvolvido, articulado e eficiente de controlo interno, com o objectivo de detectar e mitigar os riscos inerentes à actividade da sociedade.
<p>4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de cláusulas defensivas cujo efeito provoque uma erosão automática no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração (sem prejuízo de cláusulas usuais de alteração de controlo sem carácter defensivo, destinadas à protecção de contrapartes em termos conformes com as práticas internacionais).

MEDIDAS DE ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

RECOMENDAÇÃO CMVM	MEDIDAS DE ADOÇÃO
<p>IV. Órgão de Administração</p> <p>5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis pelo órgão de administração; • Distinção dos cargos de Presidente do Órgão de Administração e Presidente da Comissão Executiva; • Separação e articulação das funções de controlo e supervisão relativamente à função de administração e gestão, através da existência de Administradores com funções executivas e não executivas.
<p>6. O órgão de administração deve incluir pelo menos um membro que não esteja associado a grupos de interesses específicos, por forma a maximizar a prossecução dos interesses da sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Composição do órgão de administração fundamentalmente por membros não associados a grupos de interesses específicos, incluindo, em especial, três Administradores independentes que integram a Comissão de Auditoria; • Avaliação permanente pelo Conselho de Administração da independência dos Administradores.
<p>7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de Comissão de Auditoria com funções nomeadamente de revisão e aperfeiçoamento de princípios e práticas contabilísticas e de auditoria da sociedade.
<p>8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação anual dos valores globais da remuneração atribuída aos membros do órgão de administração, discriminando quer as componentes fixa e variável, quer as remunerações dos Administradores executivos e não executivos.
<p>9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação das remunerações dos órgãos sociais por Comissão de Vencimentos eleita pelos accionistas, composta por membros independentes do órgão de administração.
<p>10. A proposta submetida à Assembleia Geral relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou a trabalhadores deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. O regulamento do plano, se já estiver disponível, deve acompanhar a proposta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções aprovados pela Assembleia Geral nos termos recomendados.

1. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1.1. Estrutura Organizacional do Grupo

Os órgãos de administração e fiscalização da EDP são o Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo este obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração, cujo mandato teve início na Assembleia Geral de Maio de 2003, procedeu à delegação de competências para a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, composta por cinco membros. Na Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2005, o Conselho de Administração foi ampliado de 13 para 15 membros mediante a eleição de dois Administradores que não desempenham funções executivas.

O Conselho de Administração da EDP constituiu ainda uma Comissão de Auditoria, composta por três membros independentes, com a missão de acompanhar de modo permanente a actividade dos auditores externos da empresa e pronunciar-se sobre a sua nomeação ou destituição, observando as suas relações com

os diferentes órgãos sociais, bem como de dar parecer sobre os procedimentos internos em matéria de auditoria ou sobre questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela sociedade.

Conselho de Administração	
Presidente	Francisco de la Fuente Sánchez
Comissão Executiva	João Luís Ramalho de Carvalho Talone (Presidente) Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado Jorge Manuel Oliveira Godinho Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Comissão de Auditoria	José Manuel Trindade Neves Adelino (Presidente) António Afonso Pinto Galvão Lucas Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho
Administradores Não Executivos	João Eduardo Moura da Silva Freixa José Alfredo Parreira Holtreman Raquette José Manuel Gonçalves de Morais Cabral José Pedro da Silva Sucena Paiva Manuel Menéndez Menéndez Paulo Azevedo Pereira da Silva

Em 2004, a EDP instituiu a Fundação EDP, vocacionada para a actividade mecenática, para a intervenção do Grupo EDP na área da cidadania social e cultural e para assegurar a gestão do Museu de Electricidade.

Fundação EDP	
Presidente	Francisco de la Fuente Sánchez

A Comissão Executiva está organizada de acordo com as seguintes funções:



(1) Em maior detalhe no capítulo 5.6 deste caderno

Nota: A Área de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável está adstrita ao Presidente do Conselho de Administração.

1.2. Estrutura Funcional da EDP

A EDP tem as suas actividades estruturadas em grupo empresarial de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pela Comissão Executiva, a qual define o modelo organizativo do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Unidade de Serviços Partilhados – EDP Valor – e a estrutura central que funciona junto da Comissão Executiva, constituída por um corpo de Directores Gerais e por um Centro Corporativo, organizado em Gabinetes e Áreas de Coordenação.

Em 2004 foi reorganizado o Centro Corporativo e definidas áreas prioritárias de actuação com o objectivo de tornar a estrutura mais flexível e leve. Essencialmente, foram integrados novos gabinetes e estudada a composição interna de cada gabinete, as suas funções e os seus objectivos.

Este estudo, concluído no início de 2004 e logo colocado em implementação, permitiu a transferência de algumas competências entre o Centro Corporativo, a EDP Valor e as várias unidades de negócio, para que fossem optimizadas as respectivas funções e processos. Na sua nova organização, o Centro Corporativo contará apenas com os serviços essenciais e de valor acrescentado, ao mesmo tempo que reforça o seu papel de pólo definidor da estratégia que é implementada pelas unidades de negócio.

No início de 2005, foi introduzido um novo reajuste por forma a dar uma melhor resposta à identidade mais marcadamente ibérica que a EDP assumiu após a aquisição do controlo da HidroCantábrico e, em simultâneo, para adaptar-se às restrições resultantes da Directiva Comunitária sobre o Mercado de Electricidade. A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

Conselho de Administração • Comissão Executiva

DIRECTORES GERAIS

António Manuel Barreto Pita de Abreu
António Manuel Pacheco de Castro
António Martins da Costa
João Manuel Manso Neto
Joaquim Armando Ferreira Silva Filipe
Joaquín Coronado
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
Manuel Luís Norton Brandão
Vasco Manuel de Castro Coucello

GABINETES E DEPARTAMENTOS

Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Executiva
Gabinete da Qualidade
Gabinete de Ambiente
Gabinete de Análise de Negócios
Gabinete de Articulação Corporativa
Gabinete de Auditoria Interna
Gabinete de Comunicação e Imagem Corporativa
Gabinete de Fundo de Pensões
Gabinete de Gestão de Risco
Gabinete de Gestão Financeira
Gabinete de Interligação Comunitária
Gabinete de Ligação ao Brasil
Gabinete de Planeamento, Controlo de Gestão, Consolidação e Fiscalidade
Gabinete de Planeamento Energético
Gabinete de Recursos Humanos
Gabinete de Regulação e Tarifas
Gabinete de Relações com Investidores
Gabinete de Sistemas de Informação
Gabinete Jurídico
Projecto Negócio do Gás
Secretaria-Geral

Stephan Godinho Lopes Morais
Paula Pinto da Fonseca
António Manuel Neves de Carvalho
Carlos Alves Pereira
Rui Ferin Cunha
Vítor Manuel Silva Leitão
Horácio Manuel Piriquito Casimiro
Luís Manuel da Costa Veloso
António Maria Ramos da Silva Vidigal
Magda Abdool Magid Wakil
António Manuel Pacheco de Castro
Joaquim Pedro de Macedo Santos
Miguel Ribeiro Ferreira
António José Silva Coutinho
Eugénio André da Purificação Carvalho
Maria Joana Mano Pinto Simões
Pedro Manuel Carreto Pires João
Luís Pedro Ferraz Flores
António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho
José Manuel Ferrari Bigares Careto
António José Marrachinho Soares

As competências e funções dos gabinetes actualmente existentes são as seguintes:

O Presidente da Comissão Executiva e os restantes membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração são assessorados pelo **Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Executiva**, que além de secretariar as reuniões semanais da Comissão Executiva, lidera e acompanha projectos de relevância estratégica e financeira e representa a EDP junto de entidades externas.

A missão do **Gabinete da Qualidade (GQL)** consiste em colaborar com as unidades de negócio do Grupo de forma a aumentar a sua rentabilidade, competitividade e quota de mercado nos casos aplicáveis. Para tal, reúne, selecciona e analisa informação relevante para apoiar a tomada de decisões, possibilitar uma melhor condução dos processos de aperfeiçoamento interno e facilitar a concretização de objectivos. Para atingir estes objectivos (i) utiliza como principal metodologia de suporte a elaboração de estudos de mercado, junto dos clientes externos, clientes internos e colaboradores do Grupo, (ii) identifica novas oportunidades de negócio, (iii) assegura acções de formação na área da qualidade e (iv) actua como um consultor interno.

As principais competências do **Gabinete de Ambiente (GAB)** consistem em (i) assessorar o Conselho de Administração em matéria de Ambiente e Sustentabilidade, nomeadamente na definição de políticas e estratégias de actuação corporativa e na definição e supervisão de metas e objectivos, bem como no relacionamento com o Conselho de Ambiente (ii) reportar a actividade desenvolvida pela empresa em matéria de Ambiente, (iii) assegurar a coordenação das actividades de ordem estratégica, em matérias de índole ambiental, no Centro Corporativo e garantir que a actuação operacional no Grupo se faz em coerência com as orientações do Conselho de Administração e (iv) acompanhar o desenvolvimento das questões ambientais de maior importância para os negócios e propor a

adopção de estratégias globais de actuação da empresa.

O **Gabinete de Análise de Negócios (GAN)** tem como missão otimizar o “portfolio” de negócios do Grupo, através de uma análise crítica à luz do desenvolvimento estratégico delineado pelo Conselho de Administração. As principais áreas de actuação respeitam à avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de compra e venda de activos e de participações sociais, negociação de acordos de parceria, bem como apoio ao Conselho de Administração na tomada de decisões relativas a investimentos e desinvestimentos estratégicos.

O **Gabinete de Articulação Corporativa (GAC)** foi criado já em 2005 com o objectivo de apoiar e garantir o bom funcionamento da nova estrutura matricial, assegurando o adequado desempenho dos Comitês de Gestão e a respectiva articulação com os órgãos sociais das empresas por eles abrangidas, garantindo, nomeadamente, que as decisões tomadas sejam formalizadas e executadas em sede própria.

O **Gabinete de Auditoria Interna (GAI)** tem como principal função o apoio à gestão na concepção, implementação e monitorização de um Sistema de Controlo Interno adequado à prossecução dos objectivos de eficácia e eficiência operacionais estabelecidos, através da realização de auditorias de avaliação estrutural do controlo interno e de verificação do funcionamento efectivo e da eficácia dos controlos instituídos, fornecendo à gestão uma garantia razoável quanto à capacidade daqueles para prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de não conformidades operativas e erros ou omissões materialmente relevantes na informação utilizada para medir o grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos e gerir a organização, articulando a sua actuação com Auditores Externos e Revisores Oficiais de Contas.

O **Gabinete de Comunicação e Imagem Corporativa (GCI)** tem como áreas de actuação a gestão dos contactos com os órgãos de comunicação social, a publicidade e gestão de meios, a comunicação interna e organizacional, os media corporativos (sítio, intranet e revistas internas) e as relações institucionais. O GCI centraliza todas as áreas de comunicação do Grupo EDP, incluindo a EDP Brasil.

O **Gabinete Fundo de Pensões (GFP)**, criado em 2004, tem como principais competências dotar o Fundo de Pensões do Grupo EDP de uma gestão dedicada e especializada e assegurar uma gestão integrada de activos e passivos, de modo a minimizar o risco de financiamento do Balanço do Fundo de Pensões.

A missão do **Gabinete de Gestão de Risco (GGR)** consiste na definição, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Integrada de Risco (SGIR) para o Grupo EDP. A utilização do SGIR representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP, estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

O **Gabinete de Gestão Financeira (GFN)** é responsável pela apresentação de propostas de definição da política de gestão financeira do Grupo, pela observação do respectivo cumprimento e pelo controlo das suas responsabilidades financeiras. As funções do GFN incluem a gestão da carteira de dívida da EDP, S.A. e da EDP Finance BV, a gestão de risco de taxa de juro e divisa associada e a gestão centralizada da Tesouraria das empresas do Grupo que actuam no sector eléctrico nacional ou que são detidas em 100%, directa ou indirectamente, pela EDP e a negociação e contratação de financiamento e

linhas de crédito. Em paralelo, acompanha as áreas financeiras das empresas participadas. O GFN é ainda o principal interlocutor com os mercados de dívida e bancários e com as agências de "rating".

O **Gabinete de Interligação Comunitária (GIC)** foi criado já em 2005 e procurará assegurar o relacionamento com organismos de âmbito comunitário quanto ao acompanhamento de temas com impacto relevante na actividade e na representação do Grupo EDP

O **Gabinete de Ligação ao Brasil (GLB)** foi criado em 2003, considerando a relevância dos investimentos efectuados no sector eléctrico brasileiro pela EDP. Num período de grandes transformações societárias no Brasil, tem-se revelado de acrescida importância a existência de um Gabinete na EDP com uma visão integrada das áreas mais relevantes e críticas dos negócios neste país. O GLB acompanha e monitoriza a evolução das operações no Brasil, nas suas diferentes vertentes, nomeadamente estratégica, financeira, operacional e jurídico-organizativa, reforçando também a interacção entre a EDP e as suas participadas naquele país.

O **Gabinete de Planeamento, Controlo de Gestão, Consolidação e Fiscalidade (GCO)** está organizado em quatro áreas de actuação: (i) a área de Consolidação e Controlo Corporativo, que tem como principal função a consolidação e reporte contabilístico, (ii) a área de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, responsável pelo planeamento operacional e orçamento do Grupo, controlo de gestão, controlo orçamental, reporte financeiro, elaboração de "balanced scorecards" e revisão dos processos e sistemas de orçamentação, (iii) a área de Normalização Contabilística Corporativa (nacional, internacional e ambiental) e (iv) a área de Fiscalidade do Grupo. Assumindo a liderança do Grupo nestas competências, o GCO prosseguiu em 2004 com a implementação, transversal a todo o Grupo, de

um sistema integrado de informação contabilística de gestão e controlo corporativo.

O **Gabinete de Planeamento Energético (GPE)** foi constituído em 2003 com o propósito de apoiar o Grupo com uma visão integrada de todo o “portffolio” e do seu posicionamento presente e futuro no mercado ibérico, perspectivando necessidades e opções de “sourcing” de energia. Neste sentido, o GPE constitui-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

O **Gabinete de Recursos Humanos (GRH)** tem por finalidade apoiar o desenvolvimento da organização e das pessoas através da elaboração de políticas e estratégias alinhadas com os objectivos e valores do Grupo. Tem como principais responsabilidades (i) a concepção e desenvolvimento de estratégias, políticas e procedimentos de RH e Prevenção e Segurança no Trabalho, (ii) negociações com parceiros sociais, (iii) o controlo da execução da política de RH, (iv) o desenvolvimento de instrumentos de Gestão das Pessoas, (v) a implementação das políticas de apoio social aos trabalhadores e reformados, (vi) o desenvolvimento de uma cultura de segurança e (vii) a adequação dos sistemas corporativos de RH à regulamentação e legislação aplicáveis e às necessidades de desenvolvimento organizativo.

O **Gabinete de Regulação e Tarifas (GRT)** tem como missão apoiar a Comissão Executiva na tomada de decisões no âmbito da regulação e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector energético. O GRT acompanha o desenvolvimento e a implementação das novas Directivas Europeias da Electricidade e do Gás Natural e estuda os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. A liberalização dos sectores energéticos e a regulação dos “monopólios naturais”, consubstanciam-se através de alterações profundas ao nível legislativo, regulamentar e organizativo, cujas

implicações na rentabilidade das empresas importa estudar, obrigando ao desenvolvimento de modelos económico-financeiros e de estudos tarifários.

Gabinete de Relações com Investidores (GRI) (ver 1.10.)

Ao **Gabinete de Sistemas de Informação (GSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com os objectivos de negócio e com a evolução da tecnologia, apoiar o Conselho de Administração na definição dos objectivos, políticas e normas na área dos Sistemas e das Tecnologias de Informação e a contratação global de bens e serviços. O GSI tem ainda por missão auxiliar a Comissão Executiva na definição da estratégia de Sistemas e Tecnologias de Informação do Grupo e estabelecer o Plano Director de Sistemas, definir o modelo de arquitectura de sistemas e tecnologia, promover a segurança informática e efectuar o planeamento, orçamento e controlo de gestão dos sistemas e tecnologias de informação.

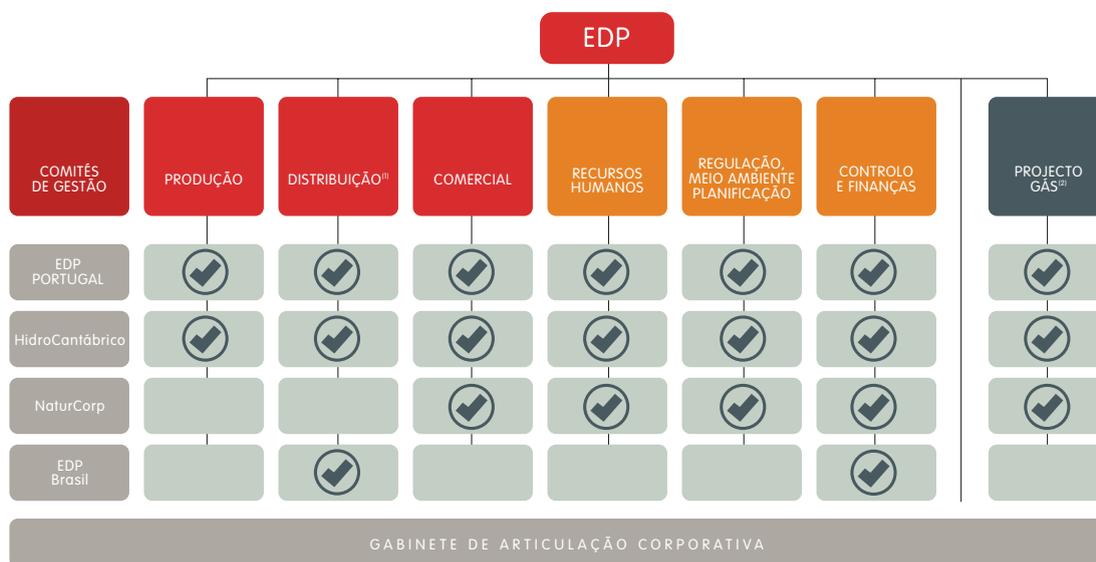
O **Gabinete Jurídico (GJR)** presta assessoria jurídica directa ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, bem como aos restantes Gabinetes e às diversas Sociedades do Grupo que a solicitem. Acompanha e divulga a evolução legislativa de interesse para os negócios sociais, com especial relevo a que respeita ao sector eléctrico. Colabora na elaboração de estudos e pareceres jurídicos da EURELECTRIC. Desempenha actividade de contencioso, patrocinando a EDP e diversas outras sociedades do Grupo em acções judiciais, de natureza civil, administrativa e fiscal.

O **Projecto Negócio do Gás (PNG)** é responsável pela expansão da EDP para o negócio do gás natural. As suas funções incluem a coordenação das actividades necessárias à entrada no mercado do gás e ao desenvolvimento do que lhe está associado, na perspectiva da maximização das sinergias entre o gás e a electricidade.

Já no início de 2005, e considerando a necessidade de adoptar um modelo de gestão que consubstancie o carácter de Grupo Empresarial Ibérico assumido pela EDP na sequência do reforço de participação na HidroCantábrico, a Comissão Executiva decidiu atribuir ao Centro Corporativo as funções de Centro Corporativo Ibérico e aprovar uma estrutura matricial de gestão e de reporte, de âmbito geográfico e funcional, constituída por comités de gestão, conforme o esquema abaixo apresentado.

na área da defesa do ambiente, eleitas pela Assembleia Geral, a saber: Eduardo Oliveira Fernandes (Coordenador), Carlos Alberto Pimenta, Gonçalo Ribeiro Teles, Maria Teresa Andresen e Álvaro José Patrício Costa.

Estrutura Matricial de Gestão



(1) Distribuição de electricidade

(2) Poderá eventualmente ser transformado em Comité mais tarde.

1.3. Conselho de Ambiente

O Conselho de Ambiente é um dos mais antigos órgãos funcionais da EDP que goza de previsão estatutária expressa desde 1991.

Encontram-se atribuídas ao Conselho de Ambiente determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração em matéria ambiental, incluindo a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente é composto por cinco personalidades de reconhecida competência

1.4. Comissões Específicas

Tem-se, progressivamente, gerado consenso internacional sobre a importância – no plano da eficiência de controlo, acréscimo de valor para os accionistas e responsabilidade social corporativa – da instituição de estruturas internas especializadas, no seio das quais se agilize a prossecução de objectivos sociais específicos, em cuja estruturação, porém, se deve ter em conta a protecção face a objectivos reais divergentes e, bem assim, um princípio de equilibrada concentração que, sem cair em diluição de competências, possa efectivamente minimizar os custos de controlo e supervisão.

Por outro lado, tem sido também salientado o princípio do ajustamento das comissões internas às características de cada contexto nacional, sublinhando, por exemplo, as recentes “guidelines” definidas na Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005 (que os Estados-Membros da União Europeia são convidados a promover até 30 de Junho de 2006) que as comissões internas têm um papel relevante sobretudo nos domínios em que a probabilidade de conflitos de interesses a nível da gestão é mais elevada, permitindo, designadamente, a prossecução de uma supervisão eficaz da gestão ou uma mais adequada preparação das decisões a tomar pelo próprio Conselho de Administração, com a finalidade de melhorar o governo das sociedades cotadas.

Estes princípios e orientações que são agora recomendados pela Comissão Europeia, na esteira da experiência internacional, em especial, nos Estados Unidos da América, têm estado presentes na reflexão levada a cabo pela EDP e na decisão ponderada sobre a instituição de comissões internas específicas.

Com efeito, enquanto sociedade com valores mobiliários admitidos à negociação na New York Stock Exchange, a EDP encontra-se sujeita não só às regras jurídicas nacionais e comunitárias aplicáveis, mas igualmente a determinada legislação e regulamentação norte-americana de valores mobiliários, incluindo o “Sarbanes Oxley Act” de Julho de 2002 e à regulamentação de execução aprovada pela Securities and Exchange Commission e pela própria New York Stock Exchange.

As referidas legislação e regulamentação constituíram um guia essencial para algumas das alterações orgânicas ocorridas na EDP durante o presente mandato, destacando-se a criação, em 2003, de uma Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da EDP, com funções significativas no domínio da vigilância, da preparação da informação financeira e do funcionamento dos sistemas de controlo, bem como de uma Comissão de

Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação, cuja principal função consiste no controlo do processo interno de certificação encadeada de informação para o efeito de preparação das contas anuais.

1.4.1. Comissão de Auditoria do Conselho de Administração

A Comissão de Auditoria da EDP constitui uma comissão específica do Conselho de Administração composta por três Administradores independentes, à qual foram atribuídas, por delegação do órgão de administração, competências específicas em matéria de supervisão da informação financeira da sociedade e de acompanhamento da actividade do auditor externo, do auditor interno e dos sistemas internos de controlo. Os actuais membros desta comissão são os Administradores José Manuel Trindade Neves Adelino (Presidente), Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho e António Afonso Pinto Galvão Lucas.

Estão atribuídas à Comissão de Auditoria as seguintes funções:

- Supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação dos princípios e normas contabilísticas em vigor, em articulação com a actividade desenvolvida pelo órgão de fiscalização e pelo auditor externo, promovendo e solicitando a troca de informações necessárias para o efeito;
- Analisar a informação financeira trimestral, semestral e anual, elaborando um relatório, sem carácter vinculativo, acerca dessas contas para apreciação pelo Conselho de Administração antes de este proceder à respectiva aprovação e assinatura, podendo esse relatório incluir nomeadamente recomendações ao Conselho de Administração em matéria de prestação de informação aos accionistas;
- Apresentar ao Conselho de Administração uma proposta para designação do auditor

externo da sociedade e determinação da respectiva remuneração;

- Acompanhar a actividade e as vicissitudes da relação contratual com o auditor externo, incluindo recomendações no âmbito do relacionamento entre o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou Administradores e o auditor externo em relação à informação financeira, bem como proceder à apreciação da objectividade e independência do auditor externo;
- Verificar a conformidade e adequação das despesas com a auditoria relativamente à sua eficiência, inclusivamente mediante a apresentação de parecer sobre a contratação de serviços, directa ou indirectamente, à entidade que presta os serviços de auditor externo ou a entidades que com ela estejam em relação de grupo ou de rede;
- Discutir com o auditor externo o âmbito e escopo da auditoria, para efeitos de apresentação de recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração;
- Discutir o conteúdo do relatório de auditoria anual com o auditor externo, nomeadamente no que respeita a eventuais reservas apresentadas, para efeitos de apresentação de recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas internos de controlo e a auditoria interna;
- Debater o conteúdo do relatório de controlo interno com o auditor interno; e
- Definir e implementar os procedimentos respeitantes ao recebimento e tratamento de reclamações em matéria contabilística, de controlos contabilísticos internos e de auditoria, bem como de queixas

apresentadas por trabalhadores relativamente a práticas contabilísticas ou de auditoria.

Para a prossecução das funções assinaladas, a Comissão de Auditoria pode contratar serviços de consultores externos e realizar as diligências necessárias juntos dos serviços e das sociedades do Grupo EDP.

Os membros da Comissão de Auditoria são Administradores independentes de acordo com os critérios definidos no artigo 1.º, n.º 2 do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (conforme alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003). Desde a sua constituição, a Comissão de Auditoria teve logo em consideração critérios de independência dos seus membros, tais como a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas participadas, nem com accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas.

As aludidas características e funções da Comissão de Auditoria, definidas há cerca de 2 anos, apresentam-se consonantes com as que são agora propostas pela Comissão Europeia na Recomendação de 15 de Fevereiro de 2005. Embora a referida Recomendação não seja ainda aplicável a nível interno, constata-se que no que respeita à sua composição, a Comissão de Auditoria integra exclusivamente 3 Administradores Não Executivos, cujo perfil de independência corresponde, em geral, àquele preconizado pela Comissão Europeia. De igual forma, as funções atribuídas à Comissão de Auditoria da EDP são compatíveis com o papel proposto pela Comissão Europeia para o comité de auditoria das sociedades cotadas nas áreas dos procedimentos internos e da auditoria.

A constituição da Comissão de Auditoria, experiência pioneira em matéria de governo societário em Portugal, tem contribuído para o reforço dos mecanismos internos de controlo no seio da EDP, em virtude da actuação de membros do órgão de administração

independentes que dispõem de efectivas competências de vigilância. Como é assinalado a nível internacional, a actuação desta comissão assume destaque no domínio do reforço dos mecanismos de controlo interno da gestão, através de uma intervenção “ex-ante” que contribui para eliminar e prevenir eventuais situações de conflitos de interesses e para aumentar a transparência da gestão.

Durante o ano de 2004, a Comissão de Auditoria prosseguiu activamente a sua actividade no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, tendo realizado 29 reuniões.

1.4.2. Outras Comissões

Comissão de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação (CDI)

A CDI tem a seu cargo três funções primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos pela empresa;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e outros comunicados ao mercado; e
- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação da EDP.

Assim, esta comissão constitui-se como uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pelo Gabinete de Auditoria Interna em ligação estreita com a Comissão Executiva, e Equipas das Áreas de Negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade.

A composição da CDI integra os responsáveis pelos Gabinetes de Relações com Investidores, Auditoria Interna, Jurídico, Planeamento, Controlo de Gestão, Consolidação e Fiscalidade, Gestão Financeira, Regulação e Tarifas, Recursos Humanos, Ambiente e Secretaria Geral do Conselho de Administração com intervenção na preparação de informação, bem como os responsáveis pelas principais áreas de negócio da empresa.

Comité Geral de Controlo de Risco (CGCR)

O CGCR tem como atribuições :

- Efectuar uma correcta monitorização e avaliação do perfil de risco do Grupo EDP;
- Propor recomendações sobre os procedimentos e limites de risco para a apreciação e aprovação pela Comissão Executiva; e
- Analisar situações extraordinárias em termos de Risco.

No âmbito do CGCR foi criado um Sub-Comité de Riscos Energéticos e Financeiros (SCREF) com responsabilidades ao nível da área de “Trading” e da área Financeira, competindo-lhe nomeadamente a monitorização operacional das decisões do CGCR e a gestão dos riscos comuns às áreas financeiras e de “Trading”.

1.5. Cumprimento do “Sarbanes - Oxley Act”

A lei “Sarbanes-Oxley”, publicada em Julho de 2002, obriga todas as empresas registadas na Securities and Exchange Commission (SEC) à certificação do respectivo relatório anual quanto à totalidade e exactidão da informação nele contida, bem como a divulgar publicamente o resultado da avaliação do controlo interno da informação financeira divulgada para o mercado.

Ciente dos benefícios que a adopção dos princípios e das práticas preconizadas na lei “Sarbanes-Oxley” teriam na transparência das relações da empresa com o mercado, a EDP

lançou um projecto com o objectivo de, em tempo oportuno, criar as condições que lhe permitam cumprir cabalmente os requisitos daquela.

Assim, numa primeira fase, o projecto centrou-se no estabelecimento e implementação de procedimentos e controlos de divulgação da informação consistentes com o disposto na secção 302 da referida lei e orientados fundamentalmente para os produtos de reporte obrigatório para o mercado americano.

Actualmente, o projecto abrange Portugal, Espanha e Brasil e centra-se em:

- Levantamento, documentação, avaliação e correcção de lacunas e fragilidades identificadas no controlo interno:
 - Dos fluxos de informação relativa a acontecimentos e transacções com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da EDP; e
 - Dos controlos relativos aos restantes componentes do modelo de referência COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).
- Formalização dos procedimentos de gestão do controlo interno em conformidade com os requisitos da referida lei.

O objectivo destes trabalhos consiste essencialmente em:

- Monitorar, de modo mais eficaz, o funcionamento do controlo interno da informação financeira e, consequentemente, actuar mais rapidamente no sentido de corrigir lacunas ou fragilidades potencialmente comprometedoras da qualidade da informação disponibilizada; e
- Fundamentar, de modo mais objectivo, a avaliação do controlo interno da informação financeira a que, nos termos da lei Sarbanes-Oxley, está obrigada.

1.6. Aumento de capital social da EDP

Em 29 de Julho de 2004 a EDP anunciou que iria reforçar da sua posição accionista na HidroCantábrico para 95,7%, através da aquisição de uma participação adicional de 56,2% por um montante de 1,2 mil milhões de euros, financiado através de aumento de capital da EDP, que veio a ser integralmente subscrito e realizado.

A transacção foi comunicada à Comissão Europeia, tendo a Direcção Geral da Concorrência divulgado, em 9 de Setembro de 2004, a sua decisão de não oposição à operação.

No dia 4 de Novembro de 2004, na sequência de autorização aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 7 de Outubro de 2004, o Conselho de Administração da EDP deliberou a realização do aumento de capital, através da oferta pública de subscrição, reservada aos accionistas, de 656.537.715 novas acções com o valor nominal de 1 euro cada, ao preço unitário de 1,84 euros.

Principais datas relativas à Oferta Pública de Subscrição:

Início de transacção das acções ex-rights	9 de Novembro de 2004
Período de subscrição	12 a 25 de Novembro de 2004
Período de negociação de direitos	12 a 19 de Novembro de 2004
Admissão à negociação das novas acções	7 de Dezembro de 2004

A oferta pública de subscrição do aumento de capital da EDP foi totalmente subscrita pelo exercício de direitos e pelos pedidos suplementares de acções sobranes.

O montante de subscrições por exercício de direitos ascendeu a 624.365.827 acções, tendo sido pedidas 842.720.313 acções em rateio. Assim, a procura total ascendeu a 1.467.086.140 acções, equivalente a 2,23 vezes o montante total de acções oferecidas.

Tratou-se da maior operação de aumento de capital jamais realizada no mercado de capitais em Portugal e uma das maiores na Europa em 2004.

1.7. EDP no Mercado de Capitais

As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997.

Actualmente a EDP tem admitidas à negociação, na Euronext Lisbon, 2.936.222.980 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 euro, representativas de 80,30% do seu capital social.

Para além da Euronext Lisbon, a EDP tem valores mobiliários representativos do seu capital social igualmente admitidos na Bolsa de Valores de Frankfurt e na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE), sob a forma de "Global Depositary Receipts" (GDR's) e "American Depositary Shares" (ADS's), respectivamente.

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Acções

Capital Social	€ 3.656.537.715
Valor Nominal das Acções	€ 1,00
Nº de Acções	3.656.537.715
Data de entrada em bolsa	16 Junho 1997

Euronext Lisbon

Reuters RIC	EDPP.IN
Bloomberg	EDP PL
ISIN	EDP0AM0009

New York Stock Exchange

Reuters RIC	ADP.N
Bloomberg	EDP US
ISIN	US2683531097

Bolsa de Frankfurt

Bloomberg	EDP GR
-----------	--------

Adicionalmente, as acções EDP constituem activo subjacente a contratos de futuros transaccionados na praça de Lisboa.

Encontram-se ainda admitidos à negociação seis empréstimos obrigacionistas da EDP:

Obrigações	ISIN Code	Maturidade	Cupão	Bolsa
22ª Emissão	PTEDPROE0003	02-06-06	Euribor 6m - 10,0bp	Euronext Lisbon
23ª Emissão	PTEDPSOE0002	20-12-11	Euribor 6m - 12,5bp	Euronext Lisbon
24ª Emissão	-	05-01-05	Euribor 6m - 10,0bp	Euronext Lisbon
25ª Emissão	PTEDPKOE0000	23-11-08	Euribor 6m + 22,5bp	Euronext Lisbon
1ª Emissão EMTN ⁽¹⁾	XS0103383286	29-10-09	Taxa fixa EUR 6,400%	Londres, Frankfurt
2ª Emissão EMTN ⁽¹⁾	XS0126990778	28-03-11	Taxa fixa EUR 5,875%	Londres, Euronext Paris

⁽¹⁾ EMTN – Euro Medium Term Notes

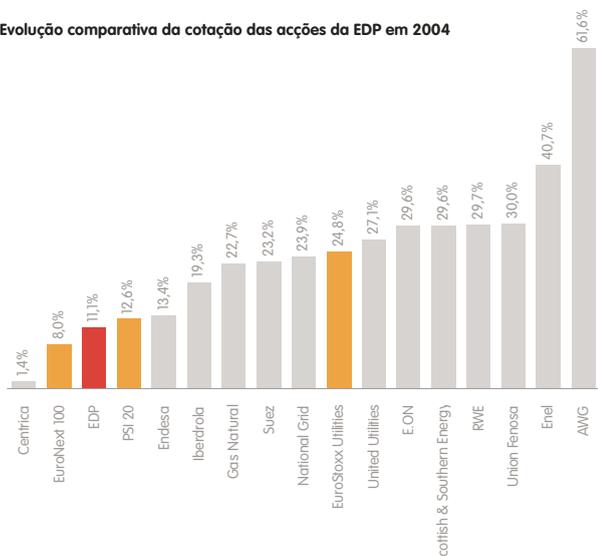
A EDP está entre as empresas portuguesas com maior peso relativo no índice da Euronext Lisbon, o PSI20, na ordem dos 19%, sendo igualmente uma das sete empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100 com um peso na ordem dos 0,57%. A acção EDP constitui também, uma referência em vários índices europeus, tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de "Utilities".

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2003 e 31 de Dezembro de 2004, as acções EDP valorizaram-se 11,1%, tendo passado dos 2,01 euros (valor ajustado pelo destaque dos direitos de subscrição ao aumento de capital) para os 2,23 euros, o que corresponde a um aumento de 22 cêntimos por acção.

Durante a maior parte do ano, a EDP acompanhou a performance das principais congêneres europeias, tendo, no entanto, fechado 2004 em "underperformance" face ao índice Dow Jones Europe Stoxx Utilities (que valorizou 24,8% em 2004).

Ainda assim, e face ao PSI 20 (+12,6% em 2004), a EDP apresentou um bom desempenho, considerando que as acções da PT e do BCP, respectivamente o primeiro e o terceiro título com maior peso no PSI 20, valorizaram 7% e 13% respectivamente.

Evolução comparativa da cotação das acções da EDP em 2004



A acção EDP é actualmente um dos títulos com maior liquidez do mercado nacional. O valor de mercado do Grupo EDP, calculado com base na sua capitalização bolsista a 31 de Dezembro de 2004, ascendia a 8.154 milhões de euros, o equivalente a 7% da capitalização total de acções da Euronext Lisbon que, no final desse ano, ascendia a 113.264 milhões de euros. Em 2004, foram transaccionadas neste mercado de cotações oficiais cerca de 2.477 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 10 milhões de acções e a cerca de 84% do total de acções EDP admitidas à negociação neste mercado. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 20% (5.471 milhões de euros) do volume global de acções transaccionado no mercado regulamentado lisboeta (27.745 milhões de euros).

Factores influenciadores da evolução da cotação das acções EDP

O ano de 2004 foi caracterizado por uma performance muito positiva dos principais índices bolsistas, suportada em alguns sinais de recuperação económica e melhoria da performance financeira das empresas.

Após um período inicial de alguma incerteza quanto à sustentabilidade do crescimento

económico, à evolução das taxas de juro e ao aumento acentuado dos preços do petróleo, observou-se uma valorização bolsista continuada das principais "utilities" europeias.

EDP vs PSI20 vs DJ Euro Stoxx Utilities



Até meio do ano, o comportamento da acção EDP foi favoravelmente influenciado pela performance positiva dos mercados mundiais e por um conjunto de factores auspiciosos ligados à actividade corrente do Grupo EDP.

No que respeita aos factores endógenos, a acção EDP incorporou, durante o início de 2004, os objectivos estratégicos delineados pela Comissão Executiva, para o triénio 2004-2006, apresentados em Dezembro de 2003 em Londres a analistas financeiros e investidores institucionais. A boa aceitação destes objectivos teve reflexo na melhoria dos preços alvo para a acção EDP, recomendados pelos analistas financeiros durante a primeira metade do ano.

De salientar que os desenvolvimentos no processo de reestruturação do sector energético em Portugal, nomeadamente os relativos à integração de activos de gás da Galp Energia na EDP, influenciaram, tanto positiva como negativamente, o comportamento da acção EDP no mercado de capitais durante o ano de 2004.

Assim, por um lado, o acordo de princípios celebrado em Fevereiro entre a EDP e a Eni

S.p.A., que estabeleceu as bases de entendimento quanto à junção das fileiras da electricidade e do gás, foi observado pelo mercado como um passo definitivo na redefinição do sector da energia em Portugal. Por outro, a declaração de oposição à operação proferida em Dezembro pela Comissão Europeia veio culminar um período em que o comportamento da acção foi influenciado negativamente devido ao fluxo noticioso que antecipava esta deliberação em sentido desfavorável.

Em Dezembro, a divulgação pela ERSE dos parâmetros regulatórios para 2005 para a EDP Distribuição, terá constituído também factor de depressão da acção, uma vez que o nível de proveitos fixado não permite, ainda, a imediata convergência para os níveis de rentabilidade dos activos.

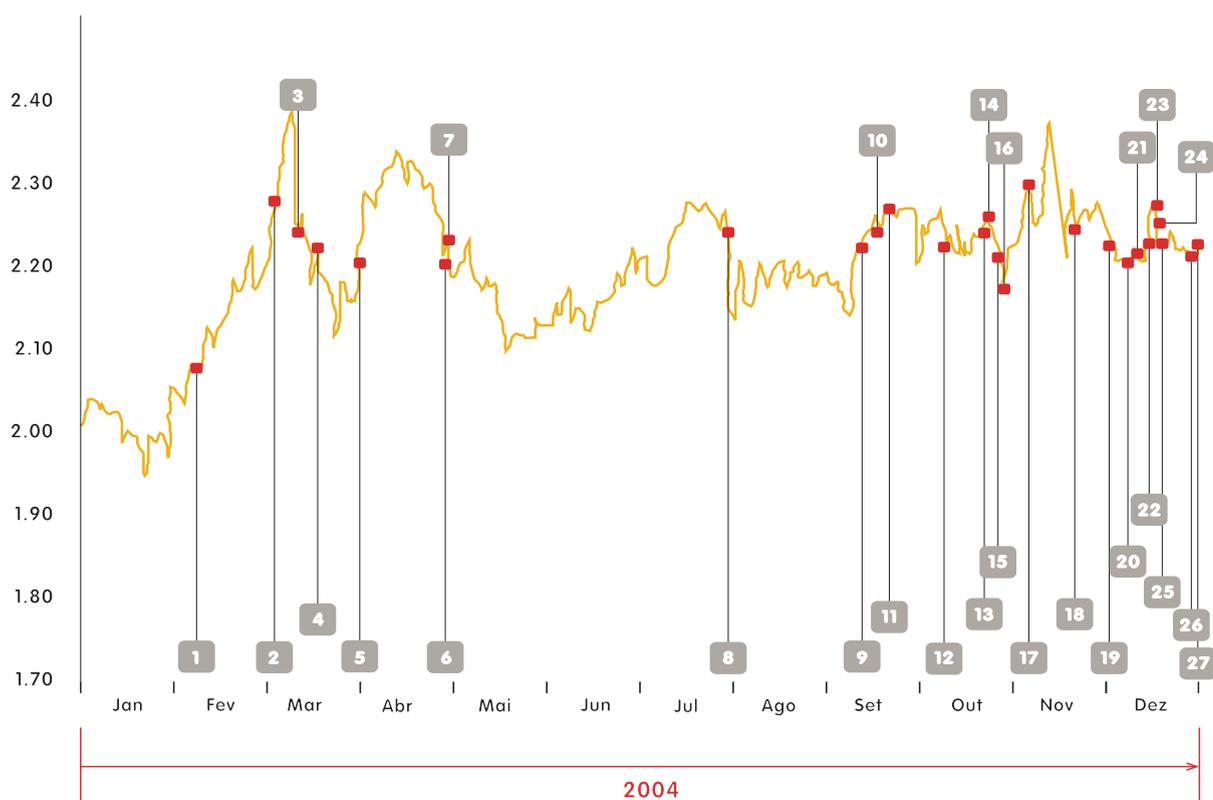
Em meados de Dezembro, foram apresentados, em Londres, a analistas financeiros e investidores institucionais, os objectivos estratégicos da EDP para o triénio 2005-2007.

Já nos últimos dias de 2004 foi publicado o Decreto-Lei nº 240/2004, de 27 de Dezembro, que atribui o direito a compensações pela cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) respeitantes aos centros electroprodutores vinculados do Sistema Eléctrico Público (SEP) português, bem como o modo e o momento do seu pagamento.

Considerando que o disposto nesse diploma garante a neutralidade da extinção dos CAE's e, sobretudo, a possibilidade de se proceder à titularização das compensações que venham a ser atribuídas aos produtores vinculados, ficou assim resolvido um dos factores de incerteza susceptível de afectar o comportamento da acção EDP, tendo provavelmente influenciado de forma positiva a performance desse título.

Em 27 de Janeiro de 2005, a EDP formalizou os contratos de cessação antecipada dos CAE's com a REN, cujos efeitos só se produzirão com a efectiva entrada em vigor do MIBEL.

Principais marcos na evolução da cotação da acção EDP em 2004



#	Data	Descrição
1	6Fev	EDP celebra acordo quadro com a Eni tendente à aquisição de controlo da fileira do gás natural em Portugal
2	3Mar	Anúncio dos Resultados Anuais de 2003
3	11Mar	Atentados em Madrid
4	17Mar	Proposta do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de dióxido de carbono para Portugal
5	31Mar	Assembleia Geral Anual / EDP conclui conjunto de acordos tendentes à aquisição do negócio do gás da Galp, em conjunto com a Eni e a REN
6	27Abr	"Ex-Dividend" Date
7	29Abr	Anúncio dos Resultados 1º Trimestre 2004
8	29Jul	Anúncio dos Resultados 1º Semestre 2004 / EDP anuncia reforço da posição accionista na HidroCantábrico para 95,7%, através da aquisição de uma participação adicional de 56,2% detida pela EnBW, CajAstur e Cáser
9	10Set	Comissão Europeia autoriza aumento de participação da EDP na HidroCantábrico para 95,7%
10	16Set	Nomeação da KPMG como auditor externo para o triénio 2004-2006
11	20Set	Autoridade da Concorrência adopta decisão de não oposição à aquisição pela EDP de 12,92% da Portgás
12	7Out	Assembleia Geral Extraordinária
13	20Out	HidroCantábrico e Ono celebram acordo para venda de participação de 34,964% na Retecal
14	22Out	ANEEL revê em baixa tarifas de electricidade da Bandeirante
15	25Out	Anúncio dos Resultados 3º Trimestre 2004
16	26Out	EDP fecha acordo de opção de compra de participações na Turbogás e na Portugen
17	4Nov	EDP anuncia aumento de capital social em 656.537.715 euros
18	19Nov	EDP informa acerca do procedimento de apreciação jus-concorrencial pela Comissão Europeia da aquisição de controlo conjunto da GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.
19	30Nov	Operação de Aumento de Capital da EDP (1,2 mil milhões de euros) totalmente subscrita
20	6Dez	ERSE Divulga Parâmetros, Tarifas e Preços para a energia eléctrica e outros serviços em 2005 / Comunicado do C.A. da EDP acerca dos acontecimentos relevantes de 2004
21	9Dez	Comissão Europeia delibera quanto à aquisição de controlo conjunto da GDP- Gás de Portugal
22	13Dez	EDP exerce opção de compra sobre participações na Turbogás e Portugen
23	15Dez	EDP anuncia objectivos estratégicos para o triénio 2005-2007
24	16Dez	EDP conclui reforço da posição accionista para 95,7% do capital da HidroCantábrico
25	17Dez	EDP vende participação da FAFEN à Petrobrás
26	27Dez	Publicação do Decreto-Lei relativo à cessação antecipada dos CAE's
27	29Dez	Exercício das opções de compra e venda relativas a empresas de distribuição de Gás Natural em Portugal

Relatório e Contas • Caderno Institucional e do Governo da Sociedade
Divulgação de Informação

Indicadores - Mercado de Capitais

	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Acções da EDP na Euronext Lisboa (euros)								
Cotação de início	-	1,58	2,43	3,52	3,50	3,79	3,49	3,49
Cotação de fecho	-	2,09	1,59	2,44	3,52	3,47	3,75	3,48
Cotação máxima	-	2,14	2,50	3,64	4,22	4,36	4,99	4,04
Cotação mínima	-	1,38	1,47	2,29	3,10	2,82	3,40	2,64
Cotação da EDP ajustada ao Aumento de Capital (euros)⁽¹⁾								
Cotação de início	2,01	1,52	2,33	3,38	3,36	3,64	3,35	3,35
Cotação de fecho	2,23	2,01	1,53	2,34	3,38	3,33	3,60	3,34
Cotação máxima	2,42	2,06	2,40	3,50	4,05	4,19	4,79	3,88
Cotação mínima	1,93	1,33	1,41	2,20	2,98	2,71	3,26	2,54
ADRs da EDP na NYSE (dólares norte-americanos)								
Cotação de início	26,59	16,79	22,19	33,50	34,75	45,50	38,38	25,84
Cotação de fecho	30,23	26,37	16,80	21,80	33,88	34,88	44,56	38,75
Cotação máxima	31,15	26,50	22,19	34,31	39,50	50,04	54,50	39,63
Cotação mínima	25,75	15,10	14,56	20,90	25,81	29,00	38,38	25,84
Varição da cotação e de índices de referência								
Acções EDP ⁽¹⁾	11%	31%	-35%	-31%	2%	-8%	8%	12%
ADRs EDP	15%	57%	-23%	-36%	-3%	-22%	15%	12%
PSI20	13%	16%	-26%	-25%	-13%	9%	25%	20%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	25%	10%	-27%	-11%	7%	-5%	32%	19%
Euronext 100	8%	13%	-33%	-20%	-	-	-	-
Liquidez das acções da EDP nos mercados								
Volume na Euronext Lisboa (M. euros)	5.470,9	2.800,2	2.489,5	3.475,5	4.535,4	3.450,1	4.364,0	2.226,1
Volume médio diário (M. euros)	21,1	11,0	10,1	14,1	18,4	13,9	17,6	16,4
Volume na NYSE (M. dólares)	124,3	40,8	43,1	33,2	73,2	55,4	179,4	301,5
Volume médio diário (M. dólares)	0,5	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,8	2,2
Número de Acções Transaccionadas (M.) ⁽²⁾	2.477,2	1.587,5	1.294,2	1.228,9	1.308,4	1.024,2	1.078,0	726,7
Número de ADRs Transaccionados (M.)	2,0	2,0	2,3	1,3	2,5	1,5	3,9	8,5
Número Total de Acções Emitidas (M.)	3.656,5	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Acções privatizadas no final do ano (M.)	2.936,2	2.099,1	2.099,1	2.099,1	2.099,1	1.499,1	1.499,1	899,8
% do Capital já privatizado	80%	70%	70%	70%	70%	50%	50%	30%
Número de Acções Próprias a 31 Dez (M.)	14,3	21,4	17,4	11,7	2,4	1,8	0,0	0,0
Rotação do Capital (acções privatizadas)	84,4%	75,6%	61,7%	58,5%	62,3%	68,3%	71,9%	80,8%
Rotação do Capital (ADRs)	0,7%	0,9%	1,1%	0,6%	1,2%	1,0%	2,6%	9,5%
Valor de Mercado da EDP (M. euros)								
Capitalização bolsista no final do ano	8.154,1	6.270,0	4.770,0	7.320,0	10.560,0	10.398,0	11.250,0	10.431,0
Rendibilidade total do Accionista								
Varição anual da cotação ⁽¹⁾	0,22	0,48	-0,82	-1,04	0,05	-0,27	0,26	-0,01
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130	-
Rendibilidade total do Accionista	16%	37%	-30%	-27%	6%	-4%	12%	12%
Dividendos								
Resultado Líquido (M. euros)	440,2	381,1	335,2	450,8	549,0	513,9	522,8	464,0
Resultado distribuído (M. euros)	336,4	270,0	270,0	339,0	419,0	419,0	419,0	388,6
Pay out	76%	71%	81%	75%	76%	82%	80%	84%
Dividendo por acção	0,092	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130
Dividend yield	4,1%	4,3%	5,7%	4,6%	4,0%	4,0%	3,7%	3,7%
Valores por acção (euros)								
Resultado Líquido	0,120	0,127	0,112	0,150	0,183	0,171	0,174	0,155
Dividendo relativo ao resultado do ano	0,092	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130
Valor contabilístico	1,751	1,766	1,831	2,032	2,068	2,020	2,042	2,059
Indicadores de mercado								
Price Earnings Ratio (final do ano)	18,5 x	16,5 x	14,2 x	16,2 x	19,2 x	20,2 x	21,5 x	22,5 x
Price to Book Value (final do ano)	0,8 x	1,2 x	0,9 x	1,2 x	1,7 x	1,7 x	1,8 x	1,7 x
Dividend yield	4,1%	4,3%	5,7%	4,6%	4,0%	4,0%	3,7%	3,7%
Earnings yield	5,4%	6,1%	7,0%	6,2%	5,2%	4,9%	4,6%	4,4%

⁽¹⁾ De forma a garantir comparabilidade, as cotações das acções EDP anteriores a 9/11/04 foram ajustadas pelo destaque dos direitos ao aumento de capital da EDP 2004.

⁽²⁾ O Número de acções transaccionadas foi ajustado de forma a manter inalterado o Volume de Negócios diário, após o ajustamento à cotação referido em ⁽¹⁾

Estrutura Accionista da EDP

Participações Qualificadas

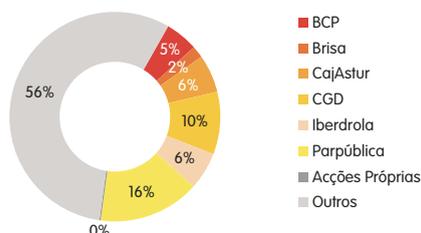
De acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2004, de 11 de Junho, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, à data da última Assembleia Geral, realizada em 31 de Janeiro de 2005:

Estrutura Accionista da EDP

Accionistas	Nº acções	% Capital	% Direitos de Voto
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	569.951.698	15,59%	15,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	354.807.404	9,70%	9,74%
Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)	210.251.158	5,75%	5,00%
Iberdrola, S.A.	208.422.650	5,70%	5,00%
Banco Comercial Português, S.A.	185.390.516	5,07%	5,00%
BRISA - Participações, SGPS, S.A.	73.212.459	2,00%	2,01%
EDP (Acções próprias)	13.994.018	0,38%	-
Restantes Accionistas	2.040.507.812	55,80%	-
Total	3.656.537.715	100,00%	-

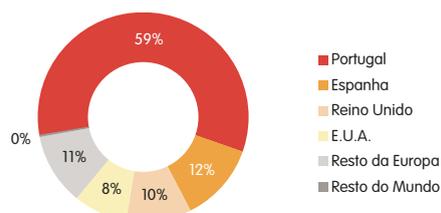
Nota: De acordo com o disposto no n.º 3 do art. 12.º do contrato de sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Estrutura Accionista



A repartição geográfica da estrutura accionista da EDP era, em 31 de Janeiro de 2005, a seguinte:

Repartição Geográfica da Estrutura Accionista



Imputação de direitos de voto, nos termos do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Participações informadas pelos Accionistas

Accionistas	Nº acções	% Capital
Caixa Geral de Depósitos	353.994.300	9,68%
Fidelidade-Mundial	813.104	0,02%
Sub-Total	354.807.404	9,70%
Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur) Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L. (Sociedad Unipersonal),	8.001.000	0,22%
Sub-Total	210.251.158	5,75%
Banco Comercial Português, S.A.	184.995.602	5,06%
Órgãos de Adm. e Fiscalização do BCP, S.A.	44.914	0,00%
Fundação Banco Comercial Português	350.000	0,01%
Sub-Total	185.390.516	5,07%
BRISA Participações, S.G.P.S.	73.202.802	2,00%
Membros do Conselho de Administração da BRISA Participações, S.G.P.S.	9.657	0,00%
Sub-Total	73.212.459	2,00%

Política de Distribuição de Dividendos

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual Euronext Lisbon), a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Em consonância com essas regras, os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido	
				Residentes	Não Res.
1997 (1)	17-04-98	18-05-98	€ 0,648	€ 0,534	€ 0,534
1998 (1)	11-05-99	28-05-99	€ 0,698	€ 0,620	€ 0,620
1999 (1)	12-05-00	31-05-00	€ 0,698	€ 0,611	€ 0,611
2000 (2)	10-05-01	31-05-01	€ 0,140	€ 0,119	€ 0,119
2001 (2)	10-05-02	06-06-02	€ 0,113	€ 0,099	€ 0,093
2002 (2)	22-05-03	18-06-03	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074
2003 (2)	31-03-04	30-04-04	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074

(1) Valores convertidos de escudos para euros aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção referenciado na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo foi de 129\$87 em 1997, 140\$00 em 1998 e 140\$00 em 1999.
 (2) Após "stock split" em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do "stock split".

Em relação ao exercício de 2003, o Conselho de Administração da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 31 de Março de 2004, uma proposta de aplicação do resultado líquido de 381,1 milhões de euros, do qual

270,0 milhões de euros se destinavam a distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada com 99,9872% dos votos emitidos naquela Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 30 de Abril de 2004, um dividendo bruto de 0,09 euros por cada acção.

Os estatutos da EDP, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêm que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:

- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas por deliberação tomada na Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas; e
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral.

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que resultam após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e a dotação de 5% para reforço da reserva legal, até perfazer a quinta parte do capital social e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

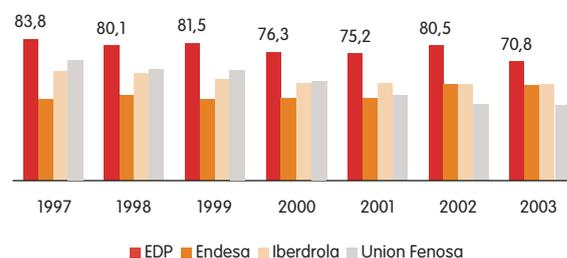
“Dividend Payout” e “Dividend Yield”

A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância pelas disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em

harmonia com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção pelos accionistas de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa, conforme fica evidenciado pela comparação com a distribuição de dividendos realizada pelas suas congêneres ibéricas:

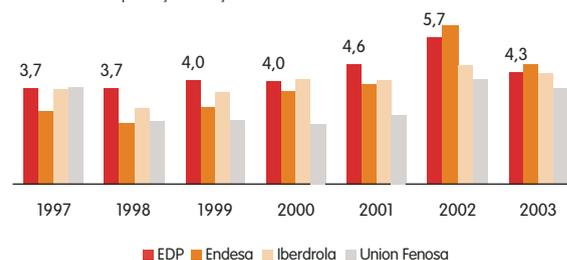
Dividend Payout (%)

Dividendo distribuído/Resultado Líquido



Dividend Yield (%)

Dividendo distribuído por acção/Cotação fecho de final de ano



Com sujeição à situação financeira da empresa e na medida em que se verifiquem as previsões apresentadas no plano estratégico para 2005-2007, é intenção do Conselho de Administração da EDP, no que respeita ao montante global de dividendos distribuídos, apresentar um crescimento anual de, aproximadamente, 7% a 8% por ano, para o período compreendido entre 2005 e 2007.

No primeiro ano em que ocorrer a distribuição de dividendos após o aumento do capital realizado em Novembro de 2004, o valor global dos dividendos a distribuir pela EDP deverá ser ajustado pelo efeito técnico decorrente daquele aumento, considerando-se para tal a cotação de fecho da acção EDP na Euronext Lisbon, no último dia de negociação com direitos de subscrição. Assim sendo, o

montante global de dividendos que venha a ser distribuído pela EDP e a respectiva variação futura deverá ser determinado com base na proporção correspondente ao efeito do aumento de capital sobre a capitalização bolsista da EDP registada antes do mesmo.

Neste sentido, o dividendo a distribuir em relação ao exercício de 2004 será objecto do referido ajustamento, sendo proposto pelo Conselho de Administração que a Assembleia Geral aprove a distribuição de um dividendo bruto por acção correspondente a 9,243 cêntimos de euro.

Perspectivas

A EDP entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros e objectivos razoáveis quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste sentido, na apresentação realizada no dia 15 de Dezembro de 2004 com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi renovado o objectivo de crescimento dos dividendos em aproximadamente 7% por ano, para o período de 2005 a 2007.

1.8. Planos de Atribuição de Acções ou Opções

O Grupo EDP implementou dois planos de atribuição de acções no seguimento e nos termos de deliberação da Assembleia Geral de 11 de Maio de 1999, um referente a Administradores Executivos e outro referente a quadros das empresas do Grupo.

No final de 2004, apenas o plano referente a Administradores Executivos tinha opções exercitáveis, conforme o quadro seguinte:

Data de atribuição	Nº de Benef.	Nº de opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções canceladas
31-Dez-01	7	490.000	2,95	31-Dez-03	31-Dez-06	206.889
31-Dez-02	9	490.000	2,00	31-Dez-04	31-Dez-07	160.386

Os demais termos, objecto e características dos planos de opções de compra de acções mantêm-se conformes à descrição feita no ponto 1.6 do Relatório e Contas – Caderno Institucional do exercício de 2003.

Em Março de 2004, a Comissão de Vencimentos definiu os factores de avaliação de desempenho referentes à compensação variável do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2006 e atribuiu as opções de compra de acções relativas ao ano de 2003, com um preço de exercício de 2.29€, antes do aumento de capital em 9 de Novembro de 2004, com a discriminação seguinte:

Data de Atribuição: 30 de Abril de 2004	Valor (euros)	Quantidade
Presidente C.A.	47.052	114.832
Presidente C.E.	67.217	164.046
Vogais Comissão Executiva	197.332	481.604
Total	311.601	760.482

Este plano prevê que cada opção de compra possa ser exercida até um máximo de 1/3 em cada um dos primeiros aniversários a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final dos 8 aniversários da data de atribuição caducam.

1.9. Negócios entre a sociedade e os Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, titulares de Participações Qualificadas e Sociedades em relação de domínio ou de grupo

A EDP observa estritamente as restrições legais aplicáveis em matéria de negócios entre os Administradores e a sociedade ou sociedades em relação de domínio ou de grupo.

No exercício de 2004 não se concretizaram quaisquer negócios entre os Administradores e a sociedade ou com sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Quanto aos contratos de prestação de serviços, compras ou financiamento com accionistas qualificados, o Conselho de Administração determinou que para todas as transacções de valor igual ou superior a um milhão de euros para serviços e fornecimentos e a dez milhões de euros para operações e responsabilidades financeiras devem ser sempre submetidas à aprovação ou homologação da Comissão Executiva, prestando-se informação à Comissão de Auditoria.

1.10. Estruturas de Apoio aos Investidores

Política de Comunicação da EDP

A EDP, em linha com as boas práticas do governo das sociedades cotadas no que respeita ao direito de acesso dos accionistas à informação sobre a actividade do Grupo, tem a constante preocupação de assegurar que a política de comunicação da empresa e a disseminação de toda a informação de carácter relevante seja efectuada de forma não discriminatória para os diferentes intervenientes no mercado financeiro e que o conteúdo dessa informação seja claro e objectivo.

A política de comunicação da EDP pauta-se pela adopção das recomendações propostas pela CMVM e das melhores práticas de governo societário do mercado nesta matéria, como forma de assegurar a transparência da gestão e a credibilidade da informação veiculada pela EDP com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, parceiros estratégicos, trabalhadores, clientes, credores e público em geral.

Gabinete de Relações com Investidores da EDP

O Gabinete de Relações com Investidores da EDP, instituído em 1997 na sequência da primeira fase do processo de reprivatização da sociedade, desempenha um papel de relevo para a prossecução desse objectivo, permitindo manter um adequado

relacionamento institucional e informativo com o vasto universo de accionistas, analistas financeiros e potenciais investidores da EDP, bem como com as bolsas de valores dos mercados onde as acções EDP se encontram admitidas à negociação e respectivas entidades reguladoras e de supervisão (a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Portugal e a Securities and Exchange Commission nos Estados Unidos da América).

A função primordial do Gabinete de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre a Comissão Executiva do Conselho de Administração da EDP e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de factos relevantes e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas. Para o desempenho das suas funções, este gabinete mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O representante para as relações com o mercado é o Dr. Rui Horta e Costa, membro executivo do Conselho de Administração da empresa. O Gabinete de Relações com Investidores da EDP é coordenado pelo Dr. Pedro Pires João e encontra-se localizado na sede social da empresa em:

Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4º Piso
1250-162 Lisboa
Telefone: +351 21 001 2834
Fax + 351 21 001 2899
Email: ir@edp.pt

Durante o ano de 2004 tiveram lugar diversas reuniões com analistas, accionistas e investidores e realizaram-se três "road-shows", o primeiro, em Abril, em Londres e em diversas cidades dos Estados Unidos da

América (São Francisco, San Diego, Denver e Nova Iorque), o segundo em Junho, nos países escandinavos e o terceiro, no âmbito do aumento do capital, em Londres, Nova Iorque, Boston, Frankfurt, Paris e Madrid.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos canais de comunicação que a EDP coloca à disposição dos seus accionistas para divulgação de informação respeitante a cada um dos tipos de documentação assinalada.

CANAIS	Presencialmente ¹	www.edp.pt	E-mail	Linha telefónica GRI ⁵	Correio postal ²	www.cmvm.pt	Media
Elementos obrigatórios por lei ou regulamento³							
Convocatória	v	v	v	v	v	v	v
Propostas do Conselho de Administração	v	v	-	v	-	-	-
Alteração dos Estatutos	v	v	-	v	-	v	-
Outras Propostas	v	v	-	v	-	-	-
Relatório e Contas referente ao exercício de 2003 ⁴	v	v	v	-	v	v	v
Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	v	v	-	v	-	-	-
Nome, qualificações e experiência profissional de dois novos membros a propor para o Conselho de Administração	v	v	-	v	-	-	-
Elementos adicionais disponibilizados pela EDP							
Minutas para o exercício de voto por representação	v	v	v	v	v	-	-
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	v	v	v	v	v	-	-
Minutas para o exercício de voto por correspondência electrónica	v	-	v	v	v	-	-
Esclarecimento de questões	v	v	v	v	v	-	-
Estatutos e regulamentos da EDP	v	v	v	v	v	v	-
Resultados das votações das propostas	v	-	-	v	v	v	-

¹ Na sede da EDP.

² Adicionalmente, por iniciativa da EDP: Informação do Presidente do C.A. relativa à participação em Assembleias Gerais de Accionistas, Comunicação do Presidente da C.E. dando conhecimento da actividade e indicadores económico-financeiros no final de cada exercício e Comunicações sempre que ocorram factos de relevância para a sociedade, como por exemplo o aumento de capital.

³ Código das Sociedades Comerciais (artigo 289.º) e Regulamento da CMVM n.º 7/2001.

⁴ Relatório de gestão, contas individuais e consolidadas, certificação legal das contas e parecer do Fiscal Único.

⁵ Linha telefónica Relação com Investidores: +351 21 001 28 34

Utilização das Novas Tecnologias de Informação para Divulgação de Informação Societária

Para além da existência do Gabinete de Relações com Investidores, e em cumprimento

das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através do seu sítio institucional na "internet" (www.edp.pt), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao Governo da Sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio inclui os relatórios de prestação de contas, os comunicados de factos relevantes, os regulamentos internos e o contrato de sociedade, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O sítio da EDP na "internet" possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

A EDP tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processos de divulgação de informação, muito para além da sua página institucional na "internet". Com efeito, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar quer o acesso, quer a troca de informação entre as empresas do Grupo EDP e os diferentes "stakeholders", em especial accionistas, analistas financeiros e profissionais da comunicação social.

Neste sentido, a EDP tem promovido e incentivado a utilização do correio electrónico para a recepção e prestação de informação nas relações com a entidade de supervisão e o mercado, bem como de metodologias de teleconferência e videoconferência na interacção com agentes e investidores institucionais.

1.11. Comissão de Vencimentos

As remunerações dos Administradores e dos demais membros dos órgãos sociais são fixadas pela Comissão de Vencimentos (em linha com a orientação preconizada na Recomendação da Comissão Europeia, de 14 de Dezembro de 2004), composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com o Contrato de Sociedade.

Os actuais membros da Comissão de Vencimentos são:

- Brisa, representada por Vasco Maria Guimarães José de Mello;
- Parpública, representada por João Plácido Pires; e
- Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque.

Nenhum dos membros deste órgão exerce funções no Conselho de Administração da EDP, nem é cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau de qualquer Administrador da EDP.

A composição da Comissão de Vencimentos respeita os critérios de independência definidos pela CMVM.

Nos termos do contrato de sociedade da EDP, compete à Comissão de Vencimentos fixar as remunerações dos Administradores, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, assim como as remunerações dos demais órgãos sociais.

1.12. Auditores

A Comissão de Auditoria reviu o processo de reporte de informação financeira do Grupo. Os órgãos de gestão são responsáveis pela produção e "reporting" das demonstrações financeiras, assim como pelos sistemas de controlo interno que servem de base à criação das mesmas.

O Gabinete de Auditoria Interna, que reporta ao Presidente da Comissão Executiva, é responsável pela verificação da consistência dos sistemas de controlo interno, nomeadamente no que diz respeito à protecção dos activos, à abrangência e rigor da informação operacional e financeira e ao respeito pelas linhas de orientação do Grupo EDP.

No âmbito das políticas internas de governo das sociedades cotadas no que respeita à independência das relações profissionais com os auditores externos, em 2004, a EDP consultou o mercado relativamente à prestação de serviços de auditoria para o triénio 2004-2006, tendo convidado prestigiadas firmas internacionais de auditoria para apresentarem as suas propostas de serviços.

O processo referido concluiu-se com a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa com a KPMG Auditores, S.A., iniciado em Outubro de 2004.

Os auditores externos independentes são responsáveis por expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Por sua vez, como foi já assinalado, a Comissão de Auditoria tem como missão acompanhar a realização destas actividades e elaborar recomendações no âmbito do processo de preparação da informação financeira.

Tendo debatido com o Conselho de Administração e com os auditores independentes as matérias relevantes que dizem respeito às demonstrações financeiras, a Comissão de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração, e este aprovou, a inclusão das demonstrações financeiras auditadas neste Relatório e Contas de 2004.

Mandato dos Auditores Independentes

A KPMG iniciou funções a partir do dia 1 de Outubro de 2004, para as subsidiárias com

sede em Portugal, e 1 de Janeiro de 2005 para as subsidiárias com sede no estrangeiro. Nessas datas, a PriceWaterhouseCoopers (PwC), cessou funções de auditoria externa no Grupo EDP.

Os custos com honorários de auditoria e revisão oficial de contas, outros serviços de auditoria e de consultadoria para Portugal, Espanha (Grupo HidroCantábrico a 40%) e Brasil, reconhecidos e especializados em 2004, foram os seguintes:

euros	Auditoria e Revisão Oficial de Contas	Outros serviços de Auditoria	Serviços de Consultoria	Total
KPMG e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas correspondentes	1.497.032	518.690	804.606	2.820.328
PwC e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas correspondentes	1.659.996	875.594	42.000	2.577.590
Deloitte e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas correspondentes	-	1.326.890	78.593	1.405.483
Outros auditores e Revisores Oficiais de Contas	407.725	131.577	-	539.302
Total	3.564.753	2.852.751	925.199	7.342.703

Os serviços de auditoria e de revisão oficial de contas correspondem aos serviços necessários para a emissão dos pareceres sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa-mãe e das suas filiais em Portugal e no estrangeiro. Estes montantes não incluem os serviços prestados a associados e a entidades conjuntamente controladas.

Os outros serviços de auditoria da PwC e da KPMG incluem serviços de auditoria de transacções não recorrentes, implementação de novas políticas contabilísticas, assessoria de gestão de risco na rescisão dos CAE's, revisão do controlo interno e outros serviços no âmbito das exigências da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Portugal) e da Securities and Exchange Commission (Estados Unidos).

Os outros serviços de auditoria prestados por outros auditores internacionais respeitam a

serviços prestados pela Deloitte & Touche em Portugal, Espanha e Brasil e pela Ernst & Young no Brasil, relacionados com trabalhos de avaliação e outros serviços.

Os serviços de consultoria respeitam à actividade de consultoria de gestão, organização e fiscalidade.

2. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

2.1. Regras Estatutárias

De acordo com o contrato de sociedade da EDP, a assistência e participação nas reuniões da Assembleia Geral de Accionistas e a atribuição do direito de voto dependem da titularidade de um mínimo de 100 acções, correspondendo 1 voto a cada 100 acções, sem prejuízo dos direitos de agrupamento e representação, nos seguintes termos:

- Os accionistas possuidores de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto;
- Como instrumento de representação é suficiente uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

2.2. Legitimação para o Exercício do Direito de Voto

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior à data da realização da Assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções é realizada mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem esteja cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior ao da data da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a mesma Assembleia Geral terá lugar.

De forma pioneira em Portugal, a EDP decidiu suportar os custos com a emissão de declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas na Assembleia Geral anual. Esta medida visa incentivar o exercício activo do direito de voto pelos accionistas, através da eliminação de obstáculos, designadamente de ordem financeira, susceptíveis de desincentivar a participação dos accionistas mediante o exercício dos respectivos direitos de voto.

2.3. Modos de exercício do direito de voto

Titulares de acções EDP

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção, para a sede social, com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da assembleia.

A EDP tem procurado incentivar a participação dos seus accionistas na vida da empresa, nomeadamente através do exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pelo que consagrou o exercício do voto por correspondência nos respectivos estatutos, imediatamente após a entrada em vigor do Código dos Valores Mobiliários.

Para permitir este modo de exercício do direito de voto, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória, são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP, com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral. A EDP procede também ao envio por correio, fax ou correio electrónico daquela informação, mediante solicitação dos accionistas.

Titulares de “American Depositary Shares” (ADS’s)

Os titulares de direitos representativos de acções ao abrigo de programas de ADS’s que se encontram admitidos à cotação na Bolsa de Nova Iorque poderão dar instruções ao respectivo banco depositário para o exercício do direito de voto ou conferir procuração a representante designado pela EDP para o efeito, com respeito pelas disposições legais e estatutárias aplicáveis; o contrato de depósito deverá regular os prazos e modos de exercício das instruções de voto, bem como os casos de ausência de instruções.

Aos detentores de ADS’s são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADS’s são determinados tendo em consideração que um ADS é representativo de dez acções ordinárias da EDP.

Limitação ao Exercício do Direito de Voto

Com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, nenhum accionista pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

2.4. Modelo para o Exercício do Direito de Voto por Correspondência

De forma a alargar a utilização e facilitar o exercício de voto por correspondência aos accionistas que pretendam usufruir desta prerrogativa, a EDP disponibiliza na página da “internet” www.edp.pt ou a quem o requeira

pessoalmente, por escrito ou por telefone, minutas-tipo de carta de representação e de boletim de voto para o exercício de voto por correspondência, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

2.5. Possibilidade de Exercício do Direito de Voto por Meios Electrónicos

A EDP disponibiliza a possibilidade de exercício do direito de voto por correspondência mediante mensagem electrónica, desde que se cumpram os formalismos legais e estatutários para participação na Assembleia Geral e desde que seja assegurada a identificação do accionista mediante adequados métodos de certificação.

3. REGRAS SOCIETÁRIAS

Regulamentos Internos

O contrato de sociedade da EDP, que define as principais regras de funcionamento e organização da estrutura orgânica e administrativa da sociedade, constitui um documento para consulta pública, podendo ser disponibilizado a todos aqueles que assim o requeiram ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP ou que acedam à página da EDP na "internet" em www.edp.pt.

Para além do contrato de sociedade da EDP, o Conselho de Administração aprovou determinados regulamentos internos respeitantes ao seu funcionamento e ao funcionamento de comissões deste órgão. Assim, o Regulamento do Conselho de Administração estabelece um conjunto de regras de competência e procedimentais relativas ao funcionamento deste. Por outro lado, as principais regras de funcionamento da Comissão Executiva, constituída por delegação de poderes deliberada em 22 de Maio de 2003, encontram-se estabelecidas no Regulamento da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração da EDP criou ainda uma comissão especializada constituída por três administradores independentes denominada Comissão de Auditoria, tendo em vista implementar as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas e cumprir as normas aplicáveis às sociedades cotadas na New York Stock Exchange, decorrentes do "Sarbanes-Oxley Act", aprovado pelo Senado dos Estados Unidos da América, em Julho de 2002.

Os regulamentos internos do Conselho de Administração e das aludidas comissões encontram-se à disposição dos accionistas para consulta na sede da sociedade ou na página da EDP na "internet" em www.edp.pt, bem como na intranet do Grupo.

Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Embora não existam limitações à transmissibilidade das acções EDP, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado devem ser livremente transmissíveis, o contrato de sociedade da EDP contém regras relativas à limitação do exercício de direito de voto e o diploma legal que definiu as condições para a 4.ª fase de reprivatização da EDP, realizada em Outubro de 2000, estabelece determinados direitos especiais atribuídos ao Estado Português enquanto accionista da EDP, que são susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição de acções EDP.

Segundo os estatutos da EDP, nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação. Para este efeito, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto que, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários, são considerados como integrantes de uma participação qualificada; neste caso, os accionistas têm o dever de prestar ao Conselho de Administração, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito e que estejam relacionados com aquela participação qualificada.

Por outro lado, nos termos do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 141/2000, de 15 de Julho, respeitante à 4ª fase do processo de reprivatização da EDP, enquanto o Estado Português for accionista da EDP, independentemente do número de acções de que seja titular, quer directa, quer indirectamente através de entes públicos, a aprovação das seguintes deliberações depende do respectivo voto favorável:

- Alteração do contrato de sociedade, incluindo aumento do capital social, fusão, cisão e dissolução;
- Celebração de contratos de grupo paritário e de subordinação; e
- Supressão ou limitação do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital.

De igual modo, enquanto o Estado conservar a qualidade de accionista da EDP, dispõe do direito de designar um administrador no caso de votar contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores da EDP. Este direito conferido ao Estado Português prevalece sobre os direitos conferidos aos accionistas minoritários, nos termos do artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais.

4. SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS

O Gabinete de Gestão de Risco (GGR) prosseguiu, durante 2004, o esforço de modelação e controlo dos Riscos do Grupo EDP. Durante o ano conseguiram-se sólidos avanços nesta área, tendo-se colocado em funcionamento regular as principais estruturas de Governo do Grupo EDP.

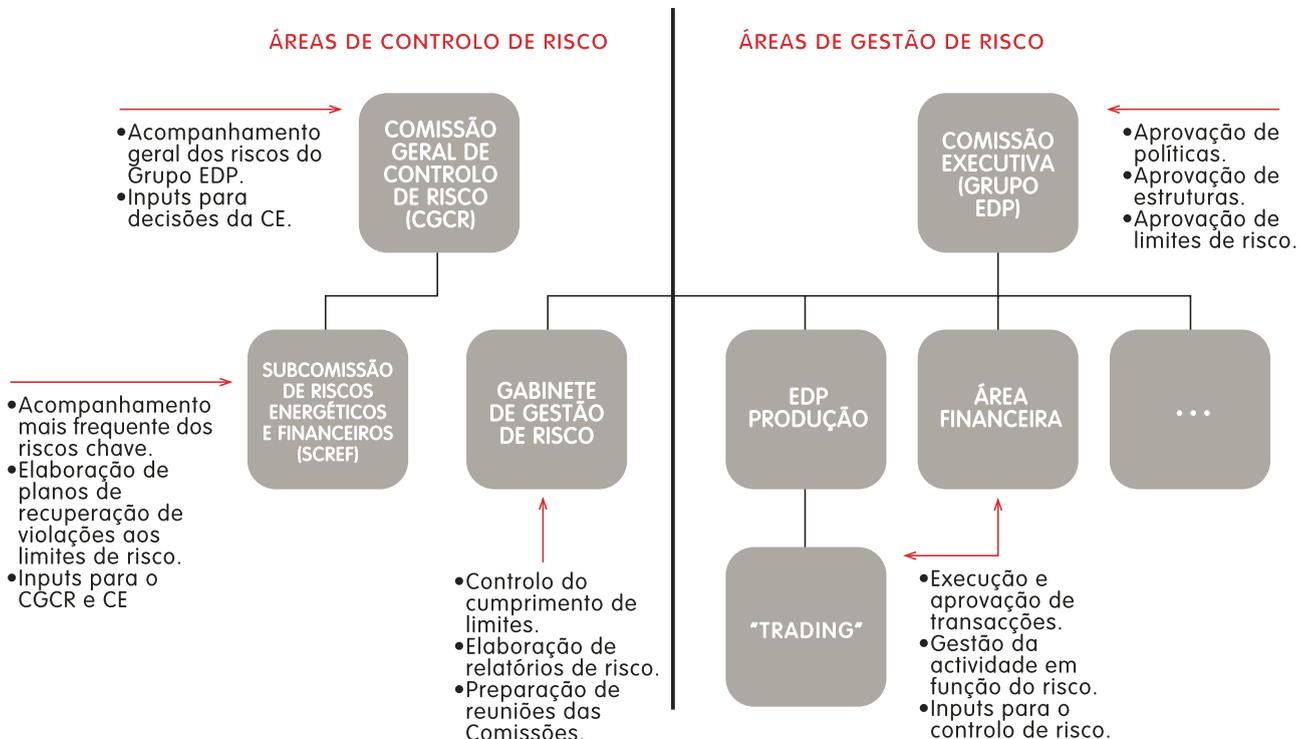
A Comissão Geral de Controlo de Risco do Grupo EDP, que tem por missão a definição da estratégia de risco do Grupo assim como o acompanhamento da sua execução, reúne trimestralmente sob a égide do Presidente da Comissão Executiva. Também reúne mensalmente a SCREF – Sub-Comissão de Riscos Energéticos e Financeiros, que segue mais de perto os aspectos de Risco das Direcções Financeiras e de “Trading”.

Estas comissões asseguraram de forma regular em 2004 o acompanhamento dos Riscos:

- Da Unidade de “Trading”;
- Da dívida do Grupo EDP (EDP,S.A., EDP Finance BV e HidroCantábrico);
- Dos activos do Fundo de Pensões; e
- Dos activos da Energia RE.

A estratégia de Risco, proposta ao nível das comissões referidas e aprovada pela Comissão Executiva, passa pelo reconhecimento de que o Risco constitui uma dimensão adicional de gestão, que deverá ser tida em atenção nas tomadas de decisão principais da empresa, devendo o GGR assegurar baixos níveis de Risco ao nível do Grupo e que é gerido de forma objectiva e rigorosa, assentando em processos bem definidos e em estreita colaboração com a Auditoria Interna.

ESTRUTURA DE GOVERNO

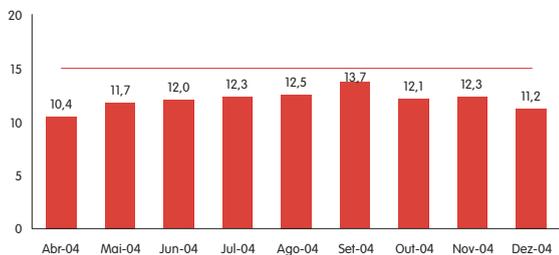


Prosseguiu-se ao longo do ano um conjunto de acções no sentido de reforçar, dentro do Grupo, a sensibilidade à gestão de risco, sendo de realçar o desenvolvimento com o CEMAF/ISCTE de um programa de formação em Gestão de Risco Financeiro, o qual permitirá a um conjunto alargado de colaboradores, com origem em áreas diversificadas do Grupo EDP, ter acesso a conhecimentos específicos e a uma eventual Certificação PRMIA.

Riscos associados ao "Trading"

A Unidade de "Trading" prosseguiu, em 2004, o desenvolvimento das metodologias que permitem otimizar as suas decisões e manter as diferentes componentes do Risco dentro dos níveis definidos. Nesta área procede-se sistematicamente ao "mark-to-model" das diferentes posições de "trading", tendo-se verificado, ao longo do ano, que o CFaR ("Cash-Flow at Risk") a um ano com 95% de confiança, se manteve consistentemente abaixo do limite definido de 15 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DO "CASH-FLOW AT RISK"



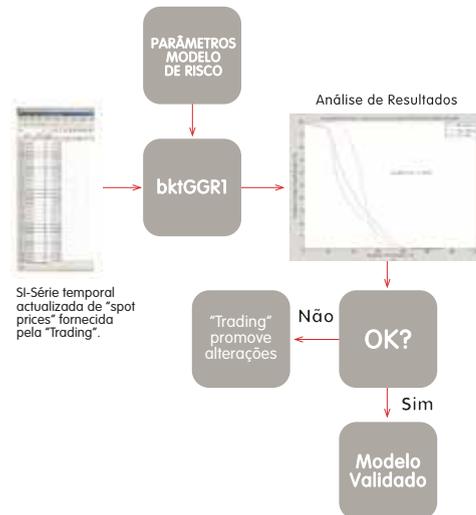
Ao longo do ano foi também controlado o Risco de Crédito desta unidade, tendo-se verificado que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

Tendo os mercados, em que se actua, uma liquidez ainda limitada, reveste-se de importância fundamental o modelo com que se mede o Risco das posições assumidas.

Neste sentido, o GGR e a Unidade de "Trading" acordaram numa metodologia, desenvolvida internamente, de "backtest" sistemático do modelo utilizado. Esta metodologia, que permite garantir a consistência das medidas de Risco obtidas, será parte integrante do

novo sistema em desenvolvimento para a Unidade de "Trading", o MUR – Modelo Único de Quantificação dos Riscos de Mercado.

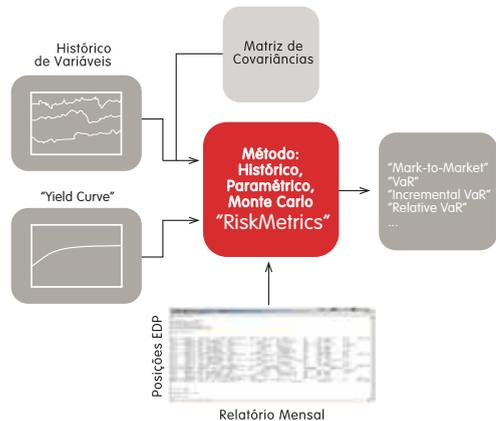
PROCEDIMENTOS "BACKTEST" DO MODELO



Riscos da Dívida do Grupo EDP

Para a medição sistemática da dívida do Grupo EDP, adoptou-se a metodologia RiskMetrics, com a qual se efectuou o "mark-to-market" mensal da dívida.

CICLO MENSAL



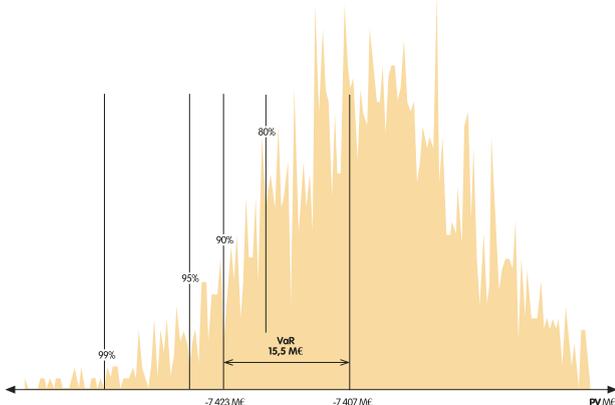
Para as análises utiliza-se o método histórico, paramétrico ou de Monte Carlo, obtendo-se um conjunto de características associadas à volatilidade do "portfolio" de dívida da EDP.

Durante 2004, colocaram-se em processamento automático o cálculo do risco da dívida da EDP, EDP Finance BV e HidroCantâbrico, tendo-

se igualmente estudado aspectos pontuais da dívida das empresas do Brasil.

Face a estudos efectuados de forma sistemática, conclui-se que, em virtude da utilização prudente e criteriosa de derivativos, a EDP conseguiu manter a volatilidade da dívida da EDP, EDP Finance BV e HidroCantábrico em valores baixos, tendo o “Value at Risk” (VaR) por Monte Carlo, a 5 dias com 95% de confiança, sido mantido num valor inferior a 15,5 milhões de euros, o que corresponde a 0,2% do valor da dívida.

RISCO DA DÍVIDA (EDP+HC) EM DEZEMBRO - VaR 95%, 5 dias
HISTOGRAMA - MONTE CARLO



Risco dos activos do Fundo de Pensões

Durante 2004, procedeu-se a medições mensais do VaR associado aos distintos activos do Fundo de Pensões da EDP. Para o efeito estabeleceram-se procedimentos de envio sistemático, em formato electrónico, das posições das carteiras das quatro sociedades gestoras que asseguram a gestão da componente financeira do fundo. Tratou-se igualmente a componente imobiliária do fundo, a qual é gerida directamente pela EDP. Verificou-se que o VaR a 1 ano do Fundo, pelo método de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 95%, se manteve inferior a 40 milhões de euros, o que corresponde a 4,9% do valor do Fundo. Verificou-se igualmente que o fundo se comportou adequadamente face a um conjunto de “stress-tests”, os quais incluíram a simulação de uma situação análoga ao 11 de Setembro, assim como mudanças importantes no valor da taxa de juro. Realizou-se

igualmente a análise da correlação entre as diferentes carteiras.

Medida e Controlo do Risco dos activos da Energia RE

Procedeu-se igualmente à medição sistemática do risco associado ao Fundo da Energia RE, resseguradora do Grupo EDP, cujos activos são geridos pela Kreditrust. Verificou-se que o VaR a 1 ano, pelo método de Monte Carlo, com 95% de confiança, deste Fundo, se manteve inferior a 10% do seu valor actual líquido.

Desenvolvimentos futuros

Em 2005, prosseguir-se-á o desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrada de Risco (SGIR) assegurando em paralelo a sua adopção por todo o Grupo EDP. Esta estratégia passa pela realização, em conjunto com a HidroCantábrico, de três importantes projectos, que numa segunda fase serão estendidos às restantes empresas do Grupo:

- Sistema de Autorizações – “workflow” de controlo das decisões de Alta Direcção do Grupo, já em funcionamento na HidroCantábrico e que vai ser estendido às empresas de Portugal e Brasil para um conjunto de processos relevantes para o Risco e não contemplados nos sistemas corporativos existentes;
- Portal de Risco – permite a permanente actualização e consulta dos indicadores de risco (quantitativos e/ou qualitativos) das diversas unidades organizacionais do Grupo EDP, bem como a consulta dos respectivos valores globais agregados (por negócio, por tipo de risco, entre outros); e
- Sistema de Medição de Riscos – irá permitir o cálculo do risco das diversas unidades de negócio e sua agregação a nível do Grupo, bem como determinar o risco associado a grandes investimentos.

5. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

5.1. Caracterização do Órgão de Administração

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes, é actualmente composto por quinze Administradores eleitos em Assembleia Geral, que também designa o Presidente do Conselho de Administração. O mandato dos Administradores é de três anos, não existindo qualquer restrição quanto à sua reeleição.

5.2. Descrição do modo de funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração da EDP é responsável pela administração e gestão da actividade da sociedade, competindo-lhe, nomeadamente, de acordo com o contrato de sociedade:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e do contrato de sociedade;

- Estabelecer a organização técnico-administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o secretário da sociedade e respectivo suplente; e
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração, bem como a convocar e a presidir às respectivas reuniões;
- Exercer voto de qualidade; e
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os Administradores, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros. Não é permitida a representação de mais de um Administrador em cada reunião. Todos os Administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é disciplinado por um regulamento interno.

Em 2004, o Conselho de Administração realizou 12 reuniões ordinárias e 12 extraordinárias.

5.3. Comissão Executiva

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, em 22 de Maio de 2003, de harmonia com o previsto no contrato de sociedade, a gestão corrente da EDP encontra-se delegada numa Comissão Executiva, composta por cinco Administradores.

Em regra, a Comissão Executiva reúne semanalmente com a participação de todos os seus membros. O modo de funcionamento da Comissão Executiva encontra-se estabelecido no respectivo regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual também designou o Presidente da Comissão Executiva e fixou as regras de informação e de acompanhamento das suas actividades pelo Conselho.

Em todas as reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva apresenta os desenvolvimentos da agenda estratégica do Grupo e as decisões mais relevantes que tomou, bem como as actas das reuniões da Comissão Executiva.

Para assegurar o completo conhecimento de todas as matérias tratadas pela Comissão Executiva, está estabelecido que a prestação de informações a algum dos membros do Conselho de Administração é dada a conhecer a todos os membros do Conselho de Administração.

As atribuições da Comissão Executiva foram fixadas pelo Conselho de Administração na deliberação de delegação de poderes de gestão corrente da sociedade, consistindo essencialmente no:

- Desenho e proposta da estratégia e política do Grupo;
- Condução corrente dos negócios da EDP e das empresas do Grupo;
- Coordenação da actividade das empresas participadas maioritariamente;

- Gestão das participações sociais na titularidade da EDP; e
- Cooperação com o Conselho para a definição das políticas do Grupo.

No entanto, a delegação de competências na Comissão Executiva não inclui:

- A cooptação de Administradores;
- O pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
- A aprovação das contas semestrais e trimestrais a publicar nos termos legais;
- A aprovação dos planos e orçamentos anuais e plurianuais e o acompanhamento periódico da sua execução;
- A mudança de sede da EDP, nos termos previstos no contrato de sociedade;
- Os projectos de fusão, cisão, transformação e alienação de empresas do Grupo EDP; e
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela empresa.

A Comissão Executiva deverá ainda dar conhecimento ao Conselho de Administração das deliberações de especial importância que tenha tomado e, quando se justifique, submeter à apreciação do Conselho de Administração as deliberações que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Não obstante esta delegação de poderes, os membros do Conselho de Administração que não integrem a Comissão Executiva são, nos termos da lei aplicável, responsáveis pela vigilância da actuação da Comissão Executiva e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões desta, quando, tendo

conhecimento de tais actos ou omissões ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

Em 2004, a Comissão Executiva realizou 40 reuniões ordinárias e 14 extraordinárias.

5.4. Remuneração dos Órgãos Sociais

Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais no exercício de 2004

De harmonia com o contrato de sociedade, a Assembleia Geral elege uma Comissão de Vencimentos que fixa as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais. A Assembleia Geral pode ainda determinar a atribuição de uma parte dos lucros a Administradores, a título de participação nos resultados, bem como a implementação de planos de opções de aquisição de acções.

As remunerações atribuídas, no exercício de 2004, aos membros dos Órgãos Sociais da EDP, foram as seguintes:

euros	Total
Mesa da Assembleia Geral	7.500
Fiscal Único	116.731
Conselho de Administração	4.276.613
Total	4.400.844

Política de compensação dos Membros do Órgão de Administração

No actual mandato, a Comissão de Vencimentos definiu um conjunto de pressupostos destinados a premiar o desempenho e a incentivar a consistência de gestão a médio e longo prazo, em sintonia com as recomendações da CMVM e com as melhores práticas internacionais de alinhamento de interesses dos gestores com os interesses da sociedade.

Para o efeito, foi fixado um tecto de compensação variável, para cada tipo de funções, que poderá ser atingido em função de

critérios de desempenho qualitativos e quantitativos, segundo objectivos predefinidos:

- Curto prazo – Bónus monetário, atendendo a objectivos de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), rentabilidade do capital investido (ROIC), excedentes brutos de exploração (EBITDA) e variação da situação líquida;
- Médio prazo – Acções por desempenho, atendendo a objectivos de rentabilidade total dos accionistas, considerando o conjunto das empresas congêneres e evolução do PSI 20; e
- Longo prazo – Plano de opções de acções, atendendo a objectivos de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), rentabilidade do capital investido (ROIC), excedentes brutos de exploração (EBITDA) e variação da situação líquida.

Remunerações do Conselho de Administração no actual Mandato

Discriminam-se os valores das remunerações auferidas durante o exercício de 2004 pelos membros do Conselho de Administração:

euros	Fixo	Variável	Senhas ⁽¹⁾	Total
Presidente C.A.	606.167	134.433		740.600
Presidente C.E.	606.167	134.433		740.600
Vogais Comissão Executiva	1.786.776	394.668		2.181.444
Vogais Comissão de Auditoria	118.382		125.000	243.382
Vogais que não integram C.E. nem Comissão de Auditoria Mandato Anterior (Variável referente a Jan./Maio 2003) ⁽²⁾	141.382			141.382
		229.206		229.206
Total	3.258.873	892.740	125.000	4.276.613

⁽¹⁾ Valor pago em 2004 referente a senhas de presença de 2003 e 2004.

⁽²⁾ Prémio de gestão referente ao mandato findo em Maio de 2003.

5.5. Acções da EDP detidas por titulares de Órgãos Sociais

De acordo com o n.º 5 do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, com as acções pertencentes aos membros dos Órgãos Sociais.

Acções da EDP detidas por membros de órgãos sociais

	Movimentos em 2004*	N.º Acções 31-12-04
Mesa da Assembleia Geral		
José Manuel Archer Galvão Teles	771	4.277
António Campos Pires Caiado	1.096	5.078
Conselho de Administração		
Francisco de la Fuente Sánchez	2.281	12.654
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	419	2.324
António Afonso de Pinto Galvão Lucas	-	-
Arnaldo Pedro Figueirãa Navarro Machado	2.129	11.809
João Eduardo Moura da Silva Freixa	-	-
Jorge Manuel de Oliveira Godinho	6.287	35.380
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette	-	1.000.000
José Manuel Gonçalves de Morais Cabral	-	-
José Manuel Trindade Neves Adelino	196	1.091
José Pedro da Silva Sucena Paiva	5.060	10.060
Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho	-	-
Manuel Menéndez Menéndez	-	-
Paulo Azevedo Pereira da Silva	1.318	7.304
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	-	-
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	670	4.432
Secretário da Sociedade		
António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho	-	1.346
António José Marrachinho Soares (Suplente)	-	11.696
Comissão de Vencimentos		
BRISA	-	73.202.802
PARPÚBLICA	-	569.951.658
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque	-	4.561

* Todas as aquisições foram efectuadas ao preço unitário de 1,84 euros

5.6. Cargos Sociais Desempenhados pelos membros do Conselho de Administração

Cargos desempenhados pelos Administradores não Executivos

António Afonso Pinto Galvão Lucas:

Presidente do Conselho de Administração da EPM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Fábrica Cerâmica de Valadares S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Valadares España S.A.; Gerente da CCS Serviços de Gestão Lda.

João Eduardo Moura da Silva Freixa:

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

José Alfredo Parreira Holtreman Roquette:

Presidente do Conselho de Administração da Finagra – Sociedade Industrial e Agrícola; Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português.

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral:

Administrador da Soponata; Administrador da Efacec Capital, SGPS; Administrador da Soimper; Administrador da José de Mello Participações II, SGPS; Gerente da José de Mello Serviços, Lda.

José Manuel Trindade Neves Adelino:

Membro do Conselho Consultivo da Sonae SGPS; Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos; Membro do Conselho Estratégico da Portugal Telecom; Membro do Conselho Consultivo da Confederação da Indústria Portuguesa; Membro da Comissão Nacional da Educação.

José Pedro da Silva Sucena Paiva: Professor Professor Catedrático de Sistemas de Energia Eléctrica no IST, UTL; Presidente do Conselho Científico do Centro de Energia Eléctrica do IST; Membro do Conselho Director da COGEN Portugal e do Conselho Consultivo da COGEN Europe; Presidente do Júri do Prémio REN e do Prémio Luís Vidigal.

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho:

Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Direcção da Associação de Música, Educação e Cultura; Consultor de Empresas.

Manuel Menéndez Menéndez: Presidente da Caja de Ahorros de Astúrias; Presidente da HidroCantábrico; Presidente da NaturCorp; Vogal do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorros; Vogal da Junta Directiva de UNESA; Membro do Registro Oficial de Auditores de Cuentas.

Paulo Azevedo Pereira da Silva:

Presidente do Conselho de Administração do Millennium BCP – Serviços de Comércio Electrónico, SA; Administrador do BCP Investimento – Banco Comercial Português de Investimento, SA; Administrador da Credicar - Aluguer de Longa Duração, SARL; Administrador da ONI, SGPS; Presidente do Conselho de Administração da Tecnilease; Presidente do Conselho de Administração da Luso-Atlântica; Presidente do Conselho de Administração da Unilong; Gerente da Cif Veículos; Administrador do BIM-Leasing, SARL (Moçambique).

Cargos desempenhados pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos Membros da Comissão Executiva

	Francisco Sánchez	João Talone	Navarro Machado	Jorge Godinho	Pedro Rezende	Rui Horta e Costa
EDP - Energias de Portugal, S.A.	PCA	PCE	A	A	A	A
Central-e-Informação e Comércio Electrónico, S.A.						PCA
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A		PCA			PCE	A
Edalpro Imobiliária, Lda.						G
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.		PCA			PCE	A
EDP - Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda						A
EDP Brasil, S.A.				PCA		
EDP Comercial, S.A.			PCA		A	
EDP Energia Ibérica, S.A.					PCA	
EDP Estudos e Consultoria, S.A.		PCA	A	A	A	A
EDP Imobiliária, S.A.					A	PCA
EDP Outsourcing Comercial, S.A.			PCA			
EDP Participações - S.G.P.S., S.A.		PCA				A
EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A.					PCA	
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.						
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.				PCA		
EDP Valor, S.A.		PCA		PCA	A	
Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A.			PCA			A
Energia RE - Sociedade Cativa de Resseguro						A
Enernova - Novas Energias, S.A.				PCA		
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	PH	A			A	A
Iberenergia, S.A.						A
Internel - Serviços de Consultoria Internacional, S.A			PCA			A
Labeltec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A			PCA			
ONI S.G.P.S., S.A	PCA	A				A
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A.					PCA	

PCA: Presidente do Conselho de Administração

PCE: Presidente da Comissão Executiva

PH: Presidente Honorário

A: Administrador

G: Gerente

6. RECURSOS HUMANOS

A principal linha de orientação da política de Recursos Humanos (RH) em 2004 foi a de assegurar a reestruturação da força de trabalho, alinhando os RH com o plano estratégico da empresa. O desenvolvimento de novas competências, suscitado pelas novas exigências do mercado e pela emergência de novas oportunidades de negócio, constatadas essencialmente nas áreas comercial e de “trading”, foi um dos factores mais relevantes nos domínios de recrutamento e formação.

6.1. Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Reajuste dos perfis de competências aos objectivos do negócio

Uma das principais preocupações em 2004 foi adequar os perfis de competências à nova realidade do Grupo EDP. Neste sentido, privilegiou-se a:

- Execução de actividades de “appraisal”, visando aprofundar o conhecimento sobre as características dos gestores e quadros técnicos de topo existentes;
- Implementação de processo de “coaching” de quadros com funções de chefia;
- Admissão de novos quadros com as competências adequadas às novas necessidades identificadas;
- Reformulação de políticas remuneratórias visando quer o recrutamento e a retenção de colaboradores com as capacidades específicas necessárias, quer a mobilidade internacional que o Grupo EDP requer.

“ Management Appraisal ”

Programa lançado com o objectivo de conhecer melhor os gestores do Grupo e permitir a constituição e desenvolvimento de equipas de gestão qualificadas e motivadas, através de:

- Avaliação das competências comportamentais e de gestão deste grupo

de executivos face aos objectivos estratégicos;

- Identificação de áreas/competências a melhorar, maximizando o potencial de desenvolvimento global e sectorial;
- Explicitação a cada gestor das áreas de desenvolvimento profissional a privilegiar, por forma a melhorar e potenciar as respectivas competências;
- Obtenção de “feedback” dos quadros envolvidos com o objectivo de melhorar os processos de gestão de carreiras, clarificar potenciais perspectivas dentro do Grupo e avaliar aspirações individuais.

O programa “Management Appraisal” revelou-se um dos mais poderosos motores de mudança dentro do grupo. Abrangeu cerca de 300 chefias, incluindo Directores Adjuntos, Subdirectores e Responsáveis departamentais.

Formação

Privilegiando a vertente de desenvolvimento dos quadros de topo e sua adaptação às novas exigências do negócio, foram desenvolvidos duas linhas de actuação:

- Formação avançada em escolas superiores de gestão nacionais, visando o desenvolvimento de competências específicas, envolvendo 22 participantes;
- Programa realizado em parceria com o “INSEAD Strategic Leadership Programme”, com o objectivo de desenvolver mecanismos de sustentação de uma cultura empresarial multipolar, integrando diferentes geografias e actividades, dirigido essencialmente a elementos da macro-estrutura mas incluindo também um número restrito de quadros considerados promissores pelas capacidades demonstradas. Em 2004 estiveram envolvidos 66 gestores do Grupo, prevendo-se a participação de um total de 200 quadros até ao fim de 2005. Os

conteúdos deste Programa foram desenhados especificamente para o Grupo EDP, e visam o alinhamento da cultura empresarial em todas as frentes do Grupo. É composto por 6 módulos distintos, versando temas como Mudança Organizacional, Liderança, "Marketing", Análise Financeira, etc.

Paralelamente, manteve-se o processo de formação contínua de quadros técnicos e restantes colaboradores. Foram envolvidos, em 2004, 6.605 formandos. 40% das acções de formação foram direccionadas para a Prevenção e Segurança e 30% para Sistemas de Informação.

Recrutamento e Selecção

Em termos de Recrutamento e Selecção:

- Verificou-se um esforço adicional para rejuvenescer a população activa e adquirir novas competências tendo sido admitidos 129 novos colaboradores com uma média etária de 31 anos;
- Efectuadas 52 novas contratações a termo;
- Registaram-se 8.801 novas candidaturas provenientes da ficha de candidatura "online" na página www.edp.pt; e
- A EDP marcou presença nos principais "workshops" e "jobshops" organizados pelas universidades.

Foram concedidos, em 2004, 73 novos estágios profissionais. Efectuaram-se também 100 estágios curriculares os quais para além da sua finalidade no âmbito curricular, permitiram, simultaneamente um primeiro contacto do Grupo com potenciais futuros colaboradores. Foi ainda dado apoio, num número extremamente significativo de casos, à elaboração de trabalhos escolares sobre matérias afectas à actividade da EDP.

Regulamento de Trabalho Internacional

A diversificação geográfica do Grupo EDP e a estratégia de mobilidade internacional, exigem a implementação de soluções globais e específicas de gestão de expatriados.

Em 2004 procedeu-se à revisão do Regulamento de Trabalho Internacional, adequando-o ao actual contexto.

Este regulamento é genérico (aplicável a qualquer colaborador), abrangente (contempla todos os aspectos ligados ao destacamento), flexível (permite as necessárias adaptações a cada país) e coerente (com a estratégia da empresa).

A política de expatriados consubstanciada neste regulamento induz, no colaborador, uma maior segurança e transparência sobre aspectos remuneratórios e de reintegração no final do respectivo destacamento.

6.2. Racionalização dos Recursos Humanos

Plano de Apoio à Reestruturação (PAR)

Num esforço continuado de optimização dos recursos, o Plano de Apoio à Reestruturação iniciado em 2003 atingiu um nível de adesão acima do esperado, tendo-se registado mais 1.045 saídas correspondentes a pré-reformas, antecipações à pré-reforma e rescisões por mútuo acordo.

São assim contabilizados cerca de 1.620 colaboradores que aceitaram, desde 2003 e até ao final de 2004, as soluções propostas pela EDP no âmbito deste programa, ficando praticamente atingidos os objectivos fixados, neste âmbito, para o período 2003-2006.

"Outplacement"

Complementarmente, a EDP disponibilizou meios especializados na reorientação sócio profissional aos colaboradores que, no âmbito do PAR, deixaram de fazer parte do quadro permanente da empresa, criando assim

condições para uma melhor preparação para a transição para novas etapas das suas vidas.

O “outplacement” abrange programas de reforma activa, de procura de novo emprego e de criação de negócio próprio. Em 2004 aderiram a este processo cerca de 500 colaboradores.

Programa Individual de Recolocação (PIR)

Em Setembro de 2004, iniciou-se o Programa Individual de Recolocação (PIR) com o objectivo principal de recolocar os colaboradores que, identificados como disponibilizáveis no âmbito do PAR, se mantiveram na empresa., O Programa desenvolveu-se em quatro passos:

- Avaliação da empregabilidade interna;
- Avaliação de alternativas de recolocação geográfica e funcional;
- Requalificação, formação e desenvolvimento; e
- Suporte e aconselhamento de carreira.

Programa de Reforma Flexível (PRF)

Este programa iniciou-se em 2003 com o objectivo de apoiar os colaboradores na antecipação da idade da reforma ao abrigo do Decreto-Lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro. Este programa foi continuado em 2004, o que significou mais 371 aderentes a juntar aos 587 de 2003.

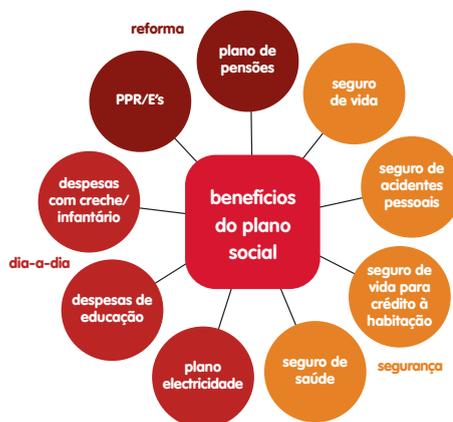
6.3. Compensações

O Grupo EDP assume o objectivo de ser um dos melhores empregadores na perspectiva das compensações. Em 2004 este objectivo foi prosseguido através de 3 instrumentos:

Plano EDP Flex

O Plano EDP Flex é um pacote remuneratório inovador, complementar à remuneração base e ao bónus anual. É gerido de forma flexível de acordo com o interesse de cada colaborador,

permitindo a este a possibilidade de ajustar, trocar ou mudar parte dos seus benefícios retributivos, adaptando-os às suas necessidades ou permitido otimizar a poupança fiscal.



“Viver o dia a dia”, “acautelar o presente” e “preparar o futuro” são os grandes objectivos deste plano inovador, onde a EDP é pioneira.

Estudos Salariais

Na continuidade do estudo salarial realizado no ano anterior, que abrangeu gestores de alta direcção, foi decidido estender o processo aos directores de 2ª linha e técnicos superiores mais qualificados. Visava-se, tal como anteriormente e na linha das melhores práticas do mercado, aumentar a competitividade da empresa no plano da retenção e recrutamento de gestores de alta direcção e no reforço do compromisso destes quadros com a empresa.

Prémio a colaboradores

Manteve-se, em 2004, o princípio dos anos anteriores de partilhar uma parte dos resultados do exercício do ano anterior com os seus colaboradores. O montante global aplicado nesta operação (23,13 milhões de euros) considerou o desempenho económico do Grupo, a resposta que as várias empresas deram aos desafios que ao longo do ano lhes foram colocados e a ponderação do contributo de cada indivíduo na produtividade da equipa em que está integrado.

6.4. Prevenção e Segurança

Compromisso EDP: A EDP reconhece o valor duma cultura positiva de segurança, apoiada por uma forte liderança e por um compromisso com objectivos práticos de progresso.

A atenção para as questões da segurança, higiene e saúde no trabalho obedece a um interesse e a uma convicção: boas práticas em matéria de segurança constituem um factor de competitividade acrescida num clima em que o desenvolvimento sustentável é progressivamente encorajado. Respeitando os compromissos expressos na Declaração de Política de Segurança, revista e reeditada em 2004, a EDP está empenhada em prosseguir continuamente a melhoria dos padrões de segurança e qualidade visando o objectivo assumido “Zero Acidentes, nenhum dano pessoal”. Neste âmbito, em 2004, desenvolveram-se acções visando a prevenção dos acidentes de trabalho, incluindo os prestadores de serviços, a protecção das instalações e património, a minimização dos riscos para terceiros, e a consolidação do sistema de gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST), tendo como referência a norma OHSAS 18001:1999.

Certificação em SHST dos Centros

Produtores: Realça-se o facto de até ao final do ano terem sido certificadas em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pela Lloyd’s Register Quality Assurance, todos os centros produtores da EDP Produção, concretizando plenamente o objectivo estabelecido no início do processo. Ainda neste âmbito, realça-se o Encontro subordinado ao tema “Sistema de Gestão da Prevenção e Segurança: uma aposta conseguida” promovido pela Direcção de Produção Hidráulica nas instalações de Castelo de Bode, que contou com a participação de diversas entidades exteriores, como a Inspecção do Trabalho e entidades, e representantes de empresas congéneres.

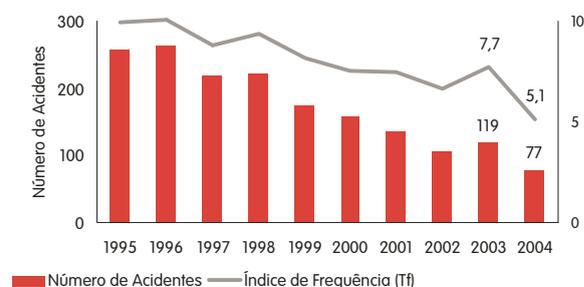
Planeamento da prevenção: No que se refere à gestão e coordenação da segurança nas obras, salienta-se a intervenção junto dos prestadores de serviços visando a adequação

das práticas aos novos procedimentos consequentes ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro. No âmbito do plano de gestão de crises, foram realizados, em diversas instalações industriais e administrativas, exercícios de resposta a cenários de acidentes, tendo como finalidade testar a eficácia dos respectivos planos de emergência internos. Realizaram-se 12 simulacros nos centros de produção, que contaram com o envolvimento de entidades dos bombeiros, GNR e protecção civil. Prosseguiram os esforços para a implementação do “Título de Habilitação” e do “Passaporte de Segurança”, mantendo como meta o final do ano de 2005 para a sua aplicação integral relativamente a todos os prestadores de serviços para a EDP.

Empresa cidadã: Como empresa responsável e cidadã a EDP não pode deixar de preocupar-se também com a segurança daqueles que no seu dia a dia, mercê das suas actividades de trabalho ou de lazer, podem consciente ou inconscientemente ficar expostos ao risco de contacto ou aproximação perigosa com linhas eléctricas de alta tensão. Assim, associando-se às iniciativas da Semana Europeia da Segurança, a EDP preparou uma colecção de três cartazes que pretendem sensibilizar para os cuidados a ter na presença de linhas eléctricas de alta tensão, para que os acidentes não aconteçam.

Alguns números: O número de acidentes em serviço diminuiu muito significativamente e recuperou-se, de forma acentuada, a tendência dos anos anteriores. Há infelizmente a lamentar a morte, por acidente de trabalho, de dois trabalhadores da EDP.

Acidentes e Frequência



6.5. Encontros e Actividades

2.º Encontro EDP

O lema do 2.º Encontro – a EDP dos clientes – que contou com a participação de mais de 9.200 colaboradores, deu o mote para a mensagem mais marcante que a empresa quer transmitir ao mercado: estamos atentos às necessidades dos nossos Clientes, não os queremos perder e vamos fazer tudo para ver nos seus rostos o nosso sorriso, sinónimo da sua satisfação...

Foi também difundida a actualização da Agenda estratégica do Grupo. No que respeita a Recursos Humanos, foi dado particular ênfase à eficiência, à motivação e níveis de satisfação, ao conhecimento aprofundado de cada indivíduo, à identificação e desenvolvimentos dos talentos, às novas competências e rejuvenescimento e ao aligeiramento das estruturas organizativas.

1.º Encontro Recursos Humanos

Alinhado com a multipolaridade geográfica do Grupo, realizou-se, em Lisboa o 1º Encontro RH que reuniu os principais responsáveis pela função RH do Grupo EDP em Portugal, Espanha, Brasil e Macau e Administradores das principais Empresas. Foram abordados vários temas sobre novas práticas de Gestão de RH, com o objectivo de partilha de conhecimento e de reflexão comum.

Este 1º Encontro teve como preocupação "criar a coligação de Recursos Humanos" que levará o Grupo EDP ao encontro do seu futuro.

Gestão Global

A EDP voltou a participar neste jogo de gestão com 50 jovens que constituíram as 10 equipas, mais uma vez um misto de quadros com estudantes de diversos estabelecimentos de ensino superior do país.

6.6. Quadro de Colaboradores

O total de colaboradores do Grupo EDP tinha, no final de 2004, a seguinte composição:

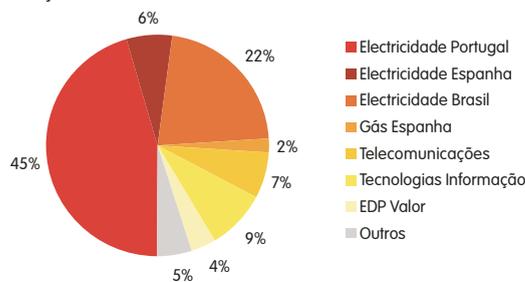
Número de Colaboradores	2004	2003	2002	Var. %
Electricidade	12.025	13.186	13.934	-8,8%
Portugal	7.416	8.398	9.150	-11,7%
Produção	1.792	1.988	2.099	-9,9%
Renováveis	15	12	16	25,0%
Distribuição	5.532	6.335	6.979	-12,7%
Comercialização	77	63	56	22,2%
Espanha	1.040	1.078	1.116	-3,5%
Produção	424	471	481	-10,0%
Renováveis	121	98	139	23,5%
Distribuição	357	395	388	-9,6%
Comercialização	138	114	108	21,1%
Brasil	3.569	3.710	3.668	-3,8%
Produção	216	186	28	16,1%
Bandeirante	1.207	1.261	1.345	-4,3%
Escelsa	1.238	1.309	1.353	-5,4%
Enersul	899	944	928	-4,8%
Comercialização	9	10	14	-10,0%
Gás - Espanha	299	277	62	7,9%
Telecomunicações ⁽¹⁾	1.096	1.180	1.617	-7,1%
Tecnologias Informação	1.416	1.625	1.713	-12,9%
EDP Valor	581	629	531	-7,6%
Outros ⁽²⁾	826	767	598	7,7%
TOTAL	16.243	17.664	18.455	-8,0%

Nota: inclui órgãos sociais e corresponde a 100% do número de colaboradores, independentemente da participação do Grupo EDP.

(1) Inclui ONI Way em 2002.

(2) Inclui holdings e outras empresas participadas.

Distribuição dos Colaboradores



7. FUNDO DE PENSÕES

No Grupo EDP constituiu-se em 2004 um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em paralelo ao Plano de Pensões de Benefício Definido, integrando também o regime complementar, tendo-se assegurado a paridade entre os dois planos em termos do esforço contributivo da EDP de modo a manter um elevado grau de equidade entre os benefícios colocados à disposição dos participantes de cada Plano.

O novo Plano de Pensões – EDP Flex – veio sinalizar a maior consciência social que a EDP pretende promover neste domínio. Os principais benefícios estão sumariados no ponto 6.3 deste Caderno.

O modelo de gestão a implementar no Plano de Benefício Definido privilegiará a disciplina e o rigor de governo, o desenho e implementação de estratégias optimizadas de investimento e, sobretudo, uma política de imunização do risco (sobretudo de taxa de juro) inerente à estrutura de responsabilidades.

A gestão do Plano de Contribuição Definida foi cometida à BPI Pensões que assume, exclusivamente e a todo o momento, a responsabilidade da estratégia de investimento prosseguida, dada a sua diferente natureza e a assumpção voluntária dos riscos de financiamento associados às respectivas responsabilidades.

Plano de Pensões de Benefício Definido (PBD)

As responsabilidades com este Plano, que abrange unicamente os colaboradores no Acordo Colectivo de Trabalho do Grupo EDP, sejam por serviços passados, sejam por pensões em pagamento, sejam por situações de pré-reforma, encontram-se fundeadas e provisionadas a valores actuais.

O nível de financiamento das responsabilidades por serviços passados e com pensões em pagamento tem evoluído favoravelmente, evidenciando valores acima do nível mínimo de solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As responsabilidades com pré-reformas encontram-se totalmente provisionadas no Balanço da EDP e tenderão a ser absorvidas por este Plano.

A negociação de saídas antecipadas que teve uma expressão muito significativa no decorrer do ano de 2004, veio engrossar ainda mais a estrutura de responsabilidades totais com pensões a cargo da EDP.

A intervenção dirigida ao PBD no âmbito do novo modelo de gestão desenrola-se em várias vertentes, como sejam:

1. Pressupostos Actuariais

A implementação das IFRS obriga a uma maior disciplina quanto aos critérios a utilizar na determinação do valor actual das responsabilidades de cada plano de pensões, tendo a EDP:

- Aumentado o nível de rigor e razoabilidade dos pressupostos actuariais relevantes, tendo adoptado já em 2003 uma nova tábua de mortalidade (a TV 88-90), mais realista do que a exigida por lei (a TV 77-99) no que respeita à incorporação do aumento da esperança média de vida. Esta decisão, não obstante ter implicado um esforço financeiro adicional de monta, ilustra o empenho da EDP na prossecução de políticas de responsabilidade social que contribuam para o bem-estar organizacional e o aumento da fidelização dos seus colaboradores;
- Ajustado anualmente a taxa de desconto, por referência aos níveis das taxas de mercado de melhor qualidade;
- Criado as condições necessárias para implementar um modelo de gestão “asset/liability” que avalie as responsabilidades de acordo com princípios equivalentes aos utilizados na valorização dos activos que compõem a carteira de investimento do Fundo de Pensões da EDP; e

- Promovido a aplicação sistemática de metodologias “marked-to-market”.

Sem estas condições de base, não seria recomendável desenvolver estratégias de cobertura de risco ao nível do Balanço do Fundo de Pensões da EDP, uma vez que (1) as condições de partida não serão as observadas à chegada; (2) as flutuações registadas durante o ano no valor actual das responsabilidades dependem das condições de mercado; (3) o risco do nível de financiamento estar abaixo do mínimo legal (100%) pode agravar-se em função do maior ou menor agravamento do desvio face aos pressupostos iniciais; (4) o desconhecimento do impacto destas flutuações ao longo de cada ano não permite precaver de forma faseada a calibragem das estratégias de investimento e das políticas de cobertura de riscos; (5) o esforço contributivo extraordinário tenderá a concentrar-se em final de ano apenas, não beneficiando de “lock-ins” progressivos durante o ano susceptíveis de minimizar o recurso a dotações extraordinárias de capital.

2. “Benchmark” Estratégico

A gestão do património do Fundo de Pensões baseia-se em princípios prudentes de diversificação capazes de acautelar um conjunto alargado de riscos (económicos, financeiros, actuariais e demográficos) e contribuir para minimizar a variabilidade do nível de financiamento.

O “benchmark” estratégico é o instrumento que ajuda a definir o “asset-mix” óptimo de longo prazo que permite, para cenários diferenciados de probabilidade de perda, atingir um retorno mínimo aceitável para evitar riscos de sub-financiamento.

Por regra, resulta de estudos de “Asset and Liability Modelling” estrutura de responsabilidades e projectam, para diferentes cenários, as carteiras de longo prazo que melhor as imunizam para um certo compromisso entre retorno e risco.

Dado o horizonte temporal de cada estudo ser largo (normalmente 10 anos), são necessárias intervenções táticas de mais curto prazo nas carteiras de investimento reais, seja através de uma política activa de alocação de activos, seja através de políticas de cobertura de riscos de taxa de juro e de inflação, no plano macro, capazes de manter o retorno mínimo aceitável dentro dos níveis esperados.

Deste modo, torna-se possível não só definir um plano de financiamento para o Fundo de Pensões, mas também controlar os riscos de perdas potenciais do capital investido.

3. Gestão do Risco

Ao nível dos activos, porque está na base do processo de optimização de carteira e da política de alocação de activos.

Ao nível dos passivos, porque constitui a referência mínima aceitável associada ao retorno que é necessário gerar para que o nível de financiamento se mantenha nos 100%, estando assim incorporada no “benchmark” estratégico.

Ao nível da gestão integrada de activos e passivos, porque o recurso a orçamentos de risco permite criar uma disciplina de investimento atentas as fontes de risco geradas na carteira (em termos de “Value-at-Risk”) e a sua redistribuição dinâmica.

4. Princípios de Investimento

As preocupações de maior rigor, disciplina e transparência na gestão do Fundo de Pensões da EDP trazem consigo a necessidade de definir um conjunto de princípios básicos de actuação, os quais constituirão a base da estrutura de governação a implementar.

8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

8.1. Sistemas e Tecnologias de Informação

A evolução dos sistemas de informação (SI) do Grupo EDP durante 2004 assentou, por um lado, na reorganização da função informática e, por outro lado, no desenvolvimento de sistemas transversais e específicos das Unidades de Negócio, alinhado com a orientação estratégica do Grupo de Serviço ao Cliente.

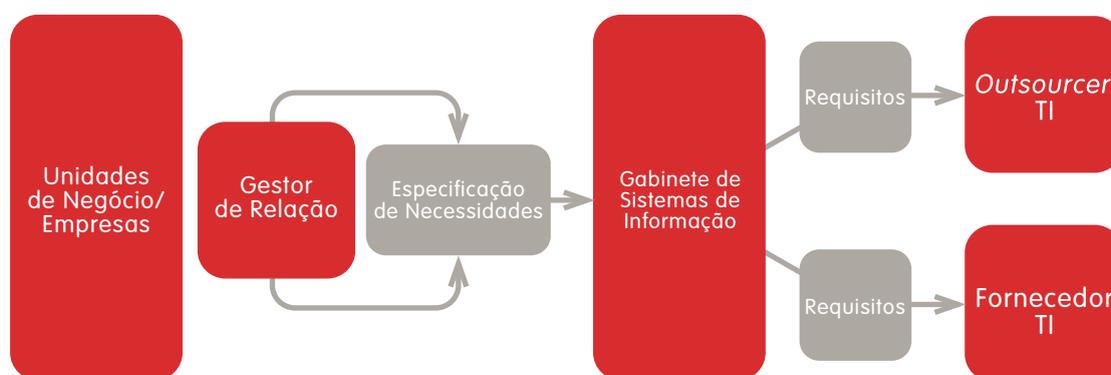
Reorganização da função informática do Grupo EDP

O enfoque da EDP da actividade no "core-business" levou à reorganização interna da função informática e à admissão de um parceiro estratégico no capital da Edinfor com o objectivo de reduzir custos com SI e aumentar a eficácia da função informática do Grupo, implicando um maior grau de gestão e controlo centralizados. Os principais objectivos

do novo modelo são:

- Visão global / integrada dos sistemas do Grupo, garantido o controlo de investimentos e custos operacionais;
- Centralização da informação e facilitação do apoio na preparação das decisões;
- Definição de prioridades em função da contribuição para a estratégia do negócio do Grupo;
- Planeamento atempado da evolução dos serviços, com uma perspectiva global;
- Aumento da capacidade de negociação com fornecedores e de controlo de execução;
- Garantia de um "outsourcing" eficaz dos SI do Grupo EDP.

Novo Modelo Organizativo



Para materializar a nova realidade recriou-se o órgão central de gestão de TI do Grupo, que tem quatro vectores de desenvolvimento:

- Liderança de TI, garantindo o alinhamento entre a gestão de SI, a estratégia do negócio e o suporte à tomada de decisão;
- Gestão de fornecedores, para negociação de contratos/serviços e controlo da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- Coordenação interna de SI, que regulará a arquitectura global dos sistemas, a utilização eficiente de novas tecnologias, a agilização, avaliação e coordenação de pedidos, bem como a gestão de projectos de TI;
- Relação com empresas, para coordenação das necessidades operacionais, através dos Gestores de Relação como canal privilegiado de comunicação, dos Donos de Processo como responsáveis por alterações a sistemas aplicativos e dos Donos de Processo de Suporte que garantem a validação das necessidades de infra-estrutura.

Como prioridade absoluta de desenvolvimento para 2005 elegeu-se o controlo global dos serviços de "outsourcing", tendo também sido iniciada a segunda prioridade, com o controlo da evolução da arquitectura aplicacional do grupo e das suas infra-estruturas.

8.2. Sistemas de informação do Grupo EDP

Gestão de Controlos Internos

Promoveu-se a implementação de um sistema que assegurará o controlo dos processos internos na EDP e que será corporizada através da aplicação SAP-MIC ("Management of Internal Controls"), respondendo ao objectivo de responder às normas "2002 US Sarbanes-Oxley Act", obrigatórias para as empresas cotadas na Bolsa de Nova Iorque.

Sistema de Contabilidade Ambiental

O "Sistema de Contabilidade Ambiental do Grupo EDP" permitirá, a partir de 2005, conhecer a realidade contabilística destes custos, possibilitando melhorar o planeamento e controlo dos valores associados às actividades de Gestão Ambiental da EDP.

Sistema Comercial da Distribuição (ClienteMais)

O ClienteMais entrou em velocidade de cruzeiro durante 2004. A evolução regulamentar verificada desde o início de 2004, no âmbito da liberalização do mercado, levou ao estabelecimento de um plano de evolução plurianual dos sistemas para dar resposta às necessárias alterações dos processos de negócio. O plano contemplou ainda um conjunto significativo de melhorias, tendo sido conseguidas algumas realizações importantes em 2004,

Sistemas Técnicos da EDP Distribuição e Programa GeoEDP

A EDP Distribuição deu por concluída a implementação do programa GeoEDP, um multi-projecto dirigido à gestão de informação espacial e integração de sistemas, com o objectivo de garantir o acesso generalizado a funcionalidades e a repositórios de dados abrangentes, como suporte ao novo ciclo de trabalho e aos diferentes processos e fluxos de informação da gestão do negócio.

O programa GeoEDP permitiu a modernização dos sistemas das áreas técnicas da EDP Distribuição, assumindo um carácter de inovação, com uma forte aposta no desenvolvimento aplicado, incluindo a ligação à investigação universitária.

A total implementação do GeoEDP, em termos de actuação interna, permite uma alteração radical do modo de trabalhar ao nível da área técnica (aumento de eficácia) e suporta o redesenho optimizado de processos empresariais (aumento de eficiência), sendo já

evidentes os efeitos. Os benefícios sustentam a melhoria da capacidade de resposta às necessidades dos clientes, através da rapidez, eficiência e qualidade de serviço.

Sistemas de suporte à EDP Valor

De acordo com as linhas estratégicas estabelecidas no final de 2003, iniciou-se em 2004 a reestruturação dos Sistemas de Informação, que inclui a avaliação ou desenvolvimento do Portal de Serviço, facturação electrónica e soluções de suporte (documentação, gestão de frotas, negociação e compras, entre outros).

Sistemas de "Trading"

Em 2004, a Unidade de "Trading" implementou uma infra-estrutura de alta disponibilidade para suporte ao seu Sistema de Informação de "Trading", mitigando perdas potenciais resultantes da indisponibilidade do seu sistema de suporte. Este investimento na nova infra-estrutura resultou num ROI superior a 500%, envolvendo a adopção de soluções tecnológicas inovadoras no grupo EDP, estando em curso um projecto de convergência tecnológica do Sistema de Informação de "Trading" entre as Unidades de "Trading" da EDP Produção e a HidroCantábrico.

Planeamento Energético

No âmbito do Planeamento Energético foi implementado um modelo para simulação do mercado ibérico de electricidade de forma a poder analisar cenários de evolução do mercado e correspondente planeamento do "portifolio" de capacidade de produção da EDP na Ibêria.

Sistemas de suporte aos desafios da liberalização do mercado (EDP Comercial)

A evolução dos sistemas de informação seguiu dois grandes eixos:

- Aprofundamento do relacionamento com o cliente:

- Lançamento de um portal orientado para o seu segmento-alvo (empresas e organizações), proporcionando-lhe "online" um conjunto de informação relevante no domínio da energia eléctrica; e

- Evolução do Sistema de Gestão de Clientes, aprofundando as suas capacidades de automatização dos processos de venda e estendendo-o à execução e gestão de campanhas comerciais direccionadas para pequenos clientes empresariais;

- Maior eficácia operacional, através:

- Da implementação de um novo sistema de "Billing" (SAP-ISU), dando resposta à entrada no mercado liberalizado dos clientes de Baixa Tensão Especial (BTE);
- Do lançamento de um projecto de Integração de Sistemas e Gestão da Informação, tendo em vista o aumento da automatização dos processos internos, o aumento da fiabilidade dos dados e sistemas; e
- Da optimização dos sistemas existentes, reduzindo os seus custos operacionais.

8.3. Organização e Gestão de Sistemas e Infra-estruturas

Como primeiro passo para a optimização das TI do Grupo EDP, foi realizado em 2004 um primeiro levantamento global da arquitectura de sistemas, nas vertentes aplicacional e de infra-estruturas. A análise da situação levou ao lançamento de iniciativas nas áreas de:

- Definição da arquitectura de referência para os sistemas decisionais do Grupo EDP;
- Identificação e documentação das interfaces entre aplicações; e

- Levantamento detalhado da arquitectura funcional e definição de ferramenta para suporte da respectiva documentação.

Foram também lançadas várias iniciativas transversais a todo Grupo, das quais:

- Diagnóstico da situação actual para continuidade de operações com suporte a SI;
- Análise da topologia da rede de dados com vista à definição de vias de expansão e aumento de fiabilidade da rede e avaliação de alternativas tecnológicas para sua gestão;
- Reformulação de normas e implementação de regras de segurança e de utilização de recursos de TI partilhados e individuais;
- Análise do risco operacional dos sistemas distribuídos do Grupo, reformulação/criação de novas imagens nos postos de trabalho, para melhor adequação às necessidades actuais, e lançamento do apoio remoto para resolução de incidentes;
- Avaliação de possibilidades de convergência de SI entre a EDP e a HidroCantábrico; e
- Preparação da disponibilização de correio electrónico individual e acesso à Intranet a todos os trabalhadores do Grupo.

9. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Constituem objectivos globais da Política de Investigação e Desenvolvimento (I&D) do Grupo EDP:

- Contribuir para a competitividade das empresas;
- Explorar novas áreas de negócio no âmbito das actividades nucleares do Grupo; e
- Contribuir para o aumento de eficiência dos processos das empresas.

Em 2004, procedeu-se à consolidação da Política de Investigação e Desenvolvimento estabelecida para o Grupo EDP, nomeadamente nas seguintes áreas prioritárias:

- Optimização da qualidade de serviço das redes eléctricas;
- Desenvolvimento das energias renováveis e da geração distribuída; e
- Modernização tecnológica de instalações e sistemas eléctricos.

A EDP participou em vários projectos de I&D na área da produção e distribuição de energia eléctrica, dos quais se destacam:

- O projecto de micro-geração desenvolvido pela Labeltec, inaugurado a 7 de Maio de 2004 em Sacavém, que consiste numa unidade de demonstração que produz energia eléctrica (30 kW) a partir de uma micro-turbina a gás. Com este demonstrador pretende-se adquirir competência experimental nas áreas de projecto, instalação, O&M e gestão deste tipo de unidades, analisar o impacto na rede eléctrica de BT e demonstrar a vantagem técnica e o interesse económico da micro-cogeração; e
- A Plataforma Multi-Tecnologias (PMT) para demonstração da micro-produção distribuída de energia eléctrica a partir de

fontes renováveis, composta por painéis fotovoltaicos fixos e móveis e ainda por um gerador eólico, com potência de cerca de 5 KW. O sistema encontra-se ligado à rede de baixa tensão do edifício da Labeltec e entrou em exploração a 19 de Março de 2004.

Como factor de dinamização da Inovação no seio do Grupo, foram lançadas iniciativas de "Learning Fórum", contribuindo para um debate de ideias aprofundado e inovador.

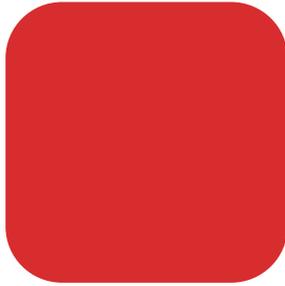
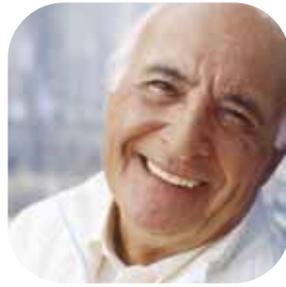
Estudos e Actividades Laboratoriais

Os Estudos e Actividades Laboratoriais cresceram, em 2004, cerca de 8%, com especial relevo para:

- Actividades de monitorização sistemática e estudo dos diversos parâmetros caracterizadores da qualidade de serviço das redes eléctricas de transporte (REN) e de distribuição (EDP), que permitiram fornecer elementos essenciais à identificação de acções de melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Implementação do plano de telecontagem de média tensão, auditorias a sistemas de contagem e telecontagem, calibração de contadores de diversas interligações internacionais e de contadores do projecto SIME e instalação de contagem em Produtores no Regime Especial;
- Monitorização da qualidade da água das albufeiras (situações de eutrofização e problemas de poluição) e programa do controlo ambiental das centrais térmicas no que se refere aos efluentes, à água dos circuitos e aos resíduos industriais e ainda ao controlo da qualidade do ar;
- Vigilância preventiva e sistemática de transformadores e o diagnóstico pericial do respectivo estado, através de ensaios físico-químicos e dieléctricos do óleo e a análise, por Cromatografia Gasosa, dos gases dissolvidos e por HPLC

(Cromatografia Líquida de Alta Pressão),
dos produtos furânicos;

- Inspeção termográfica, por via terrestre e aérea (helicóptero), de instalações eléctricas (subestações, centrais, linhas) e de isolamentos térmicos (chaminés, turbinas, caldeiras), recorrendo a câmaras de infravermelhos. Inspeccionaram-se cerca de 1.400 instalações e 14.000 km de linhas, sobretudo do Grupo EDP e da REN. Realizaram-se também inspeções termográficas de instalações eléctricas em 8 ilhas dos Açores e em instalações de diversos clientes externos;
- Avaliação e dimensionamento de terras de subestações, de modo a garantir condições de segurança eléctrica e melhor comportamento a descargas atmosféricas; e
- Realização de auditorias e avaliação dos Sistemas de Protecção de Centrais Eléctricas e de Redes Eléctricas do Grupo EDP e da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., especificação técnica de equipamentos e acompanhamento da implementação de novos sistemas.



"Falemos do futuro!"

Da criação de valor para os nossos Accionistas, Clientes e Colaboradores. E o futuro é essencialmente executar. Executar bem as actividades inerentes ao progresso conseguido no exercício anterior. Numa EDP que é hoje mais aliciante, mais "rica" e mais complexa."

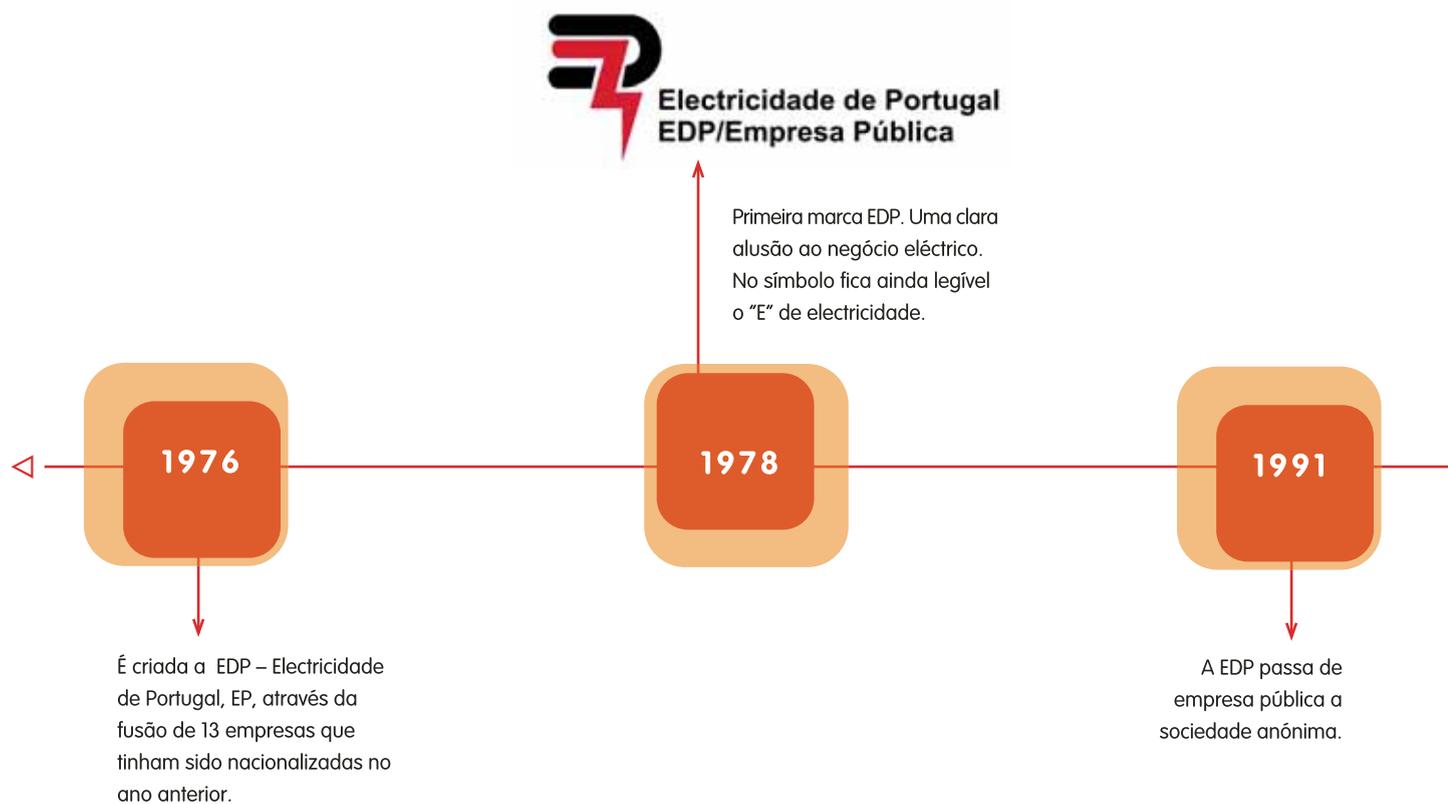
João Talone
Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2004 foi de mudança da involvente de mercado. A preparação para o MIBEL, a resolução dos CAE's, a liberalização total do mercado Português e a decisão dos planos de alocação de emissões até 2007 - consequentes do Protocolo de Quioto, foram grandes mudanças. Mas, o grande acontecimento foi a maior aquisição alguma vez feita por uma empresa nacional em Espanha - a compra pela EDP da quase totalidade do capital social da HidroCantábrico.

Na visão de gestão, o futuro da EDP passa pelo compromisso de uma cultura focada no cliente - EDP dos Clientes, aumentando níveis de produtividade - EDP Competitiva, definindo como espaço geográfico do negócio o Mercado Ibérico - EDP Ibérica e oferecendo soluções energéticas compostas pela Electricidade e pelo Gás - EDP das Energias.

Negócios do Grupo EDP

1. Marca	74
2. Cliente e Qualidade	78
3. Estrutura Organizacional	80
4. Enquadramento Macroeconómico	82
5. Síntese de Actividade	86
6. Balanço e Demonstração dos Resultados	137
7. Proposta de Aplicação dos Resultados	141
8. Perspectivas para 2005 e Plano de Negócios 2005-2007	142



ELECTRICIDADE
DE PORTUGAL
EDP
EMPRESA PÚBLICA

CHENOP - Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal
ED - Elétrica Duriense
UEP - União Elétrica Portuguesa
EHEC - Empresa Hidroelétrica do Coura
CPE - Companhia Portuguesa de Electricidade
CEB - Companhia Elétrica das Beira
SEOL - Sociedade Elétrica do Oeste
EHESI - Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela
CRGE - Companhias Reunidas de Gás e Electricidade
HEAA - Hidroelétrica do Alto Alentejo
HEP - Hidroelétrica Portuguesa
CEAL - Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve
AES - Aliança Elétrica do Sul



A EDP adopta uma nova logomarca, assumindo-se como uma empresa nova, com uma nova dinâmica, mais coesa e com uma imagem mais sólida junto dos clientes.

A simbologia da corrente alterna, estilizada e 3 vezes repetida recorda as 3 áreas da actividade da empresa: produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.



1993

1994

2004

É constituído o Grupo EDP, com 1 empresa matriz e 19 empresas.

EDP - Energias de Portugal, S.A. define-se como uma empresa focada no cliente. O posicionamento estratégico reflecte-se num sorriso democrático, próximo e simples. A nova marca caracteriza-se pela sua estrutura monolítica, face às várias empresas do Grupo.

A reestruturação e liberalização do mercado de energia, com a sua natural consequência do ponto de vista concorrencial, bem como o alargamento das soluções de serviço EDP provocaram, em definitivo, uma alteração profunda no modelo de operação e comunicação da empresa junto dos Clientes.

Como preparação para este desafio, foi assumido o compromisso de clareza, transversalidade e proximidade, na forma de contacto com o mercado. Esta atitude e promessa, materializou-se no processo de construção de uma nova identidade visual e verbal da marca EDP.

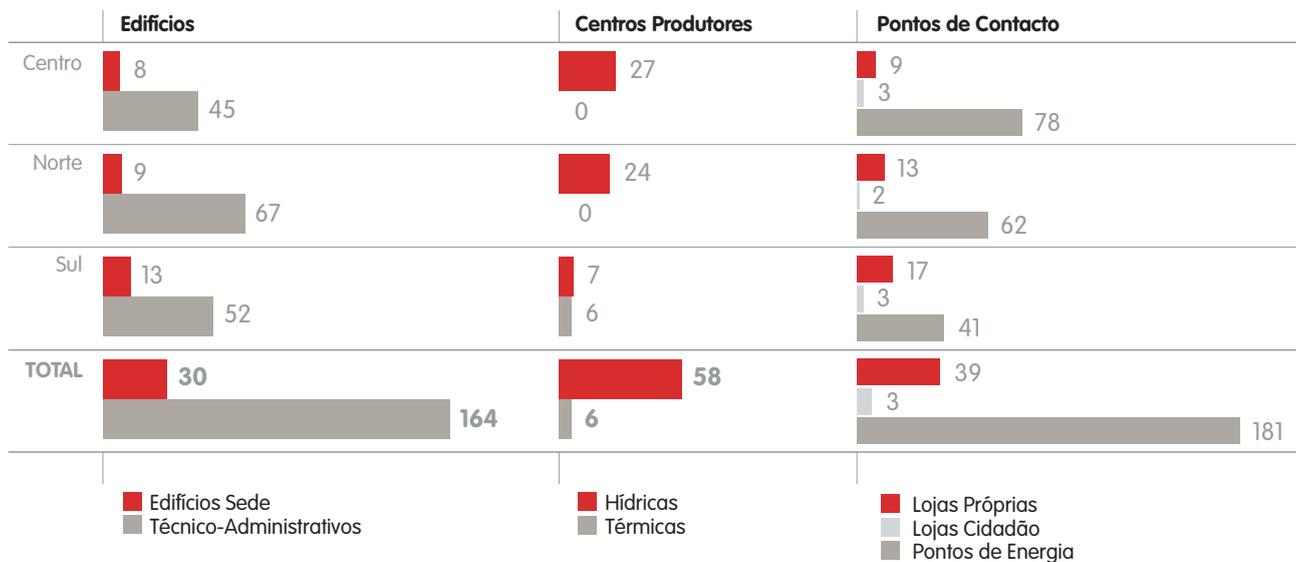


Edifício Sede



Central Termoelétrica

A Marca em Números



O racional do processo de criação da nova marca defende como pressupostos, que:

- A marca deve servir de forma única os interesses do Grupo EDP, do ponto de vista corporativo/institucional e de negócio, alavancado nos princípios de sustentabilidade declarados;
- Os valores associados à identidade da marca devem incentivar, formar e sensibilizar a população EDP para a necessidade de construção de uma cultura de cliente;
- A arquitectura da marca EDP assume-se como uma estrutura monolítica. EDP é a marca identidade do Grupo, perante o mercado e perante os colaboradores.



Loja própria EDP



Campanha de lançamento da nova marca EDP

2. CLIENTE E QUALIDADE

O Cliente como a entidade central da actividade da EDP

No segundo trimestre de 2004, a EDP criou uma nova estrutura com a missão de desenvolver a estratégia comercial de retalho (Particulares e Pequenas empresas).

Numa primeira fase, foi desenhada e aprovada a estratégia comercial e, numa segunda fase, foi iniciada a implementação dessa estratégia segundo três vectores prioritários: a implementação do **novo posicionamento estratégico**, o desenvolvimento de **acções comerciais de retenção** e a implementação da **nova estrutura organizativa comercial**

A **nível do reposicionamento** desenvolveu-se o novo modelo de atendimento nas lojas (que incluiu a remodelação de 49 lojas), a nova factura EDP e o novo sítio EDP. Aplicou-se também a nova imagem EDP aos restantes meios de contacto com o cliente – decoração de 2.983 viaturas, desenho dos materiais promocionais (brochuras, folhetos, etc.), e iniciou-se o processo de melhoria de qualidade de serviço através do lançamento de mais de 100 acções de melhoria de serviço.



"Contact Center"

A **nível comercial**, iniciaram-se as primeiras acções comerciais de retenção de clientes BTE; arrancou a preparação de acções de retenção a clientes BTN para 2005 e desenvolveram-se as campanhas comerciais "aquecimento eficiente", "seguro electricidade" e "migração de cobranças para agentes".

A **nível organizativo** e para garantir a uniformidade e eficácia da estratégia e execução comercial da EDP, foi preparada a criação de três áreas de negócio complementares, embora distintas em funções, serviços e produtos. Para servir os clientes industriais foi criada uma plataforma B2B ("business to business") e para servir os clientes domésticos foi criada a plataforma B2C ("business to consumer"). Estas plataformas, responsáveis por servir os clientes respectivos no mercado liberalizado, passam em 2005 a ser apoiadas por uma nova empresa do grupo, a EDP Outsourcing Comercial. Esta empresa, cuja actividade esteve até 2004 integrada na EDP Distribuição, passará a ser responsável pela gestão de canais presenciais e remotos (lojas e call center), por todas as operações comerciais, pela gestão de protocolos e parcerias, pela gestão de fornecedores de serviços relacionados e ainda pelos sistemas de informação da área comercial.



Membros da Equipa de contacto com o cliente

Qualidade

A revitalização da marca EDP, num contexto de liberalização total do mercado, afirma o relacionamento com os Clientes como factor decisivo para uma vantagem competitiva sustentada. Conhecer necessidades e expectativas permite uma actuação de nível superior, no sentido de poder responder-lhes e superá-las. Produto e preço são, cada vez menos, factores distintivos. Serviço e Resposta a Problemas fazem, cada vez mais, a diferença.

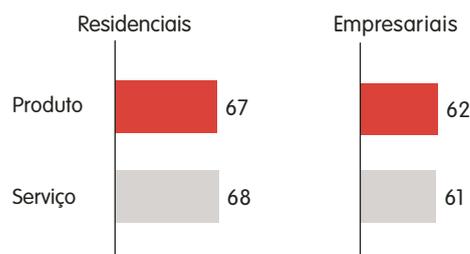
O Grupo EDP tem vindo a desenvolver, designadamente no negócio eléctrico, várias iniciativas, quer de natureza organizativa, quer de melhoria de produtos e serviços, que visam elevar o nível de Satisfação dos seus Clientes. A Satisfação do Cliente Externo pressupõe a Satisfação de Clientes Internos e de Colaboradores e reflecte-se, necessariamente, nos Resultados.

Em 2004, lançaram-se, no âmbito deste novo sistema, os primeiros Inquéritos de Satisfação – Clientes Residenciais, Clientes Empresariais, Clientes Internos e Colaboradores.

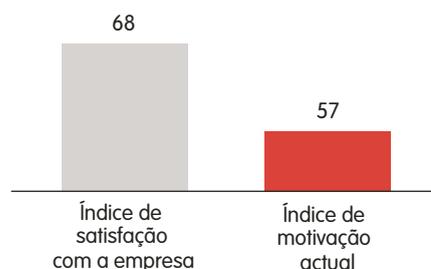
O Modelo de Gestão da Qualidade adoptado pela EDP assenta nos designados "critérios Baldrige para a excelência de performance". Estes critérios inspiram a EFQM (European Foundation for Quality Management) no seu processo de atribuição do European Quality Award e preenchem a abordagem da Qualidade a um nível organizacional – ligando, por exemplo, a maneira de conceber os seus produtos com funções como a satisfação de Clientes, de Colaboradores e dos Clientes internos.

Neste contexto, identificaram-se os índices que, por monitorização, passam a ser acompanhados, em termos do respectivo comportamento relativamente a Clientes Externos e Colaboradores:

Índice de Satisfação dos Clientes Externos



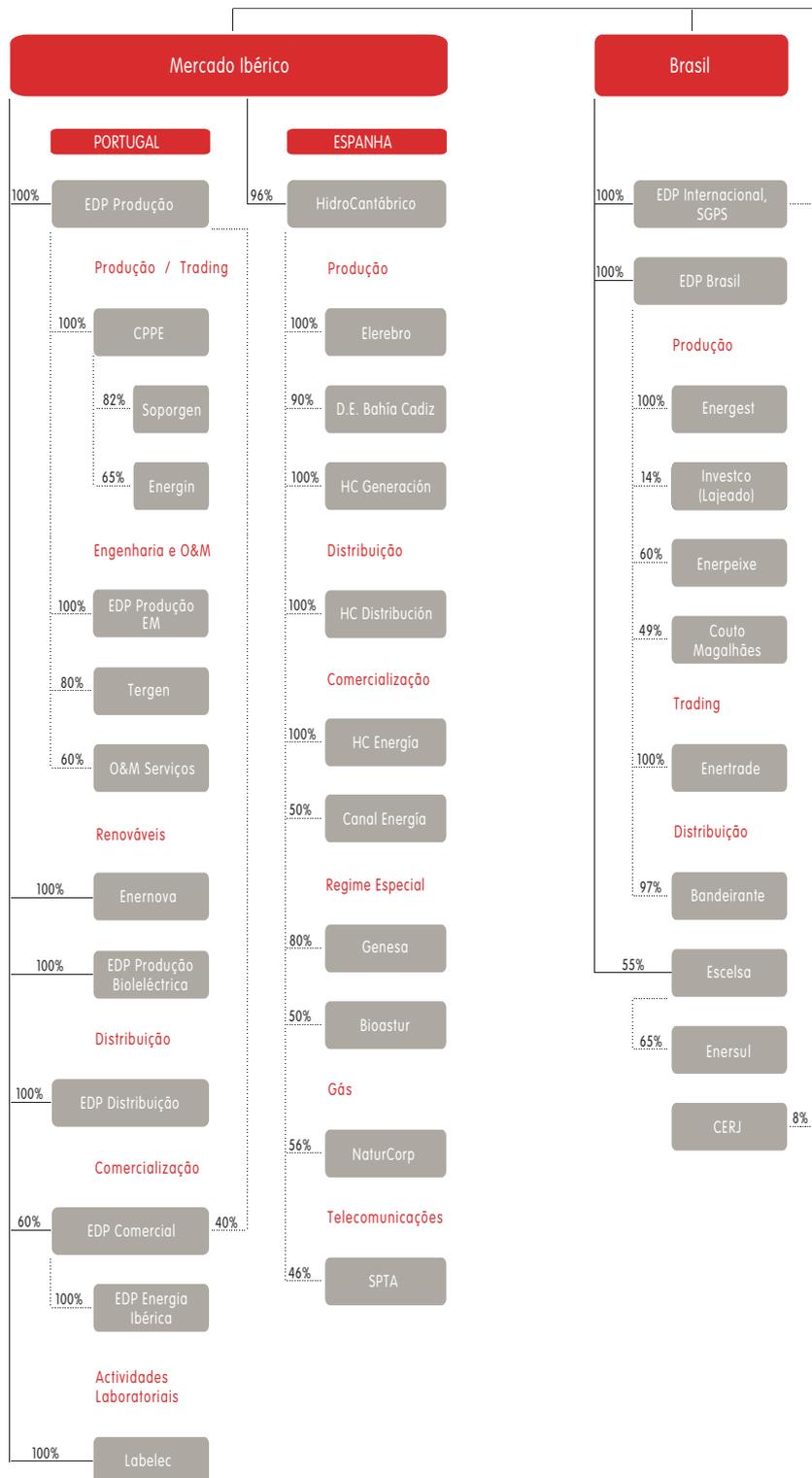
Colaboradores



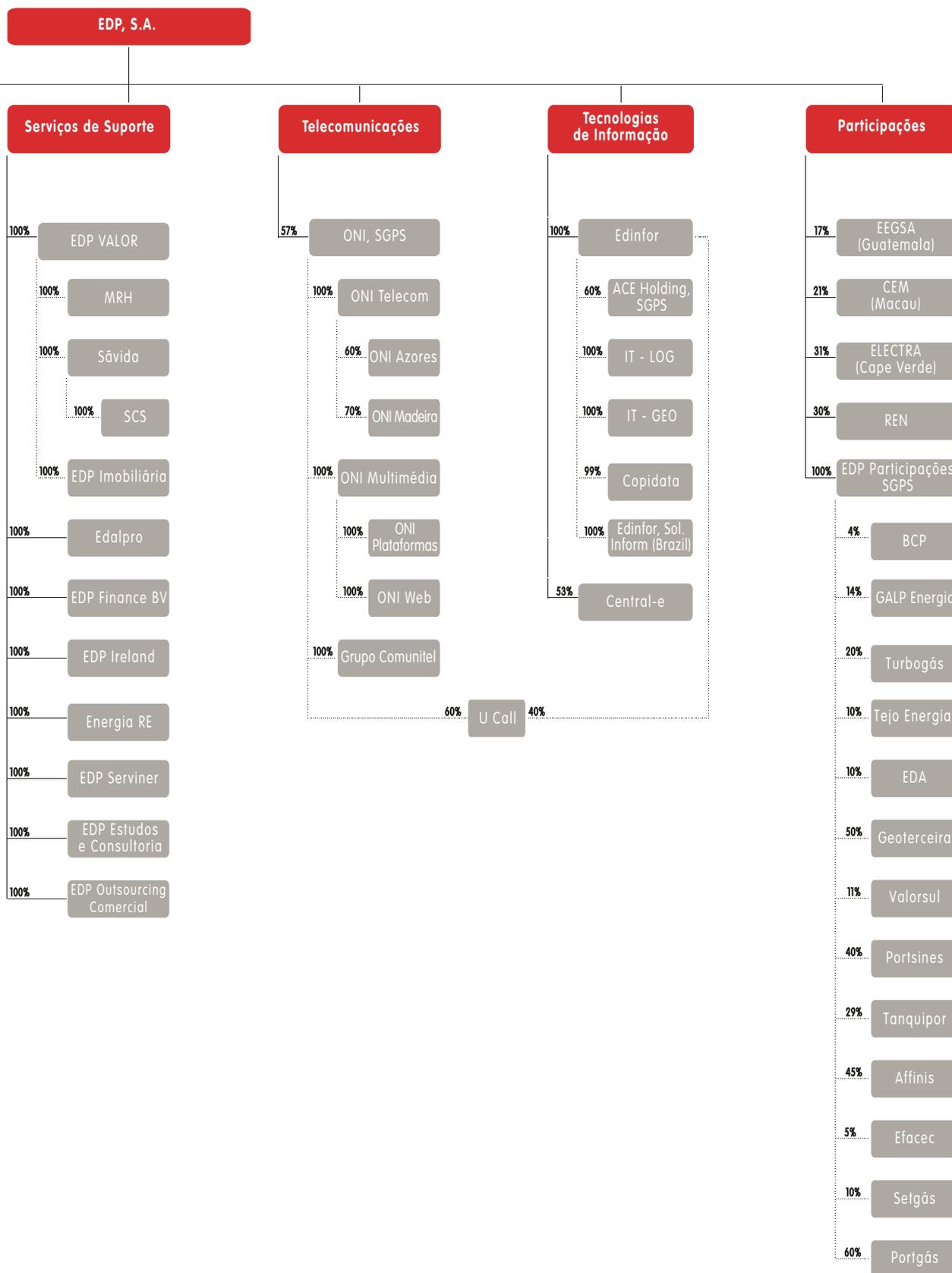
A nova marca, a nova organização de actividades, as novas operações serão avaliadas no impacto que terão na evolução da Satisfação dos Clientes Externos e na Satisfação dos Colaboradores.

Investir numa Política da Qualidade, que tem subjacente o conceito intrínseco de Melhoria Contínua, assume-se assim como uma prática de maximização de resultados e de conquista/fixação de mercado assente na atenção aos elementos que os Clientes mais valorizam.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Nota geral:
 As % estão arredondadas. Algumas das % apresentadas correspondem a participações indirectas



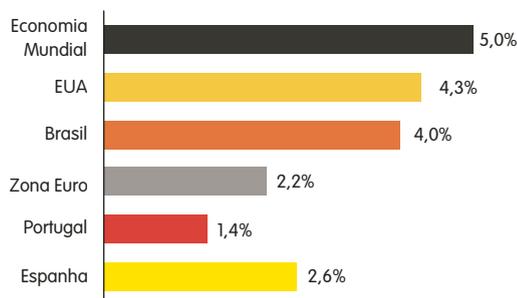
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1. Economia Mundial

4.1.1. Crescimento económico mundial

Após um período difícil marcado pela desaceleração do crescimento económico mundial, 2004 começou com expectativas optimistas, recentemente revistas em alta para valores em torno de 5,0%, o que, a concretizar-se, corresponderá ao valor mais elevado dos últimos anos. O crescimento económico mundial continua a ser liderado pelos Estados Unidos da América, mas tem beneficiado também do forte contributo das principais economias asiáticas, nomeadamente da China e do Japão, e da América Latina. Embora menos expressivo, o crescimento económico da Zona Euro reflecte uma progressiva recuperação e estabilização das suas principais economias.

Crescimento do P.I.B. em 2004

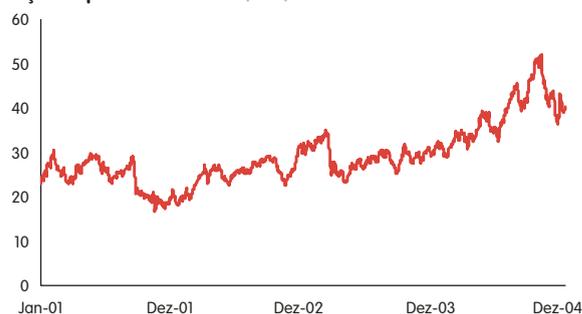


Fonte: Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável

4.1.2. Preço dos combustíveis

Em 2004 o petróleo "brent" transaccionou-se frequentemente acima dos USD 40/barril, tendo ultrapassado os USD 50/barril no segundo semestre. Esta evolução foi resultado das perspectivas de produção dos principais países produtores, como a Rússia, os países membros da OPEP e alguns países da América Latina, ampliando o efeito do acréscimo de procura decorrente do dinamismo da economia mundial.

Preço do petróleo "brent" (USD)



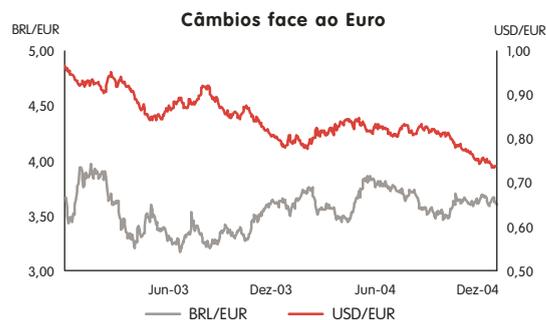
Fonte: Bloomberg

A par com o petróleo, o preço do carvão aumentou também impulsionado pela forte procura da China e da Índia.

4.1.3. Taxas de juro

Após um período de descida das principais taxas de juro de referência, justificado pela necessidade de promoção do investimento e pela inexistência de pressões inflacionistas, a evolução das taxas de juro em 2004 esteve correlacionada com o crescimento económico dos principais países. Assim, a taxa de juro de referência nos Estados Unidos da América subiu progressivamente durante o ano de 2004, de 1,0% para 2,25%, enquanto o Banco Central Europeu manteve inalterada a sua taxa de referência em 2,0% perante as maiores dificuldades de recuperação económica na Europa.

4.1.4. Câmbios



Fonte: Bloomberg

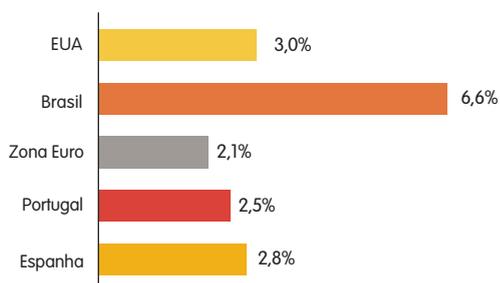
A tendência de apreciação do Euro face ao Dólar americano manteve-se em 2004. A apreciação da moeda europeia acentuou-se no segundo semestre do ano, tendo ultrapassado

sucessivamente os seus valores máximos e terminado o ano cotada a cerca de USD 1,36. Esta evolução atenuou o aumento do preço do petróleo (cotado na divisa norte-americana) mas, por outro lado, afectou negativamente a competitividade dos produtos europeus, limitando as exportações.

4.1.5. Evolução das principais economias mundiais

Apoiada em políticas expansionistas, a **economia norte-americana** contornou rapidamente o período de arrefecimento, com sinais de recuperação visíveis logo em 2002. Com um desempenho muito superior à Zona Euro, a economia norte-americana terá crescido 4,3% em 2004. As previsões para 2005 apontam para a estabilização económica, com um crescimento expressivo, embora inferior ao alcançado em 2004.

Taxa de Inflação em 2004



Fonte: Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável

A **Zona Euro** evidenciou maiores dificuldades em contornar o período de arrefecimento económico. Após dois anos de crescimento inferior a 1,0%, a retoma da Zona Euro fez-se em 2004 apoiada nas suas principais economias, nomeadamente a Alemanha e a França, tendo permitido um crescimento económico de aproximadamente 2,2%. Apesar da pressão inflacionista do petróleo, os preços cresceram a um ritmo idêntico ao verificado em 2002 e 2003. Também à semelhança do verificado nos últimos dois anos, a taxa de desemprego manteve-se próxima de 9,0%.

Em 2004 a integração europeia deu mais um passo significativo com o alargamento da

União Europeia a mais 10 países, num total de 25 nações. Para além de ser o maior alargamento alguma vez realizado, da União Europeia fazem agora parte países do Leste Europeu que até há pouco anos se desenvolviam segundo modelos assumidamente divergentes das economias de mercado ocidentais.

Com a peculiar situação de deflação, a **economia japonesa** terá crescido em 2004 mais de 4,0%, com base na evolução do investimento e das exportações. As restantes **economias asiáticas**, em particular a China, contribuíram decisivamente para o crescimento económico mundial em 2004, influenciando também a evolução da cotação do petróleo nos mercados internacionais.

A **América Latina** teve em 2004 um crescimento muito expressivo, suportado pela estabilização das suas principais economias e, no caso dos países exportadores de petróleo, beneficiando ainda da cotação em alta desta matéria-prima nos mercados internacionais. Dado que as taxas de crescimento económico desta região em 2004 foram influenciadas pelo comportamento recessivo de alguns países nos últimos anos, as previsões para o futuro próximo assentam na continuação da estabilidade, mas com níveis de crescimento mais comedidos.

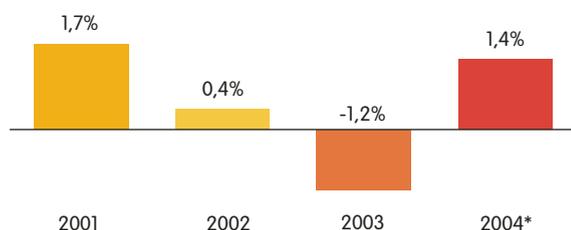
Assim, após um período difícil para a economia mundial, concentraram-se em 2004 as expectativas de recuperação económica, dando início a um período de maior crescimento global. Ainda que com o cunho particular de alguns países, em 2004 ter-se-ão ultrapassado as expectativas de crescimento, esperando-se em 2005 um crescimento significativo e sustentado, embora ligeiramente inferior ao registado em 2004 e ainda que sob a influência de alguns factores de risco, como a evolução do preço de petróleo.

4.2. Economia Ibérica

4.2.1. Portugal

Já com alguns sinais de retoma no final de 2003, em 2004 a economia portuguesa terá saído da recessão, acompanhando as tendências internacionais de crescimento, impulsionada pela procura interna e pelas exportações e beneficiando ainda da realização do Euro 2004.

Crescimento do P.I.B. em Portugal



* Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável
Fonte: INE

Reforçou-se a tendência de abrandamento do crescimento dos preços em Portugal, com a inflação (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) a situar-se em 2,5%, um valor ainda assim acima da média europeia. Para tal terá contribuído o fraco desempenho económico nos últimos anos, que forçou nomeadamente a moderação salarial, aliada ao efeito da apreciação do Euro nas importações. O aquecimento da economia e o aumento do preço do petróleo poderão dificultar a aproximação à inflação da Zona Euro.

Apesar da retoma económica ter permitido a contenção do crescimento do desemprego e de se preverem ligeiras reduções para os próximos anos, o desemprego dificilmente descerá abaixo dos 6,0% em 2006, mantendo-se no entanto significativamente abaixo da média europeia.

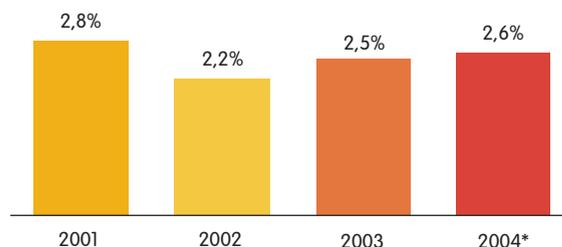
Na continuidade da tendência actual, para 2005 espera-se um crescimento económico acima de 2,0%. Os resultados das eleições legislativas em Portugal, na sequência da

dissolução da Assembleia da República, poderão promover a revisão das previsões recentes de evolução da economia portuguesa.

4.2.2. Espanha

Com a Europa fortemente afectada pela difícil conjuntura internacional, a Espanha sentiu também um abrandamento no seu crescimento económico nos últimos anos mas muito mais ténue e curto que na Zona Euro e nas suas principais economias. Para 2005 espera-se que o crescimento económico atinja valores próximos de 3,0%.

Crescimento do P.I. B. em Espanha



* Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável
Fonte: FMI

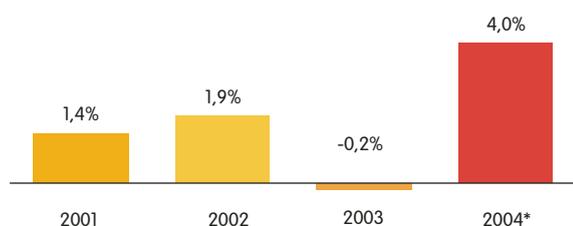
Embora inferior a 2003, a inflação terá atingido 2,8% em 2004, um valor superior à média europeia. Se nos últimos anos a Espanha tem conseguido um crescimento económico significativamente superior ao da Zona Euro, a taxa de desemprego tem-se mantido bastante acima da média europeia. Ainda que em tendência descendente, não se espera que em 2005 desça para valores inferiores a 10%.

4.3. Economia Brasileira

Terminado o racionamento energético e com políticas económicas assentes na estabilidade e empenhadas no crescimento, as previsões para 2003, baseadas nos sinais de recuperação da economia, acabaram por ser adiadas para 2004. Assim, de acordo com os principais organismos internacionais, a economia brasileira terá conseguido neste ano um crescimento entre superior a 4,0% impulsionada pela evolução da procura interna

e das exportações. O crescimento económico promoveu a diminuição do desemprego, tendo-se criado 1,5 milhões de empregos formais no país.

Crescimento do P.I.B. no Brasil



* Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável
Fonte: FMI

Apesar do aumento do preço do petróleo, verificou-se uma expressiva desaceleração do crescimento dos preços. Com o objectivo de cumprir as metas fixadas para este indicador mas pressionado pelo bom desempenho económico e pelo aumento do preço do petróleo, a taxa de juro de referência brasileira (SELIC) aumentou de forma gradual para 17,75% no final de 2004.

A cotação do Real ressentiu-se com o período de forte instabilidade vivida em 2002. O ano de 2003 trouxe maior confiança aos agentes económicos sobre a moeda brasileira, permitindo uma evolução positiva. Em 2004, ainda que a evolução do Real face ao Euro não tenha sido regular, a evolução face ao Dólar americano foi mais favorável, sendo que a moeda norte-americana é a divisa de referência na economia brasileira.

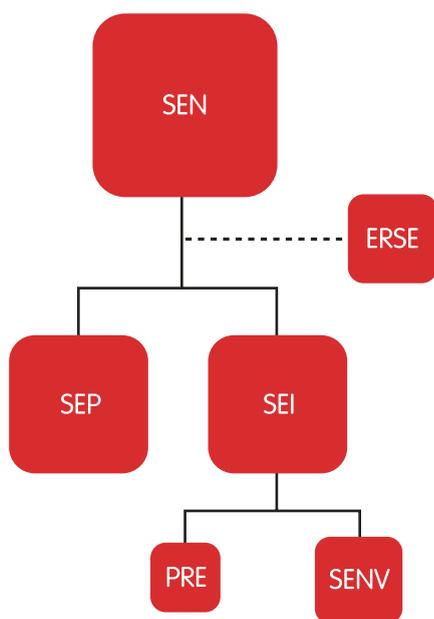
5. SÍNTESE DE ACTIVIDADE

5.1. Sector Energético – Portugal

5.1.1. O Sistema Eléctrico Nacional

Organização

A organização do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) manteve-se inalterada em 2004:



No Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) as actividades de produção, transporte e distribuição são desenvolvidas em regime de serviço público, ao qual se encontram associadas a obrigatoriedade de fornecimento de electricidade com adequados padrões de qualidade de serviço e o princípio da uniformidade tarifária territorial. Os principais agentes que intervêm no SEP são:

- Os Produtores Vinculados, que se relacionam em regime de exclusividade com a concessionária da Rede Nacional de Transporte, mediante Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) de longo prazo;
- A Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN), concessionária da Rede Nacional de Transporte (RNT);

- Os Distribuidores Vinculados que, mediante a obtenção de licença vinculada de distribuição, são obrigados a:

a) Celebrar um contrato de vinculação com a REN, pelo qual se comprometem a adquirir-lhe a totalidade da energia contratada; e

b) Fornecer aos clientes a electricidade que estes contratem, segundo tarifas e condições estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos; e

- Os Clientes Vinculados.

No Sistema Eléctrico Independente (SEI) existem, por sua vez, dois subsistemas:

- Por um lado, o Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), que se rege por uma lógica de mercado, em que é livre o acesso às actividades de produção e comercialização em baixa tensão especial, média, alta e muito alta tensão e em que os agentes de mercado têm o direito de utilizar as infra-estruturas de transporte e distribuição do SEP para a transacção física de energia, mediante o pagamento das respectivas tarifas;
- Por outro lado, existem os Produtores em Regime Especial (PRE), que actuam na produção em mini-hídricas (até 10 MW), na cogeração e na produção de energia a partir de fontes renováveis. Estes produtores efectuem entregas à rede do SEP ao abrigo de legislação específica, sendo remunerados com base no princípio dos custos evitados ao SEP, complementado por um prémio ambiental que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis.

A articulação destes sistemas é assegurada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a quem compete:

- Supervisionar o cumprimento das regras de funcionamento do SEP e de relacionamento entre o SEP e o SENV; e
- Regular as actividades exercidas no âmbito do SEP, nomeadamente, fixar tarifas e preços para a electricidade, bem como para os outros serviços fornecidos pela REN e pelos detentores de licenças vinculadas de distribuição a outros detentores de licenças ou a clientes.

A actual organização do Sistema Eléctrico Nacional terá necessariamente de ser revista, a curto prazo, face à perspectiva do Mercado Ibérico e à necessária transposição da Directiva 2003/54/CE, de 26 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece as regras comuns para o Mercado Interno da Electricidade.

Posicionamento do Grupo EDP

O Grupo EDP está presente:

- No SEP, nas actividades de:
 - a) Produção, detendo cerca de 82% da capacidade de produção instalada no SEP e participações minoritárias no capital das produtoras Tejo Energia e Turbogás (10% e 20%, respectivamente);
 - b) Transporte, onde possui 30% do capital social da REN; e
 - c) Distribuição e Comercialização Vinculada, sendo concessionária da distribuição vinculada em média e alta tensão e também concessionária da quase totalidade da distribuição em baixa tensão;
- No SENV, nas actividades de produção – onde se destacam os dois grupos da nova Central Termoeléctrica do Ribatejo – e de

comercialização, tendo contratado 3.616 dos 4.838 clientes que aderiram ao SENV; e

- Na PRE, onde tem procurado fomentar a produção de electricidade a partir de energias renováveis, nomeadamente mini-hídricas, cogeração e, particularmente, energia eólica.

Regulação

- Abertura dos Mercados

O processo de liberalização do mercado português tem vindo a proceder-se gradualmente, tendo-se já concretizado todos os actos legislativos necessários para a liberalização total do mercado de retalho, que possibilitarão a elegibilidade total dos clientes, ou seja, que permitirão a todos escolherem livremente o seu fornecedor de energia eléctrica.

De acordo com a Directiva 2003/54/CE, de 26 de Junho, sobre o Mercado Interno da Electricidade, a partir de 1 de Julho de 2004, os Estados Membros deveriam garantir uma abertura dos seus mercados a todos os clientes não domésticos. Neste sentido:

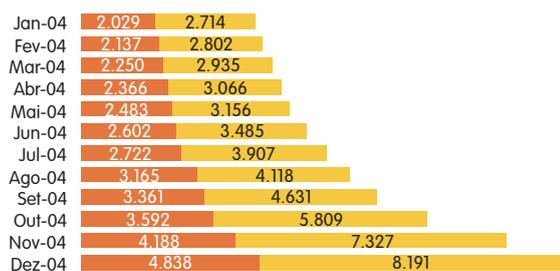
- Em 26 de Fevereiro de 2004, o Decreto-Lei n.º 36/2004, alargou a elegibilidade, no Continente, aos consumidores de energia eléctrica em Baixa Tensão Especial (BTE);
- Em 17 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 192/2004 estendeu a elegibilidade aos consumidores de energia eléctrica em Baixa Tensão Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP), em Portugal Continental, o que corresponde a um universo potencial de 5.772.840 clientes, com um consumo anual de 19.329 GWh.

A abertura do mercado aos clientes de BTN requer ainda a adaptação das regras regulamentares existentes, tendo a ERSE iniciado o processo de alteração do Regulamento de Relações Comerciais, do Regulamento Tarifário e do Regulamento do

Acesso às Redes e às Interligações, de forma a permitir a concretização da escolha do fornecedor de energia eléctrica.

Neste contexto, em finais de 2004, a elegibilidade abrangia todos os clientes com excepção dos clientes em BTN (inclui auto-consumo), num universo de 50.679 clientes, com um consumo de 25.458 GWh, a que corresponde, aproximadamente, 55,9% do consumo de energia eléctrica referido à emissão. Deste universo, tinham sido atribuídos 8.191 estatutos de clientes não vinculados (CNV), o que corresponde a 16,2% do número de instalações potencialmente elegíveis.

Clientes no SENV vs. Clientes com Estatuto de Cliente não Vinculado



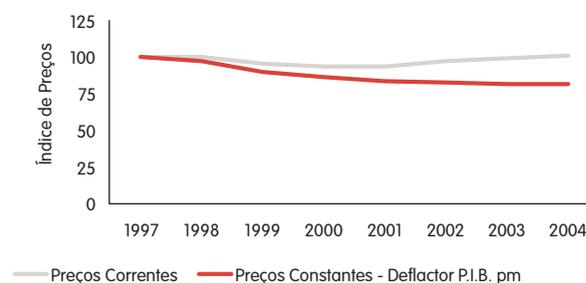
■ Clientes no SENV ■ Clientes com estatuto CNV

Dos 8.191 clientes com estatuto de cliente não vinculado existentes em Dezembro, 4.838 abandonaram o SEP, cujo consumo representou 6.763 GWh em 2004, ou seja, cerca de 16,4% dos fornecimentos totais da EDP Distribuição.

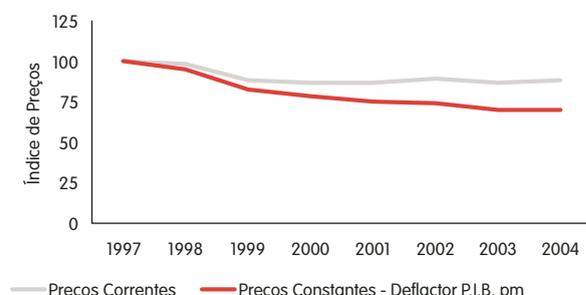
• Evolução Temporal das Tarifas

Nos últimos sete anos, os preços médios de venda da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 2,8% na baixa tensão e 4,9% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

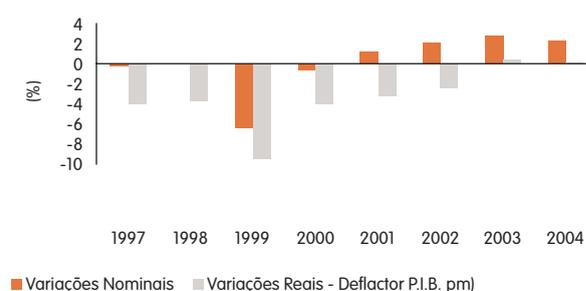
Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Baixa Tensão



Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Muito Alta, Alta e Média Tensão



Varição Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade

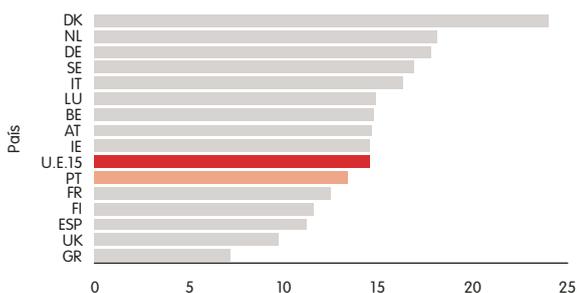


• Comparação Internacional dos Preços

Os preços da electricidade em Portugal, em 1 de Janeiro de 2004, para consumidores domésticos, situavam-se 7,6% abaixo da média da União Europeia dos 15.

Preços Médios de Electricidade

(consumidores domésticos) Cent. Euro/KWh



Entrada em Funcionamento do MIBEL

Na sequência do protocolo assinado entre os Governos português e espanhol, a 14 de Novembro de 2001, e da XIX Cimeira Luso Espanhola, realizada na Figueira da Foz, a 7 e 8 de Novembro de 2003, em que foram definitivamente acordadas as condições necessárias para a concretização de um Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), em 20 de Janeiro de 2004, foi assinado em Lisboa um acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Constituição do MIBEL (Decreto do Presidente da República n.º 19-B/2004 e Resolução da Assembleia da República n.º 33-A/2004). Este acordo previa a entrada em funcionamento do MIBEL em 20 de Abril de 2004.

A criação de um mercado ibérico da electricidade implica, nos termos do acordo, o reconhecimento de um mercado único da electricidade pelos países envolvidos, no qual todos os agentes terão igualdade de direitos e obrigações, pelo que Portugal e Espanha ficam obrigados a desenvolver, de forma coordenada, legislação interna que permita o funcionamento do MIBEL.

O acordo regula, entre outros, os seguintes aspectos:

- A criação de um Operador do Mercado Ibérico (OMI);
- As modalidades de contratação no MIBEL;
- Os mecanismos de regulação, consulta, supervisão e gestão;
- A autorização e inscrição dos agentes e a garantia de abastecimento energético; e
- As infracções, sanções e jurisdição competente.

Decorridos oito meses da aplicação provisória deste acordo, os países reconheceram a impossibilidade de realizar as reformas previstas na data estabelecida para o efeito, e constataram a necessidade de compatibilizar o MIBEL com o disposto na Directiva Comunitária sobre as regras comuns para o Mercado Interno da Electricidade (2003/54/CE). Na Cimeira, celebrada no dia 1 de Outubro de 2004, em Santiago de Compostela, Portugal e Espanha decidiram proceder assim à celebração de um novo acordo que regulasse os aspectos mencionados.

Neste contexto, as partes ficam obrigadas a desenvolver e modificar, de forma coordenada, a legislação e regulamentação interna necessária que permita a entrada em funcionamento do MIBEL até 30 de Junho de 2005.

Na linha do acordo anterior, este novo acordo prevê um período transitório inferior a 2 anos, durante o qual OMIP (Operador do Mercado Ibérico pólo Português) e OMIE (Operador do Mercado Ibérico pólo Espanhol) funcionam como entidades distintas e, findo o qual, se integrarão com vista à constituição de um único Operador do Mercado Ibérico (OMI).

Confere-se também um maior desenvolvimento aos aspectos relacionados com a organização

específica dos mercados dentro do MIBEL, designadamente:

- O OMIE, que fará a gestão do mercado diário, o qual funcionará transitoriamente em regime de exclusividade, com base na legislação vigente em Espanha;
- O OMIP, que actuará como entidade gestora do mercado a prazo, que não implica necessariamente liquidações por entregas físicas, introduzindo-se a possibilidade de liquidações puramente financeiras; e
- A contratação de serviços complementares que pode ser realizada através de mecanismos de mercado a definir por cada operador de sistema, sendo a sua liquidação necessariamente física.

Portugal e Espanha passam a dispor de um período inferior a um ano para a definição de um plano de harmonização tarifária, estabelecendo-se os princípios aplicáveis à sua prossecução e sujeitando-se as tarifas reguladas de ambos os países a índices de preço dos mercados organizados.

O acordo estabelece ainda, genericamente, a obrigatoriedade de se acordarem mecanismos de mercado para a gestão das interligações.

Por último, dispõe também em matéria de mecanismos de regulação, consulta, supervisão e gestão do MIBEL. Prevê a criação de um Conselho de Reguladores, com competências alargadas, a possibilidade de se constituírem Comitês de Agentes de Mercado, com funções meramente consultivas, e mantém a criação de um Comité de Gestão Técnica e Económica do MIBEL.

Até à entrada em vigor deste novo acordo, Portugal e Espanha deverão continuar a aplicar a título provisório o acordo assinado em Lisboa a 20 de Janeiro.

Com o aprofundamento do processo de liberalização e tendo em vista a entrada em

funcionamento do MIBEL, foram ainda publicados, em Portugal, novos diplomas legislativos com o objectivo de adequar a estrutura do SEN e a sua forma de funcionamento a um regime de mercado concorrencial:

- Portaria n.º 96/2004, de 23 de Janeiro: estabelece a inclusão nos CMEC's (Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual), como custos operacionais, dos custos relativos aos contratos de arrendamento dos terrenos onde as centrais estão instaladas, com excepção dos pertencentes ao domínio público hídrico. Estabelece igualmente a metodologia para a fixação dos valores relativos ao arrendamento e aquisição dos terrenos;
- Decreto-Lei n.º 36/2004, de 26 de Fevereiro: alarga o conceito de elegibilidade aplicável aos consumidores de energia eléctrica no continente, ampliando o patamar de elegibilidade aos consumidores de BT com potência contratada acima de 41,4 kW e nível de tensão inferior a 1 KV;
- Decreto-Lei n.º 153/2004, de 30 de Junho: constitui título bastante para a transmissão dos terrenos previstos no Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro, para efeitos de registo predial, a acta da Assembleia Geral da EDP, de 18 de Agosto de 1994, complementada por declaração conjunta da EDP e da REN, para a correcta e integral identificação dos referidos terrenos, de forma a facilitar o processo da extinção antecipada dos CAE. Reconhece ainda à entidade concessionária da RNT os direitos de utilização, em regime de concessão, do domínio público hídrico.
- Decreto-Lei n.º 192/2004, de 17 de Agosto: Na sequência do Decreto-Lei n.º 36/2004, de 26 de Fevereiro, estende a elegibilidade aos consumidores de energia eléctrica em baixa tensão normal (BTN) e define o exercício do direito à elegibilidade.

Designa ainda a EDP Distribuição como comercializador regulado;

- IP/04/1123, de 22 de Setembro: A Comissão vem reconhecer que os investimentos realizados em centrais eléctricas economicamente não rentáveis constituem uma categoria de custos irrecuperáveis, sempre que se possa provar que a ineficiência destes investimentos causará prejuízos reais após a liberalização. Assim, a Comissão decidiu não levantar objecções à concessão de um auxílio estatal destinado a compensar os denominados “custos irrecuperáveis” por parte do Estado à EDP, à Tejo Energia e à Turbogás.
- Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro: define as condições de cessação antecipada dos CAE e cria as medidas compensatórias, designadas por Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC). Determina ainda que a cessação antecipada dos CAE fica sujeita à aprovação de um acordo entre os produtores vinculados e a entidade concessionária da RNT que concretize as condições previstas neste diploma, à entrada em funcionamento do MIBEL em condições que assegurem a venda de energia eléctrica produzida e a atribuição de licenças de produção não vinculada aos produtores abrangidos.

Apesar do enquadramento do SEN ter vindo a ser paulatinamente adequado com a legislação publicada nestes últimos dois anos, a adequação da sua estrutura e forma de funcionamento a um regime de mercado genericamente aberto à concorrência é uma tarefa estrutural e complexa, que envolve uma alteração profunda do quadro legislativo nacional. Não obstante o anteriormente anunciado pelo Governo durante o ano de 2004, não foi aprovada a nova lei de bases para o sector, que deveria albergar os princípios e as condições inerentes à concretização do MIBEL e à necessária transposição da Directiva 2003/54/CE.

5.1.2. Actividade de Produção

O Grupo EDP intervém actualmente em todos os segmentos de mercado que a actual legislação do SEN contempla.

A legislação do SEN terá a curto prazo que adaptar-se ao novo enquadramento criado pelo MIBEL, razão pela qual durante 2004 foi posto em prática um **novo modelo organizativo da EDP Produção**, visando enfrentar de uma forma mais competitiva este novo ambiente.

No âmbito deste modelo, a CPPE procedeu à compra de participações financeiras que permitiram a integração, a partir de 1 de Janeiro de 2004, da TER, EDP Cogeração, HDN, Hidrocenel, Hidrinos e HidrOeM, concluindo-se o processo de fusão legal próximo do final do ano. Realizou-se igualmente a transferência da posição da EDP Comercial nos contratos de mandato das centrais hidroeléctricas do SENV para a EDP Produção e concluiu-se um contrato na modalidade de “tolling agreement” entre a CPPE e a Área de Trading da EDP Produção, para regular a colocação em mercado da energia produzida pela Central do Ribatejo.

A EDP Produção prosseguiu a racionalização das suas estruturas, verificando-se uma redução anual de cerca de 9% do pessoal ao seu serviço. Adicionalmente, e reflectindo o **enfoque na eficiência operacional**, os custos unitários de manutenção e operação mantiveram-se ao nível do passado, assegurando bons níveis de eficiência num cenário de aumento da capacidade instalada.

A actividade de produção vinculada de electricidade em Portugal encontra-se atribuída a três empresas titulares de licenças vinculadas: CPPE, Tejo Energia e Turbogás, que possuem contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo à REN. O estabelecimento de regras comuns para Portugal e Espanha, para a construção do MIBEL e para assegurar a livre concorrência, obriga a reestruturar a relação comercial referida, **cessando os contratos de longo prazo actualmente existentes e atribuindo aos seus titulares o direito de compensação**. Em 27 de

Dezembro foi publicado o Decreto-Lei 240/2004, que define as regras de terminação dos contratos e a forma de atribuição das compensações referidas, estando previsto que a cessação de todos os contratos ocorra até 30 de Junho de 2005 e tendo sido assinados os Acordos de Cessação da CPPE com a REN já em 27 de Janeiro de 2005.

No que respeita à **ampliação da capacidade existente**, foi publicado em 2 de Outubro o Despacho Conjunto n.º592/2004, dos Ministérios da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que reconhece o interesse público do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, a construir no afluente mais a montante da margem direita do rio Douro, que permitiu que durante 2004 se iniciasse o Projecto Base. No SEI, destaque para a entrada em serviço industrial dos dois primeiros grupos da Central do Ribatejo (+784 MW) e para a entrada em exploração de novos parques eólicos (+71 MW).

Principais variáveis exógenas às operações

- Coeficiente de produtividade hidroelétrica de 0,81 em 2004, dos mais baixos registados nos últimos 10 anos (1,33 em 2003). Com excepção do período de Agosto a Outubro, as aflúncias situaram-se sempre abaixo do valor médio, o que contribuiu para o baixo armazenamento registado nas albufeiras no final do ano;
- Baixos preços da "pool", a incentivar a importação de electricidade de Espanha, com reflexos no despacho pela REN das centrais a fuelóleo, resultando numa produção inferior à de 2003.

Potência Máxima e Produção Líquida

Potência Máxima em 31 Dez.	Grupo EDP				
	MW	2004	2003	2002	2001
Centrais do SEP	7.052	7.052	7.183	7.183	7.183
Hidroeléctricas	3.903	3.903	3.903	3.903	3.903
Termoeléctricas	3.149	3.149	3.280	3.280	3.280
Centrais do SENV	1.028	647	255	309	270
Hidroeléctricas	244	255	255	309	270
Termoeléctricas	784	392	0	0	0
Produtores em Regime Especial	322	241	216	117	106
Mini-Hídricas	66	56	55	1	0
Eólicas	136	65	40	40	30
Biomassa	9	9	9	9	9
Cogeração	111	111	112	67	67
Potência Máxima	8.402	7.940	7.654	7.609	7.559

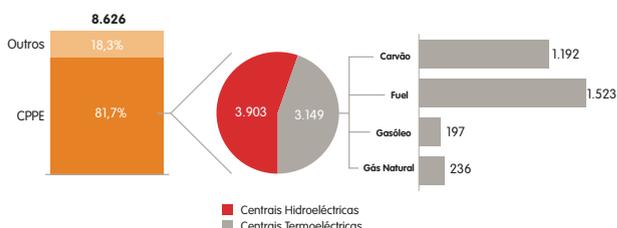
Produção Líquida	Grupo EDP				
	GWh	2004	2003	2002	2001
Centrais do SEP	20.475	26.583	24.201	26.947	24.000
Centrais hidroeléctricas	8.718	13.964	6.764	12.607	10.229
Centrais termoeléctricas	11.756	12.619	17.437	14.340	13.771
Centrais do SENV	3.817	908	497	786	623
Centrais hidroeléctricas(1)	398	705	497	786	623
Centrais termoeléctricas	3.419	203	0	0	0
Produtores em Regime Especial	1.083	1.041	815	535	209
Mini-Hídricas(1)	141	196	75	4	0
Eólicas	237	128	113	90	70
Biomassa	49	38	37	18	5
Cogeração(2)	656	679	590	423	134
Produção Líquida	25.374	28.532	25.513	28.268	24.832

(1) Separação da produção em SENV/PRE em 2003 ao abrigo do DL n.º 85/2002, 6 de Abril.
 (2) Inclui energia entregue a clientes industriais.

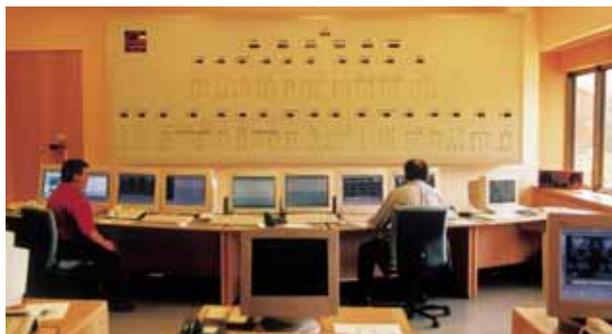
Produção Vinculada

No final de 2004, a potência contratada aos produtores vinculados ascende a 8.626 MW, dos quais a CPPE tem 7.052 MW (82% do total), repartida por 3.903 MW em aproveitamentos hidroelétricos e 3.149 MW em centrais termoelétricas.

Capacidade Instalada no SEP (MW)



A capacidade de produção hidroeléctrica da CPPE, num total de 63 grupos geradores comandados centralmente a partir do Centro de Telecomando da Régua, pode satisfazer cerca de 22% dos consumos de electricidade na rede pública do continente, em ano hidrológico médio, correspondentes a cerca de 10.000 GWh.



Centro de Telecomando da Régua

A capacidade de produção das centrais da CPPE situadas na bacia hidrográfica do Douro, essencialmente constituídas por aproveitamentos de fio de água, poderá ser potenciada com a capacidade de armazenamento de novos aproveitamentos de albufeira a construir nos afluentes do Douro superior, de que o aproveitamento do Baixo Sabor é um exemplo, e ainda pelo reforço de potência de centrais de fio de água existentes.

Adicionalmente, o Grupo EDP possui participações nos outros produtores vinculados, nomeadamente 10% na Tejo Energia, responsável pela Central do Pego (carvão), e 20% na Turbogás que controla a central de ciclo combinado a gás natural da Tapada do Outeiro.

Em 13 de Dezembro, a EDP anunciou a intenção de exercer a opção de compra de 20% adicionais da Turbogás.

A produção líquida da CPPE foi de 20.475 GWh, 23,0% inferior à verificada no ano anterior (26.583 GWh), por redução conjunta da produção hídrica e térmica:

- A produção hidroeléctrica foi de 8.718 GWh (-38%), reflectindo o fraco ano hidrológico,

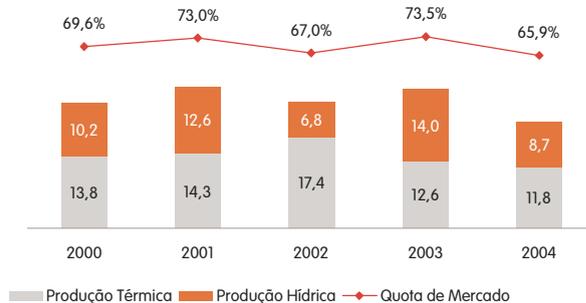


Central Termoeléctrica de Sines

com impacto no armazenamento das albufeiras, que se reduziu a partir do segundo semestre de 1.561 GWh para 1.057 GWh (-28%) no final de 2004;

- A produção de origem térmica atingiu 11.756 GWh, 6,8% inferior à de 2003, correspondendo ao valor mais baixo verificado nos últimos sete anos e como resultado do aumento de capacidade no SEI e dos baixos preços da energia eléctrica na pool que originaram um maior volume de importações.

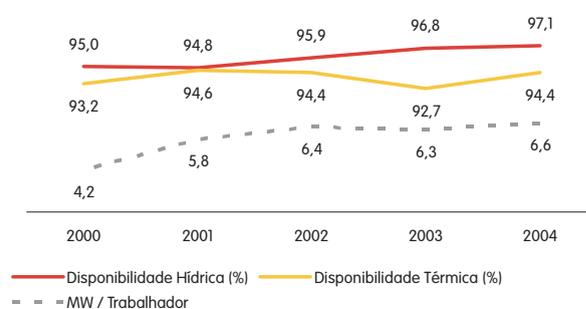
Produção Líquida e Quota de Mercado no SEP (TWh)

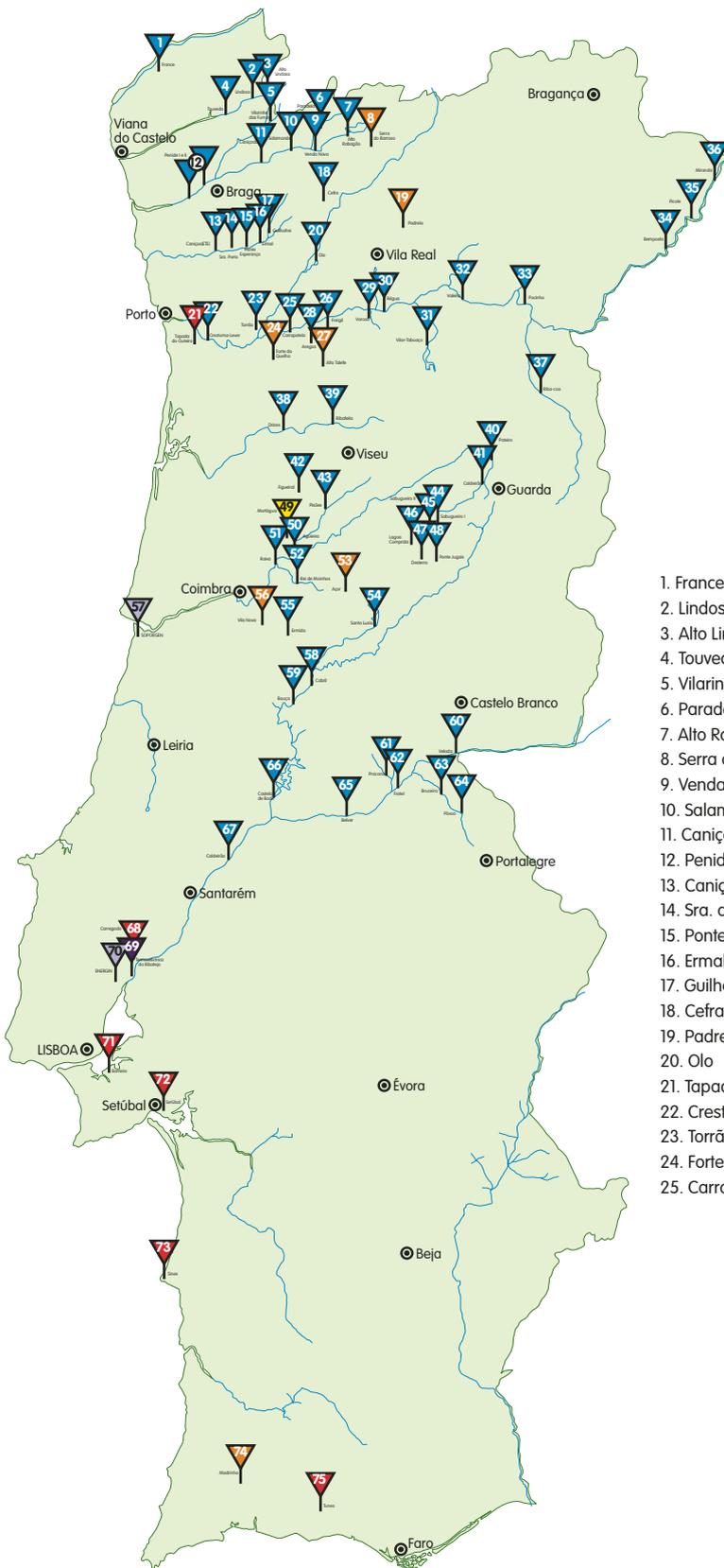


Esta redução implicou um decréscimo da quota de mercado de 73,5% para 65,9% vis-a-vis 2003. Num contexto de aumento de 5,7% do consumo, a CPPE assegurou 45% do consumo total "versus" 61,7% em 2003.

Os centros produtores da CPPE continuam a manter elevados níveis de disponibilidade, tendo atingido, em 2004, 97,1% no parque hidroeléctrico e 94,4% no parque termoeléctrico.

Produção Vinculada - Indicadores





- | | | |
|-------------------------|--------------------|--------------------------------|
| 1. France | 26. Freigil | 51. Raiva |
| 2. Lindoso | 27. Alto Talefe | 52. Rei de Moinhos |
| 3. Alto Lindoso | 28. Aregos | 53. Açor |
| 4. Touvedo | 29. Varosa | 54. Santa Luzia |
| 5. Vilarinho das Furnas | 30. Rêgua | 55. Ermida |
| 6. Paradela | 31. Vilar-Tabuaço | 56. Vila Nova |
| 7. Alto Rabagão | 32. Valeira | 57. Soporgen |
| 8. Serra do Barroso | 33. Pocinho | 58. Cabril |
| 9. Venda Nova | 34. Bemposta | 59. Bouça |
| 10. Salomonde | 35. Picote | 60. Velada |
| 11. Caniçada | 36. Mirandad | 61. Pracana |
| 12. Penide I e II | 37. Riba-coa | 62. Fratel |
| 13. Caniços | 38. Drizes | 63. Bruceira |
| 14. Sra. do Porto | 39. Ribafeita | 64. Póvoa |
| 15. Ponte Esperança | 40. Pateiro | 65. Belver |
| 16. Ermal | 41. Caldeirão | 66. Castelo de Bode |
| 17. Guilhofrei | 42. Figueiral | 67. Caldeirão |
| 18. Cefra | 43. Pisões | 68. Carregado |
| 19. Padrela | 44. Sabugueiro I | 69. Termoeléctrica do Ribatejo |
| 20. Olo | 45. Sabugueiro II | 70. Energin |
| 21. Tapada do Outeiro | 46. Lagoa Comprida | 71. Barreiro |
| 22. Crestuma-Lever | 47. Desterro | 72. Setúbal |
| 23. Torrão | 48. Ponte Jugais | 73. Sines |
| 24. Forte da Quelha | 49. Mortágua | 74. Madrinha |
| 25. Carrapatelo | 50. Agueira | 75. Tunes |

-  Hidroeléctricas
-  Termoeléctricas
-  Parques Eólicos
-  Central Biomassa
-  Centrais de Cogeração e Gás Natural
-  Centrais de Ciclo Combinado a Gás Natural

Realce ainda para os seguintes factos na actividade de produção vinculada:

- A 31 de Dezembro terminaram os contratos de aquisição de energia da Central da Tapada do Outeiro, que já só operava com um grupo gerador (46,9 MW), e dos grupos 1 e 2 da Central de Tunes (32,0 MW). Entretanto, a REN já mostrou interesse na continuidade destes dois últimos grupos, por mais dois anos, não com um contrato com as características do anterior, mas de Serviços de Sistema;
- Os dois grupos da Central do Alqueva, pertencente à EDIA, passaram a ser comandados a partir do Centro de Telecomando da Régua da CPPE, após o início do Serviço Industrial do Grupo 2 (13 de Fevereiro) e do grupo 1 (18 de Junho);
- Realizados os ensaios de comissionamento e as operações do primeiro enchimento do circuito hidráulico do reforço de potência da Central de Vila Nova/Venda Nova, após conclusão dos trabalhos da empreitada principal de engenharia civil e da montagem do grupo 1, prevendo-se que os grupos entrem em serviço industrial em meados de 2005 (+192 MW); e
- Adaptação da Central de Sines às novas exigências ambientais, com a montagem dos equipamentos de redução de NO_x e dos sistemas de extracção de escórias (por via seca) no grupo 4. No que diz respeito ao projecto de dessulfuração, cujo concurso internacional foi lançado em "Bidder's Conference" em conjunto com a HidroCantábrico (requalificação ambiental das centrais de Aboño e Soto de Ribera), foi adoptada a solução da tecnologia calcário-gesso, concluído o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e enviado à DGGE para efeitos de licenciamento. Em Dezembro, o Instituto do Ambiente declarou a conformidade do EIA com o projecto, a que se seguirá, no início de 2005, a realização da consulta pública.



Central Termoelectrica do Ribatejo

Produção Não Vinculada

Neste segmento de negócio registou-se em 2004 um acréscimo na potência instalada, em resultado da entrada em serviço industrial dos dois primeiros grupos de ciclo combinado da Central do Ribatejo (784 MW), atingindo-se no final do ano uma potência total de 1.028 MW face a 647 MW em final de 2003, a qual já considerava a potência do grupo 1 do Ribatejo, que se encontrava em período experimental.

O parque hidroeléctrico contribui com 244 MW, considerando já a Central de Belver da EDP Comercial, e deixando de incluir Ermal, por ter passado para o regime PRE.

Como resultado de um regime hidrológico inferior à média dos regimes, a produção hidroeléctrica reduziu o seu peso na produção total do SENV e o aumento da capacidade da Central do Ribatejo posicionou-a como a segunda maior produtora térmica da EDP Produção, a seguir à Central de Sines, o que revela já a sua importância.

De referir ainda que, em 2004, foram enviados à REN os processos de candidatura para certificação no "Renewable Energy Certificate System" das centrais hidroeléctricas SENV do sistema em cascata da Serra da Estrela.

No que diz respeito ao **desenvolvimento de centrais de ciclo combinado a gás natural**, o posicionamento estratégico do Grupo EDP no contexto ibérico passa pela manutenção de quota de mercado na produção e potência, tendo para tal desenvolvido:

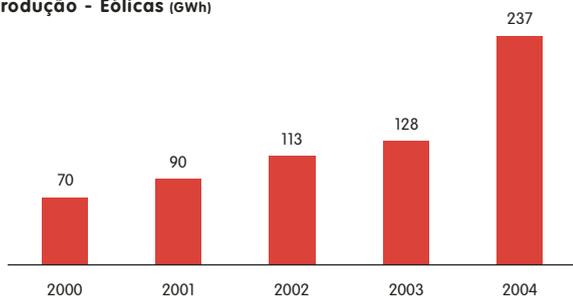
- O projecto de construção da Central do Ribatejo, que comporta três grupos geradores, com uma potência unitária na emissão de 392 MW. Os grupos 1 e 2 entraram em serviço nos prazos previstos, estando prevista a entrada em serviço industrial do grupo 3 para Março de 2006, representando seis meses de antecipação relativamente à data inicialmente prevista;
- O projecto de construção de 3 novos grupos de ciclo combinado a gás natural,

com potência unitária de 400 MW e entradas em serviço previstas para 2008, 2009 e 2011. Para uma possível localização em Sines, iniciou-se em 2004 a elaboração do EIA. A Proposta de Definição do Âmbito do EIA foi entregue, no dia 14 de Outubro, no Instituto do Ambiente, tendo o período de consulta pública decorrido entre 8 de Novembro e 21 de Dezembro. No âmbito da elaboração do Estudo Prévio foi lançado o concurso para a realização do Estudo Geológico e Geotécnico da área de implantação. Para outras possíveis localizações, nomeadamente na zona da Figueira da Foz, também foram iniciados os respectivos EIA.

Eólicas

De 2003 para 2004, a capacidade eólica mais que duplicou (+71 MW) como resultado da estratégia de expansão definida pelo Grupo EDP, o que assegurou uma quota de mercado de 26,4%.

Produção - Eólicas (GWh)

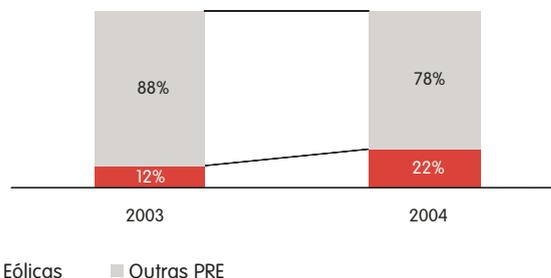


O acréscimo face a 2003 resultou das entradas em serviço dos Parques Eólicos de Padrela (7,5 MW), em Fevereiro, de Fonte da Quelha (12 MW) e Alto do Talefe (12 MW), em Março, de Vila Nova (20 MW) em Julho e do Açor (20 MW) em final de Dezembro. No final de 2004, a Enernova tinha em exploração dez parques eólicos, com 136 MW de potência instalada. A produção atingiu 237 GWh, sendo 84,7% superior ao registado em 2003. Este crescimento proporcionou um aumento do peso da energia eólica no total da PRE de 12% em 2003 para 22% em 2004.



Parque Eólico de Fonte da Quelha

Peso das Eólicas na PRE

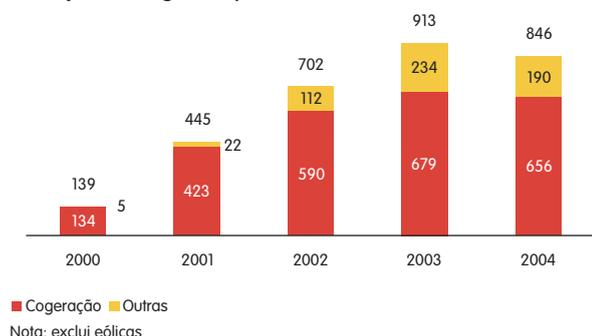


No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos, encontravam-se em fase de adjudicação, no final de 2004, os reforços de potência de Fonte da Quelha (1,5 MW), Alto do Talefe (1,5 MW), Vila Nova (6 MW) e Pena Suar (6 MW), com entrada em serviço prevista para 2005. Ainda no final de 2004, estava em fase de adjudicação o parque eólico de Madrinha (10 MW) e em fase de concurso o Parque Eólico de Serra d'El Rei (20 MW), ambos com entrada em serviço prevista para o final de 2005 ou início de 2006. Relativamente aos projectos em carteira, alguns em regime de parceria, encontravam-se cerca de 116 MW em fase de licenciamento e cerca de 178 MW em fase de atribuição de ponto de recepção na rede eléctrica. No conjunto dos parques em serviço, em construção/concurso e em carteira, a Enernova detinha, no final de 2004, uma potência total de ligação à rede de cerca de 400 MVA, o que corresponde a cerca de 12,5% do total já atribuído pela DGE até 2007. No âmbito das parcerias estabelecidas, de referir que no final do ano foi ligado à rede o Parque Eólico de Alagoa de Cima (13,5 MW), detido pela empresa Eólica da Alagoa, S.A., com participação de 40% da Enernova.

Outra Produção em Regime Especial

A produção líquida das centrais hídricas até 10 MW, centrais de cogeração e central de biomassa de Mortágua, atingiu 846 GWh, cerca de 8% abaixo do valor alcançado em 2003, em resultado sobretudo do decréscimo verificado na produção hídrica.

Produção em Regime Especial (GWh)



Produção Hídrica: A evolução da capacidade hídrica instalada resulta da transferência da Central do Ermal do SENV para PRE. No entanto, a produção hídrica registou uma forte redução por efeito do baixo coeficiente de hidraulicidade registado em 2004.

Produção a Biomassa: A Central de Resíduos Florestais de Mortágua, detida pela EDP Produção Bioelétrica, S.A., com uma potência instalada de 9 MW, produziu, em 2004, cerca de 49 GWh, mais 28,3% que em 2003, fruto das melhorias introduzidas na central, quer ao nível técnico dos equipamentos e instalações industriais quer ao nível da gestão da biomassa. A biomassa consumida atingiu os 95,7 milhares de toneladas, das quais perto de 91,3% foram biomassa florestal (resíduos florestais) e 8,7% biomassa residual (cascas de pinheiro e de eucalipto).

Cogeração: As centrais de cogeração a gás natural da Soporgen e da Energin, empresas maioritariamente detidas pela CPPE, estão associadas ao fornecimento de electricidade e calor para as instalações fabris da Soporcel e da Solvay Portugal e em conjunto totalizam 111 MW de potência eléctrica. Em 2004, verificaram-se alterações nos fornecimentos de electricidade a estes clientes industriais de cogeração, o que reforçou o nível de exportações de electricidade destas centrais para a rede eléctrica pública. No final do ano, a produção de electricidade atingiu 656 GWh, apenas menos 3,4% face a 2003, tendo o fornecimento à rede aumentado 32,7%.



Central de Resíduos Florestais de Mortágua

Serviços

Na EDP Produção EM, destaque para:

- Supervisão do projecto, gestão e fiscalização da construção e montagem do grupo 3 da Central do Ribatejo e actividades respeitantes à construção e instalação dos grupos 1 e 2;
- Requalificação ambiental das centrais a carvão de Sines (CPPE) e Aboño e Soto Ribera (HidroCantábrico);
- Envolvimento nos dois grandes empreendimentos hidroelétricos: de Aproveitamento de Fins Múltiplos de Alqueva (escalões de Alqueva e Pedrógão) e de Reforço de Potência de Vila Nova/Venda Nova;
- Suporte ao lançamento de novos grandes projectos:
 - Estudo de localização e tecnologias para novas centrais de ciclo combinado a gás natural, elaboração dos processos de instrução dos pedidos de atribuição de ponto de recepção de energia eléctrica para Sines e Lares, contratação do EIA de Sines e ainda a elaboração do respectivo estudo prévio e processo de concurso;
 - Início das actividades inerentes ao projecto base do Aproveitamento do Baixo Sabor;
- Internacionalização da actividade:
 - Gestão do projecto de repotenciação da central de cogeração da Fafen (II) no Brasil;
 - Prestação de serviços à CEM – Macau no âmbito do projecto de redução de NOx e SOx da Central de Coloane A;
 - Elaboração do EIA do Projecto de Reforço da Rede de Alta Tensão a 400



Central de Cogeração da Energin

kV e a 225 kV para o ONE, em Marrocos; e

- Assessoria técnica no âmbito da reabilitação da barragem da Matala e do controlo de segurança de barragens do Biôpio, Matala e Cambambe.
- Concessão pela APCER da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado na EDP Produção EM, em conformidade com a Norma NP EN ISO 9001:2000 e parecer favorável da auditoria de manutenção efectuada pela mesma entidade. De salientar também o desenvolvimento do processo de integração da Gestão Ambiental e da Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com as normas NP EN ISO 14001:1999 e NP 4397:2001, cuja conclusão está prevista para o final de 2005;

A O&M Serviços manteve os contratos de prestação de serviços de operação e manutenção das centrais da CPPE e de PRE em vigor em 2003 e alargou o âmbito do contrato de Sines.

Balanzo Energético

O consumo referido à emissão (energia emitida para a rede de transporte) atingiu cerca de 45,5 TWh, mais 5,7% que em 2003 e um ligeiro abrandamento face ao crescimento de 5,9% registado em 2003 face a 2002.

Devido aos baixos níveis de pluviosidade registados no ano, a produção hidroelétrica baixou significativamente face a 2003 (38%, no conjunto de SEP e SENV).

O valor da produção térmica total vinculada, na ordem dos 22 TWh, manteve-se sensivelmente ao nível do valor de produção verificado no ano anterior, enquanto que a produção térmica não vinculada atingiu 3.419 GWh, com a entrada em produção dos dois primeiros grupos da Central Termoelétrica do Ribatejo, o que contribui, neste caso, para cerca de 7,5% do consumo referido à emissão.

		Balanzo Energético		Produção	
		GWh	2004	2003	Var. %
Coeficiente de Produtibilidade Hidroelétrica		0,81	1,33	-0,52	
Centrais do Grupo EDP					
Emissão hidroelétrica	SEP	8.718	13.964	-37,6%	
Emissão termoelétrica	SEP	11.756	12.619	-6,8%	
Emissão hidroelétrica	SENV	398	705	-43,5%	
Emissão termoelétrica	SENV	3.419	203	1583,3%	
Emissão mini-hídricas	PRE	141	196	-28,2%	
Emissão Eólica	PRE	237	128	85,2%	
Emissão Biomassa	PRE	49	38	29,4%	
Emissão Cogeração	PRE	656	679	-3,4%	
Produção Líquida do Grupo EDP		25.374	28.532	-11,1%	
Vendas directas a Clientes Industriais		-461	-532	13,4%	
Emissão para a rede (Grupo EDP)		24.912	28.000	-11,0%	
Outros Produtores do SEP	SEP	10.675	9.572	11,5%	
Autoprodutores	SEI	3.858	3.184	21,2%	
Saldo Importador / (Exportador)		6.481	2.793	132,0%	
Bombagem Hidroelétrica		-408	-485	15,9%	
Consumo referido à emissão		45.518	43.064	5,7%	
Compensação síncrona		-35	-31	-13,3%	
Consumos próprios da Produção		-8	-3	-166,3%	
Consumos próprios da Rede de Transporte		-10	-10	-3,2%	
Perdas		-657	-759	13,4%	
Energia entregue na Distribuição		44.808	42.261	6,0%	

5.1.3. Actividade de Distribuição e Comercialização Vinculada

Melhorar a imagem junto do mercado e cliente final

Para enfrentar o processo de liberalização do mercado energético, com a abertura do mercado não vinculado aos clientes de BTE (Baixa Tensão Especial), a EDP investiu na fidelização da sua base de clientes e consequentemente na necessidade de melhorar a sua qualidade de serviço:

- Lançamento, no último trimestre do ano, da operação de mudança de imagem e de "lay-out" de toda a rede de lojas de modo a concretizar, na relação com os clientes, os valores da nova marca EDP;
- Lançamento de uma nova factura com um novo formato, transformando-a num documento mais acessível e de mais fácil compreensão, cumprindo as obrigações da regulação vigente;
- Inserção regular de mensagens informativas e/ou promocionais, designadamente as relacionadas com a divulgação das modalidades de pagamento;
- Melhoria da qualidade do atendimento efectuado no "contact-center", como resultado do investimento realizado em instalações, equipamentos e meios humanos. De crucial importância para a rapidez e facilidade no acesso à empresa, a EDP foi reconhecida internacionalmente, vencendo, na categoria de "Utilities", o "4º Troféu Call-Center", um evento da responsabilidade da "International Faculty for Executives", em parceria com a IZO System;
- Manutenção de um relacionamento cordial e construtivo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, baseado num espírito de grande abertura e compreensão recíprocas, assegurando estabilidade no

clima relacional com as Entidades Concedentes;

- Participação em feiras e exposições, bem como na organização das semanas EDP nas Lojas do Cidadão;
- Alargamento da página na "Internet" com novos conteúdos e funcionalidades, promovendo a interacção com os Clientes e tendo-se prosseguido a sua divulgação junto de um conjunto de Autarquias.

Melhorar a Qualidade de Serviço Comercial

No âmbito da qualidade de serviço prestado aos Clientes, a EDP Distribuição prosseguiu a adopção de medidas tendentes ao cumprimento dos objectivos fixados, que se podem resumir numa prestação de serviço com elevado grau de qualidade.

Assim, a EDP cumpriu os indicadores de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS):

- Orçamentação de ramais e chegadas BT até 20 dias úteis;
- Execução de ramais e chegadas BT até 20 dias úteis;
- Ligação de clientes BT até 2 dias úteis;
- Atendimento nas lojas até 20 minutos;
- Atendimento telefónico até 60 segundos;
- Reposição por interrupção acidental até 4 horas;
- Reclamações apreciadas e respondidas até 15 dias úteis;
- Pedidos de informação até 15 dias úteis;
- Leitura de contadores BT, se forem tomadas em conta as Normas Complementares do Regulamento da Qualidade de Serviço, explicitando que "não são consideradas para efeito de



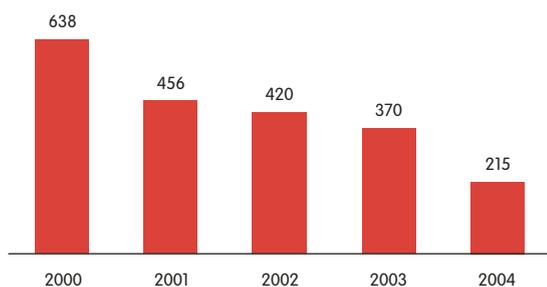
Loja EDP

cálculo do indicador relativo à leitura do contador as situações de segunda habitação em que o contador não se encontra disponível ao distribuidor”.

Melhorar a Qualidade de Serviço Técnico

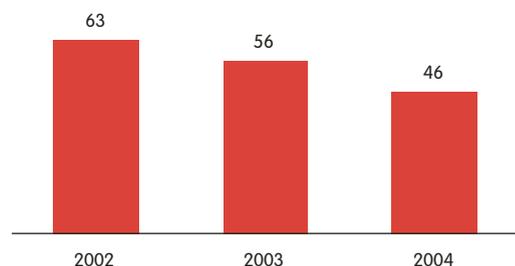
A qualidade técnica de serviço medida pelo indicador TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) foi significativamente melhor do que a verificada nos anos anteriores, reduzindo de 370 minutos em 2003 para 215 minutos em 2004 (-42%). Embora este indicador tenha sido afectado em 2003 em 29 minutos pela vaga de incêndios, que levou a cortes anormais por motivos de segurança e por solicitação das entidades envolvidas no combate às chamadas, o objectivo anual de 290 minutos foi claramente superado.

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão (minutos)



Os restantes indicadores gerais da qualidade de serviço das redes MT e BT da EDP Distribuição acompanharam a evolução do TIEPI e foram reconhecidos pelos clientes.

Reclamações recebidas (milhares)



Trabalhos TET de manutenção da rede



Dispositivo anti-nidificação

Esta melhoria da qualidade de serviço deve-se sobretudo a:

- Elevado investimento e esforço de manutenção realizados nos últimos anos, bem como à acção conjugada de um conjunto alargado de iniciativas de carácter técnico e organizativo iniciado há pouco mais de um ano;
- Projecto LEAN, cujo objectivo é diminuir o tempo de reposição após avaria em todas as Áreas de Rede, permitiu uma mobilização global da quase totalidade dos colaboradores da área técnica, contribuindo assim fortemente para a sua motivação e consequentemente para os bons resultados alcançados;
- Condições climatéricas favoráveis.

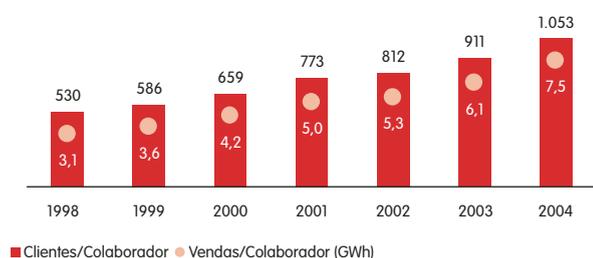
Paralelamente, a qualidade e a continuidade da onda de tensão (QCT) da rede de distribuição foram avaliadas em 2004 através da execução do Plano de Monitorização da QCT, conforme previsto no RQS, com monitorizações em 36 subestações AT/MT e 108 postos de transformação da distribuição.

Realizou-se em 2004, em Lisboa, o Encontro Internacional sobre Linhas Eléctricas e Avifauna. O Encontro estava enquadrado num protocolo celebrado entre a EDP Distribuição, o ICN (Instituto de Conservação da Natureza), a Quercus e a SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves), com o objectivo de estudar e minimizar os impactes resultantes da interacção das linhas eléctricas de alta e média tensão na avifauna.

Assegurar a eficiência das operações

O aumento da eficiência operacional permitiu servir um maior número de clientes e distribuir mais energia com menos colaboradores, tendo o rácio número de clientes por trabalhador, que é muitas vezes utilizado como medida de produtividade nas empresas de distribuição, aumentado de 659 em 2000 para 1.053 em 2004.

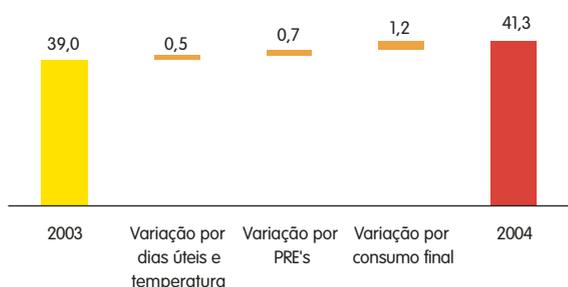
Eficiência Operacional da EDP Distribuição (SEP+SENV)



Actividade de Distribuição

Em 2004, verificou-se um acréscimo de 6,1 % no volume global de energia distribuída. Parte deste acréscimo está associada a um número de dias úteis superior ao de 2003 e às condições climatéricas – de acordo com as estimativas da REN, estes dois efeitos determinaram um acréscimo de 1,2 pontos percentuais no consumo. Por outro lado, continuou a verificar-se um grande crescimento na recepção de energia proveniente de Produtores em Regime Especial o que, no caso da cogeração, é essencialmente explicado pela adesão de um elevado número de cogeradores à opção de venda ao SEP da totalidade da energia produzida nas suas instalações, na sequência da publicação da Portaria nº 399/2002. Este efeito, só por si, explica um acréscimo de cerca de 1,9 pontos percentuais nos consumos alimentados pela rede da EDP Distribuição, em detrimento de autoconsumo.

Variação do consumo de electricidade (TWh)



Neste contexto, o crescimento subjacente do consumo ter-se-á situado em cerca de 3,0%, reforçando a tendência verificada nos últimos

anos de crescimento do consumo de electricidade superior ao crescimento económico, numa gradual aproximação ao consumo "per capita" da União Europeia.

Actividade de Comercialização Vinculada

A actividade comercial vinculada foi influenciada pela continuada adesão de clientes ao SENV, na sequência da liberalização do mercado de energia eléctrica. Neste contexto, e apesar de ter havido um pequeno acréscimo líquido de 0,9% no número de clientes do SEP, assistiu-se mesmo assim a uma quebra nas vendas de energia no referido sistema.

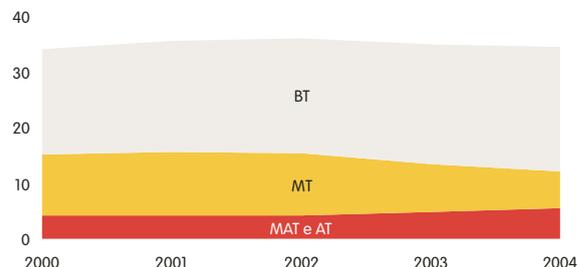
	Clientes e Vendas de Electricidade no SEP			EDP Distribuição		
	Número de Clientes ⁽¹⁾			Vendas de Electricidade (GWh) ⁽²⁾		
	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %
Total	5.818.504	5.766.368	0,9%	34.552	34.907	-1,0%
Muito Alta Tensão	20	16	25,0%	1.222	1.115	9,6%
Alta Tensão	154	130	18,5%	4.340	3.680	17,9%
Média Tensão	18.184	19.039	-4,5%	6.506	8.600	-24,3%
B. Tensão Especial	27.306	28.184	-3,1%	3.155	3.050	3,4%
Baixa Tensão	5.728.865	5.676.952	0,9%	18.112	17.296	4,7%
Iluminação Pública	43.975	42.047	4,6%	1.218	1.167	4,4%

⁽¹⁾ Inclui Grupo EDP

⁽²⁾ Inclui vendas ao Grupo EDP para consumo final

Relativamente às vendas por nível de tensão assistiu-se a uma forte quebra na Média Tensão, consequência da progressiva passagem de clientes para o SENV, o que explica a diminuição de mais de 24% nas vendas do SEP neste segmento, comparativamente com 2003.

Vendas de Electricidade no SEP por Nível de Tensão (TWh)



A quantidade de electricidade entrada na rede em 2004 aumentou 6,0%. Contudo, a energia adquirida para consumos do SEP apresentou

uma quebra de 0,8%, na sequência da transferência de clientes do SEP para o SENV. Na medida em que os clientes que passaram ao SENV são alimentados a níveis de tensão mais elevados, em que as perdas são relativamente baixas, a redução de 1,0% na energia saída para clientes SEP determinou uma quebra de apenas 0,8% na energia adquirida para esses clientes – as perdas de distribuição no SEP aumentaram, em termos relativos, como consequência da alteração na estrutura em favor da Baixa Tensão, que implica perdas de distribuição mais elevadas.

Energia Entrada		EDP Distribuição		
GWh	2004	2003	Var. %	
Para o SEP	37.757	38.045	-0,8%	
REN	30.342	32.307	-6,1%	
SENV	2.933	2.044	43,5%	
PRE	4.482	3.694	21,3%	
Para o SENV	7.051	4.216	67,3%	
REN	7.051	4.216	67,3%	
Total	44.808	42.261	6,0%	

Balanço Energético

O total de energia saída em 2004 atingiu 41.315 GWh, mais 6,1% que em 2003, dos quais 34.552 GWh no SEP e 6.763 GWh no SENV.

As vendas de energia no SEP registaram uma variação negativa de 1,0%. O segmento AT apresentou o maior crescimento (17,9%), enquanto que o decréscimo em MT reflecte a passagem de clientes para o SENV, enquadrada na crescente liberalização do sector.

Balanço Energético	EDP Distribuição			
	GWh	2004	2003 ⁽¹⁾	Var. %
Energia Entregue à Rede de Distribuição		44.808	42.261	6,0%
Consumos próprios da Distribuição		-29	-33	-13,0%
Vendas a centrais do Grupo EDP		-13	-15	-13,0%
Perdas da Distribuição		-3.451	-3.259	5,9%
Energia Saída da Rede de Distribuição ⁽²⁾		41.315	38.955	6,1%
Vendas de Energia no SEP		34.552	34.907	-1,0%
Muito Alta Tensão		1.222	1.115	9,6%
Alta Tensão		4.340	3.680	17,9%
Média Tensão		6.506	8.600	-24,3%
Baixa Tensão Especial		3.155	3.050	3,4%
Baixa Tensão		18.112	17.296	4,7%
Iluminação Pública		1.218	1.167	4,4%
Entregas de Energia no SENV		6.763	4.048	67,1%
Clientes do Grupo EDP		4.381	2.724	60,8%
Muito Alta Tensão		0	0	-
Alta Tensão		25	46	-44,6%
Média Tensão		4.337	2.679	61,9%
Baixa Tensão Especial		19	0	-
Outros Clientes		2.381	1.324	79,9%
Muito Alta Tensão		0	0	-
Alta Tensão		24	68	-65,0%
Média Tensão		2.343	1.256	86,6%
Baixa Tensão Especial		14	0	-

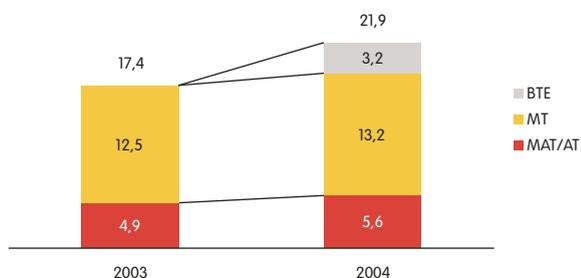
⁽¹⁾ Balanço Energético de 2003 ajustado para consideração das vendas da Soporgen e da Energin como vendas ao Grupo EDP para consumo final.

⁽²⁾ Vendas ao Grupo EDP para consumo final incluídas nas vendas ao SEP.

5.1.4. Comercialização Não Vinculada

Em 2004 assistiu-se a uma nova fase do processo de liberalização do sector eléctrico. Assim, passaram a poder aceder ao SENV, para além dos clientes ligados em Muito Alta, Alta e Média Tensões, os clientes ligados em Baixa Tensão com uma potência contratada igual ou superior a 41,4 kVA (clientes de Baixa Tensão Especial). Este último grupo, composto por cerca de 28.000 instalações que representam 8% do consumo nacional, incrementou o consumo elegível para 54% do consumo total, totalizando 50.000 instalações.

Consumo Elegível (TWh)



O Grupo EDP opera no sistema de mercado através da sua subsidiária EDP Energia, que na sequência da mudança de imagem do Grupo EDP, passou a denominar-se EDP Comercial – Comercialização de Energia, e apresenta-se hoje no mercado sob o rosto EDP Corporate.

Tendo em conta as oportunidades e ameaças da actual fase de crescimento do mercado e a evolução para um mercado ibérico, a EDP Comercial concentrou a sua acção em quatro pilares:

- Na vertente da oferta, foi aprofundada a proposta de valor, com o lançamento de novos serviços energéticos, destinados a complementar o fornecimento de energia para segmentos específicos de mercado;
- Ao nível ibérico, foi implementado um projecto visando a articulação e estreitamento das políticas e práticas comerciais da EDP Comercial e da HidroCantábrico;

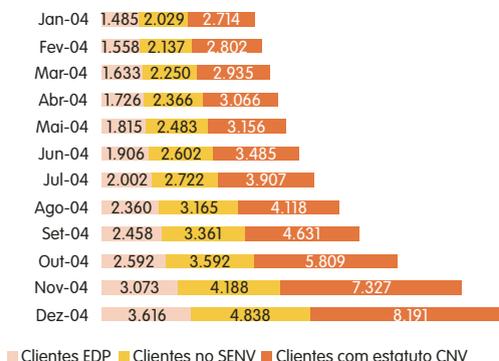
- Em termos organizacionais, foi criada uma nova estrutura comercial capaz de responder, de uma forma eficiente, às necessidades do novo segmento liberalizado, ao mesmo tempo que se intensificou o relacionamento “one-to-one” com os Clientes de maior dimensão, tendo em vista a criação de relações de parceria;
- Ao nível de sistemas, foi incrementada a sua eficácia operacional e melhorados os processos da empresa, em particular os processos comerciais e de gestão da relação com os Clientes, atingindo um estado de maturação e de eficiência adequado às necessidades actuais.

Durante 2004, o ambiente competitivo transformou-se na sequência da entrada de novos competidores e de uma acção mais intensa e efectiva por parte dos “players” que já se encontravam no mercado.

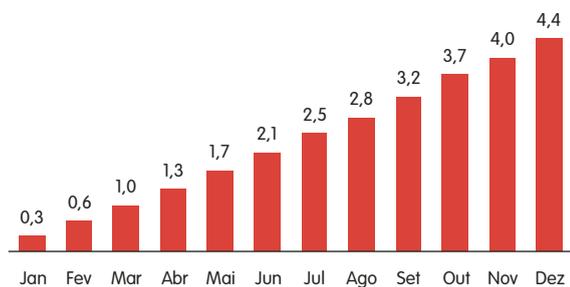
Na parte final do ano, o aumento das tarifas do sistema público teve como consequência o aumento relativo da competitividade do sistema de mercado.

Durante 2004 assistiu-se a um crescimento exponencial do número de Clientes e de energia a serem fornecidos no sistema de mercado. No final do ano, estavam a operar no mercado 4.838 clientes, sendo 3.616 fornecidos pelo Grupo EDP.

Clientes



Energia Vendida - EDP Comercial (TWh)



Em resumo, em 2004 o Grupo EDP consolidou a sua liderança como fornecedor de electricidade no sistema de mercado, alcançando uma quota de mercado de 75% em termos de Clientes e 65% em termos de vendas de energia. Este desempenho contribuiu para que o Grupo tenha fornecido, durante o ano, aproximadamente 88% do consumo associado aos clientes elegíveis e 93% do consumo total.

EDP Comercial	2004		2003	
Vendas GWh – SENV	6.763	100%	4.048	100%
EDP Comercial	4.381	65%	2.724	67%
Outros	2.381	35%	1.324	33%
Clientes – SENV	4.834	100%	1.919	100%
EDP Comercial	3.616	75%	1.404	73%
Outros	1.222	25%	515	27%

5.2. Mercado Ibérico – Espanha

Em 2004 foi concretizada mais uma etapa da estratégia de desenvolvimento ibérico do “core-business” da EDP. A estratégia de crescimento da EDP na Ibéria passou, numa primeira fase, pela tomada de posição de 39,5% no capital da HidroCantábrico, em Dezembro de 2001, seguida, já no decurso de 2004, de nova tomada de posição atingindo 95,7% do respectivo capital.

A actividade conjunta desenvolvida entre a EDP e a HidroCantábrico, mesmo antes de concretizada a aquisição da totalidade do seu controlo, sustentava o posicionamento ibérico do Grupo EDP através de:

- Actuação conjunta perante grandes projectos de investimento na área da produção de energia. Nesta área, foram desde logo concertadas posições a nível ibérico, com vista a melhorar a posição negocial da EDP e da HidroCantábrico perante fornecedores e fabricantes de equipamentos de dessulfuração das centrais de produção a carvão de Sines, Aboño e Soto, e para os projectos de construção das novas centrais de ciclo combinado; e
- Articulação das actividades operacionais, e especial nas actividades de “trading” nos mercados grossistas de electricidade e de compra de combustíveis em grande escala para as centrais de produção térmica.

O aumento do controlo sobre a HidroCantábrico constituiu um dos factos mais notáveis e relevantes da história da EDP, tendo ficado registado como uma das maiores transacções financeiras do ano a nível europeu, o maior aumento de capital registado em Portugal e a maior operação de investimento em Espanha jamais realizada por uma empresa portuguesa.

Acordados os termos da aquisição, implementou-se de imediato um programa que tem permitido capturar as sinergias

identificadas, com actuação coordenada ao nível da política de investimento e das operações e duma abordagem conjunta ao mercado ibérico.

No âmbito do **Projecto Sinergias**, criado especificamente para este fim, foram constituídas várias equipas de trabalho com o objectivo de identificar as melhores práticas de negócio e o potencial de redução de custos e de coordenação das áreas operacionais e de “back-office”.

5.2.1. Organização e Regulação

Sector Eléctrico

No segundo ano em que o mercado de electricidade esteve aberto a todos os segmentos de clientes, o sector eléctrico foi caracterizado por:

- Baixos preços do mercado grossista;
- Subida dos preços do carvão, em parte por força do grande aumento de procura dos países asiáticos, particularmente a China e a Índia. A procura de carvão nestes mercados foi de tal ordem que provocou a escassez da oferta de fretes para a Europa com o conseqüente aumento do custo do transporte marítimo.

No final do exercício, 33,1% do consumo total em Espanha estava contratado com empresas comercializadoras de energia.

Durante o ano de 2004 foi dado o passo mais importante para o arranque em 2005 do mercado de licenças de emissão de gases de efeito de estufa, ao publicar-se o Real Decreto Lei 5/2004 que regula em Espanha o regime do comércio de licenças. Este diploma transpõe para o ordenamento jurídico espanhol a Directiva 2003/87/CE, que estabelece o regime do comércio de emissões regulando, entre outros aspectos:

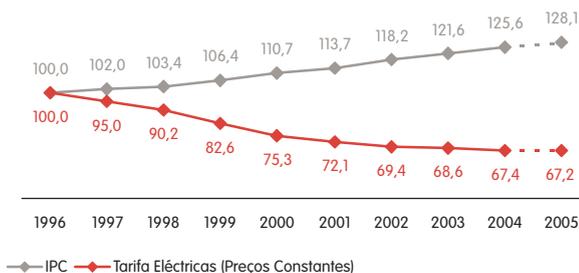
- O regime de autorizações de emissão de gases de efeito de estufa (GEE);

- A natureza e conteúdo do plano espanhol de atribuição de licenças;
- O regime regulador das licenças de emissão; e
- As obrigações de informação e registo nacional das licenças de emissão.

No final de 2004, a Comissão Europeia aprovou o plano espanhol de atribuição de direitos de emissão para o período 2005-2007. Em 21 de Janeiro de 2005, foi publicada a lista definitiva da atribuição de licenças às várias instalações industriais emissoras de CO₂ afectadas por este regime, entre elas as centrais termoelétricas de potência térmica superior a 20MW. Estas licenças de emissão, necessárias para a prossecução da actividade de produção de energia eléctrica, permitem, simultaneamente, participar no mercado de licenças de emissão.

A tarifa média de electricidade para clientes regulados aumentou 1,54%, permitindo aos clientes beneficiarem de uma diminuição real do preço da electricidade por mais um ano. Desde há 13 anos consecutivos que o aumento da tarifa eléctrica espanhola tem sido sempre inferior ao Índice de Preços no Consumidor.

Aumento das Tarifas face ao IPC



Nota: Valores para 2005 baseados no aumento da tarifa média já publicada pelo governo (1,71%) e na previsão de uma taxa de inflação de 2% (UE)
Fonte: Orçamento da UE e CNE.

No último trimestre de 2004, o "Ministerio de Industria, Turismo y Comercio de España" tomou a iniciativa de elaborar um livro branco sobre a reforma do quadro regulamentar espanhol da produção de energia eléctrica, com o objectivo de:

- Identificar os aspectos positivos e negativos da regulação existente;
- Realizar uma análise comparativa com os modelos de regulação existentes noutros países;
- Definir os princípios, objectivos e linhas de acção que devem sustentar o programa de reforma da regulação; e
- Indicar as matérias em que a regulação deve ser reformada e seleccionar as propostas de reforma a partir de uma análise prévia das alternativas.

O Grupo EDP está profundamente empenhado em contribuir para a elaboração deste livro, na defesa de uma regulação equilibrada e justa que promova transparência para os clientes e a estabilidade do sector em toda a península.

Em relação ao Regime Especial foi estabelecida uma nova metodologia para a actualização e sistematização do regime jurídico e económico da actividade de produção, reformulando a lógica de remuneração da produção em regime especial e abrindo novas perspectivas de investimento nestes projectos, nomeadamente através de:

- Remuneração diferenciada segundo a tecnologia e a dimensão da instalação de regime especial; e
- Remuneração indexada ao preço do mercado "spot" acrescido de um prémio mais um incentivo, definidos como percentagens da Tarifa Média de Referência.

Sector do Gás

O sector do gás viveu, em 2004, o segundo ano de abertura do mercado a todos os consumidores.

No final de 2004 o número de clientes de gás liberalizado aproximava-se dos 1,3 milhões, o que representava cerca de 22% dos clientes de gás, com um consumo de 260.000 GWh

equivalente a 81% do consumo anual. Ao contrário do sector da electricidade, a construção da tarifa do gás (regulada) tem um carácter aditivo, o que facilita a actuação das entidades comercializadoras de gás.

5.2.2. Actividade da HidroCantábrico

A actividade da HidroCantábrico durante o ano de 2004 pautou-se pelo cumprimento do plano de negócios aprovado pelos accionistas, num clima de mercado caracterizado por:

- Crescimento da procura de electricidade de 4% face a 2003;
- Preços médios no mercado grossista de 35,4€/MWh¹, valor 6,3% inferior a 2003, particularmente baixo não só em termos ibéricos mas também quando comparado com os outros mercados europeus;
- Acréscimo significativo do preço do gás natural e carvão, em simultâneo com a alta do preço do petróleo nos mercados internacionais:
 - O "Brent" cotava, em Janeiro de 2004, 31,3 USD/barril e fechou o ano a 39,9 USD/barril, depois de ter atingido o máximo de 52,0 USD/barril no mês de Outubro;
 - O carvão de importação, entregue na Europa, era transaccionado a um preço médio de 42,5 USD/ton. em 2003 e em 2004 a 71,8 USD/ton., o que corresponde a um aumento de 69%.

Para fazer face a esta combinação de conjunturas menos favoráveis dos mercados da energia primária e da electricidade, a actividade da HidroCantábrico durante o ano de 2004 orientou-se por:

- Concentração na actividade core do grupo: o sector da energia – gás e electricidade;
- Aumento dos ganhos de eficiência operacional;
- Prossecução da estratégia de crescimento na produção em regime especial, em particular na tecnologia eólica; e
- Criação de condições para reter e atrair os melhores clientes de gás e electricidade.

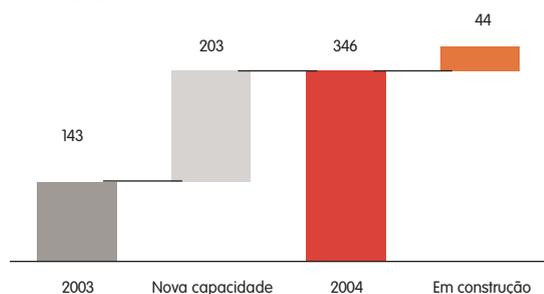
Na implementação desta estratégia, foi levado a cabo um conjunto de iniciativas e projectos dos quais, pela sua contribuição para a valorização da HidroCantábrico, se destacam, os seguintes:

- Alienação da Retecal, empresa do sector das Telecomunicações e da Televisão por Cabo, que permitiu o encaixe de 57,5 milhões de euros o que vai de encontro ao objectivo estratégico da HidroCantábrico de enfoque no seu "core-business";
- Reorganização da área de "Trading", com vista à preparação de uma operação ibérica, e definição de um modelo de funcionamento integrado;
- Definição de critérios de avaliação das actividades de construção de redes e comercialização de electricidade nas regiões geográficas fora das Astúrias;
- Consolidação do negócio do gás, depois da aquisição da NaturCorp;
- Concepção e implementação de um novo modelo de gestão de recursos humanos, com o objectivo de orientar, motivar e reter os melhores colaboradores na empresa;
- Desenho e implementação de uma política de qualidade suportado no modelo Seis Sigma, com vista à melhoria sustentada das operações.

¹Preço formado a partir do mercado diário e intra-diário e incluindo as parcelas das restrições, da garantia de potência e dos serviços complementares.

- Continuação da actividade de investimento em parques eólicos, tendo-se iniciado a construção ou adquirido em construção durante o ano, mais 247 MW (considerando 100% da potência), e tendo dado entrada em funcionamento mais 142,1 MW;

**Eólicas
 MW Instalados**

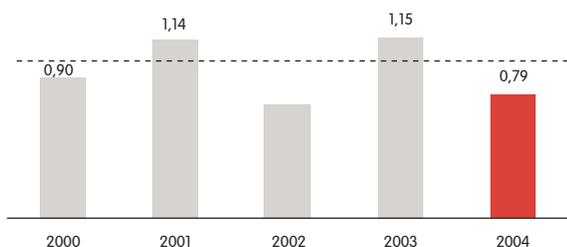


- Fusão da Genesa e da Sinae, duas empresas que actuavam na área das energias renováveis, concentrando-se agora todas as operações numa única empresa: a Genesa;
- Externalização do centro de apoio ao cliente com optimização da localização das lojas e alinhamento dos processos de apoio ao cliente em função do mercado alvo.

Actividade de Produção de Electricidade

Durante 2004, a produção líquida da HidroCantábrico em regime ordinário cresceu 1,8% face a 2003, num ambiente extremamente competitivo, de queda dos preços no mercado grossista e de baixo índice de produtividade hidroeléctrica.

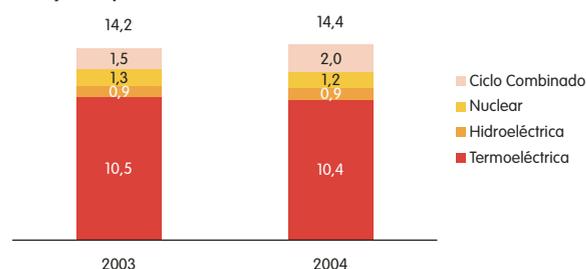
Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica



Produção Líquida em Regime Ordinário

GWh	HC (100%)		
	2004	2003	Var. %
Hidroeléctrica	854	861	-0,8%
Termoeléctrica	10.356	10.491	-1,3%
Nuclear	1.237	1.257	-1,6%
Ciclo Combinado	1.961	1.546	26,8%
Produção Electricidade	14.408	14.155	1,8%

Produção Líquida



O investimento realizado pela HidroCantábrico nas energias renováveis começou a gerar resultados em 2004. Terminada uma fase importante de construção, os parques eólicos foram gradualmente ligados à rede e colocados em serviço, permitindo quase triplicar a produção de energia face a 2003.



Parque Eólico-HidroCantábrico

Produção em Regime Especial

GWh	HC (100%)		
	2004	2003	Var. %
Eólica	272	36	678,6%
Outras	354	197	79,7%
Total	626	233	170,0%



(I) Para o Regime Especial considera-se a participação da HidroCantábrico nos projectos segundo o critério de consolidação contabilística.

Actividade na Distribuição de Electricidade e Gás

Electricidade

A HidroCantábrico prosseguiu a sua política centrada na qualidade de serviço prestada ao cliente, com um Tempo Médio de Interrupção Equivalente (TIEPI) de apenas 63,8 minutos, o melhor de entre as quatro grandes empresas de electricidade espanholas. A excelência da qualidade do serviço prestado ao cliente possibilitou a gestão proactiva da fidelização da sua base de clientes, regulados e liberalizados, e, em simultâneo, actuar selectivamente na prospecção de novos clientes.

Nestas circunstâncias, o número de pontos de rede abastecidos pela HidroCantábrico cresceu significativamente, particularmente no segmento de clientes de média tensão, onde se registou um aumento de 9,7% face a 2003.

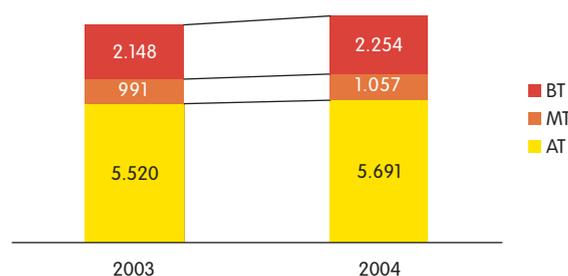
Pontos de abastecimento Electricidade (TI+TA)	HC (100%)		
	2004	2003	Var. %
Distribuição Electricidade	574.560	561.208	2,4%
Alta Tensão	20	19	5,3%
Média Tensão	757	690	9,7%
Baixa Tensão	573.783	560.499	2,4%

A procura de electricidade atingiu em 2004 o valor de 234,9 TWh, o que corresponde a um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

A HidroCantábrico registou um crescimento significativo, especialmente no segmento dos clientes abastecidos em média tensão (6,7%), em linha com o que fora traçado no plano de negócios. Foi, pela primeira vez, superada a meta dos 9 TWh de energia transportada nas redes da HidroCantábrico, o que corresponde a um crescimento de 4% face ao ano de 2003, o qual permitiu manter a quota de mercado no território continental espanhol.

Distribuição de Electricidade	HC (100%)			
	GWh	2004	2003	Var. %
Alta Tensão		5.691	5.520	3,1%
Média Tensão		1.057	991	6,7%
Baixa Tensão		2.254	2.148	4,9%
Total		9.002	8.659	4,0%

Distribuição de Electricidade (GWh)



Gás

O sector do gás em Espanha encontra-se numa fase de expansão, tanto ao nível dos consumos como do número de pontos de abastecimento.

Para além do crescimento de 6,4% verificado no número total de pontos de abastecimento, é de sublinhar o forte aumento do número de pontos de abastecimento à tarifa de acesso, resultado da fase de expansão que o sector atravessa e da maior dinâmica do mercado liberalizado face ao regulado.

Pontos de abastecimento Gás (TI+TA)	HC (100%)		
	2004	2003	Var. %
Total de pts. TI	564.210	540.180	4,4%
P<=4 Bar	563.983	539.834	4,5%
P>4 Bar	227	346	-34,4%
Total de pts. TA	13.592	2.614	420,0%
P<=4 Bar	13.120	2.273	477,2%
P>4 Bar	472	341	38,4%
Total TI + TA (I)	577.802	542.794	6,4%

(I) Número de pontos de abastecimento considerando 100% da participação social

A procura ao nível do território continental espanhol ascendeu aos 319,7 TWh, o que representa um crescimento bastante significativo na ordem dos 16%.

A propensão para a contratação no mercado liberalizado sentida no mercado energético espanhol é particularmente sentida no sector do gás, onde no total dos 320 TWh fornecidos, cerca de 80%, ou seja aproximadamente 255 TWh, foram contratados no mercado liberalizado.

Esta tendência traduz-se na redução de 44% verificada na energia fornecida pela HidroCantábrico à tarifa integral e do forte crescimento (70%) registado na quantidade de energia distribuída à tarifa de acesso.

Distribuição de Gás (TI + TA)	HC (100%)			
	GWh	2004	2003	Var. %
Total GWh TI		7.227	12.916	-44,0%
P<=4 Bar		5.353	4.440	20,6%
P>4 Bar		1.874	8.476	-77,9%
Total GWh TA		14.832	8.736	69,8%
P<=4 Bar		265	44	502,3%
P>4 Bar		14.567	8.692	67,6%
Total TI + TA (1)		22.059	21.652	1,9%

(1) Distribuição de gás considerando 100% de participação social

Actividade de Comercialização de Electricidade e Gás

Electricidade

As vendas do sector energético de gás e electricidade realizadas pelos comercializadores no mercado liberalizado atingiram em 2004 um valor de 326 TWh, mais 27,6% do que em 2003 (255,5 TWh).

No sector da electricidade em toda a Espanha, cerca de 1,35 milhões de pontos de abastecimento, sobre um total de 22,22 milhões já transitaram para o mercado liberalizado, o que corresponde a uma percentagem de 5,7% no final de 2004, cerca de 1,5 pontos percentuais superior ao valor apurado em 2003 (4,2%).

Pontos de Abastecimento	HC (100%)		
	2004	2003	Var. %
Comercialização Electricidade	5.276	3.376	56,3%
Astúrias	1.947	1.180	65,0%
Outras Regiões Espanholas	3.329	2.196	51,6%

A HidroCantábrico registou um crescimento face a 2003 de 2% da energia eléctrica comercializada, em linha com o plano definido de crescimento sustentado tanto do ponto de vista do número de clientes e energia fornecida, como em termos económicos.

Em face do total de energia eléctrica comercializada em Espanha, incluindo as regiões extra-peninsulares, a qual totalizou aproximadamente 71,1 TWh, a HidroCantábrico alcançou uma quota de mercado de 6,5%.

Comercialização de Electricidade	HC (100%)			
	GWh	2004	2003	Var. %
HCE		4.218	4.341	-2,8%
NaturCorp		398	186	114,0%
Comercialização Electricidade (1)		4.616	4.527	2,0%

(1) Líquidos de compras à NaturCorp em 2003 e 2004

Gás

Em 2004, no sector do gás em Espanha, cerca de 1,27 milhões de pontos de abastecimento de um total de 4,37 milhões, tinham feito a opção pelo mercado liberalizado, o que corresponde a uma taxa aproximada de 22,5%. A evolução do número de pontos de abastecimento no mercado liberalizado de gás em Espanha tem sido muito rápida, assistindo-se a um ritmo de ligação/adesão de quase 100.000 clientes por mês.

Durante 2004 a HidroCantábrico registou uma significativa passagem de clientes do regime regulado para o de mercado, em linha com o que se passa no sector energético em Espanha, crescendo mais de 216%.

Pontos de Abastecimento	HC (100%)		
	2004	2003	Var. %
Comercialização Gás	1.484	474	213,1%
HC Energia	37	148	-75,0%
Naturgas	1.447	326	343,9%

A HidroCantábriico prosseguiu, de forma sustentada, o desenvolvimento das suas vendas no mercado liberalizado, registando um notável crescimento de 92% da energia comercializada, face ao ano de 2003.

Comercialização de Gás	GWh	HC (100%)	
		2004	2003
Astúrias	1.137	2.816	-59,6%
Resto de Espanha	9.852	2.895	240,3%
Comercialização Gás	10.989	5.711	92,4%

5.3. Brasil

5.3.1. Modelo Institucional do Sector Eléctrico Brasileiro

Em 2004 materializou-se o novo modelo do sector eléctrico brasileiro:

- A comercialização de energia eléctrica foi dividida em dois mercados distintos:
 - Mercado regulado (Ambiente de Contratação Regulada – ACR), voltado para o suprimento de energia às distribuidoras, necessária ao atendimento do seu mercado cativo, por meio de leilões pela menor tarifa;
 - Mercado livre (Ambiente de Contratação Livre – ACL), onde a contratação livre é realizada entre os concessionários e autorizados de produção, comercializadores e importadores de energia eléctrica e os consumidores que exerceram a opção pela condição livre.
- Licitação de novos empreendimentos de produção, realizada pela menor tarifa sobre projectos com licenciamento ambiental preliminar aprovados;
- Previsão de carga (a partir de 2005): todos os agentes de distribuição, vendedores, autoprodutores e os consumidores livres deverão informar o Ministério de Minas e Energia (MME), até 1 de Agosto de cada ano, das previsões dos seus mercados ou cargas para os cinco anos subsequentes;
- Foi ratificado o conceito de clientes livres como aqueles que têm a possibilidade de livremente escolherem os seus fornecedores de energia eléctrica. A condição para tanto é apresentarem potência contratada superior a 3 MW, sendo que aqueles ligados antes de 8 de Julho de 1995 devem ser atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, e aqueles

ligados após esta data podem ser atendidos em qualquer tensão;

- As distribuidoras poderão adquirir energia através de leilões que serão realizados com antecedência de até 5 anos.

O ambiente regulatório em 2005 continuará a ser influenciado pela consolidação do novo modelo, estando previstas regulamentações acerca dos seguintes temas: obrigação de apresentação de lastro; operacionalização dos critérios de repasse dos custos de aquisição de energia eléctrica pelas distribuidoras, cuja garantia está prevista na Lei; separação das actividades de distribuição das de produção e transmissão; incorporação das redes particulares de energia eléctrica ao património das distribuidoras; entre outros temas.

5.3.2. Posicionamento do Grupo EDP

Enquadrada na evolução macroeconómica e no novo modelo do sector eléctrico, a estratégia adoptada pela EDP Brasil em 2004 revelou-se adequada e alinhada com o plano estratégico anteriormente aprovado.

Na área da **produção**, destaca-se:

- Aceleração do investimento no aproveitamento hidroeléctrico de Peixe Angical (452 MW);
- Venda da participação de 80% na UTE Fafen à Petrobrás, por 96 milhões de reais. O atraso na definição da regulação e a percepção de maior risco relacionado com os investimentos em termoelectricidade no Brasil, além de problemas regulatórios e dificuldades para a aquisição de gás em condições aceitáveis, alteraram o posicionamento da Fafen Energia no “portfolio” de activos para não estratégia;
- A desmobilização do investimento anteriormente realizado na turbina da UTE Campo Grande, que não chegou a ser construída e que confirma o racional da política seguida;

Síntese de Actividade

- O início dos trabalhos de desverticalização da Escelsa e da Enersul, que consiste na separação dos activos de produção, até agora integrados nestas distribuidoras, para unidades societárias autónomas.

No que se refere à **distribuição**, procedeu-se à preparação das distribuidoras, tendo as respectivas necessidades de energia cobertas para o curto, médio e longo prazo.

Na **comercialização**, o novo modelo abriu oportunidades de negócio com a clara definição do ambiente de livre contratação. A Enertrade, uma das mais importantes comercializadoras do Brasil, conseguiu em 2004 realizar uma grande operação de venda de energia para o Uruguai, mantendo sempre uma prudência na gestão de risco em linha com as melhores práticas neste domínio.

Apesar destes pontos positivos, assistiu-se, contudo, a uma assimilação e interpretação do novo modelo, por parte do regulador Aneel, de forma ainda não estabilizada. Tal facto levou a que as revisões tarifárias da Escelsa e da Bandeirante neste ano sofressem reajustamentos, com efeitos retroactivos a 2003, por via da consideração pela Aneel de novas bases de remuneração dos activos regulatórios destas empresas inferiores aos que anteriormente havia aprovado, continuando no entanto a mantê-las provisórias.

Perante este cenário de alguma incerteza, a EDP Brasil decidiu adiar o seu projecto de **reestruturação societária** anunciado em Abril até uma melhor clarificação e estabilização regulatória. É de esperar, no entanto, alterações em 2005 que permitam o reinício deste projecto. Em 2004 desenvolveram-se todos os passos preparatórios ao lançamento da operação, que apresenta os seguintes objectivos:

- Concentração dos activos da EDP no Brasil na EDP Brasil;

- Migração dos accionistas minoritários da Escelsa, Enersul e Bandeirante para a EDP Brasil;

- Abertura de capital da EDP Brasil na Bovespa;

- Lançamento de mecanismos de garantia de liquidez do título, após abertura do capital;

- Transferência dos activos de produção da Escelsa e Enersul para a área estratégica da produção e transferência da Enersul para o controle directo da EDP Brasil;

- Equilíbrio da estrutura de capitais interna do Grupo consolidado tendo em conta a remuneração accionista, e as vertentes regulatórias e fiscais; e

- Reorganização interna para procurar observar as melhores práticas de gestão corporativa e a obtenção de eficiência societária, organizativa e operacional.

A EDP Brasil vendeu ainda, em Novembro 2004, os 10% que detinha na EDINFOR Brasil para a Edinfor Sistemas Informáticos S.A. (Edinfor Portugal) por 312,5 milhares de reais. A venda foi realizada dentro do contexto da venda de 60% da Edinfor Portugal para a LogicaCMG.

• Enfoque na Eficiência Operacional

As actividades de captura de ganhos advenientes do aproveitamento de sinergias, englobadas no âmbito do Programa Eficiência em curso na EDP Brasil, revestiram-se de sucesso quantitativo (montante global de economias de 15,0 milhões de reais contra uma previsão inicial entre 10,3 reais e 14,0 milhões de reais) e, por outro, do sucesso qualitativo relevante que consistiu no estabelecimento de uma dinâmica consistente de articulação de actividades e de práticas de trabalho de equipas multi-empresariais.

De entre as medidas implementadas e que originaram maiores impactos, sobressaem as

acções de “roll-out” de práticas de arrecadação de receitas e de gestão de contratos de prestação de serviços na área comercial, que conduziram a economias significativas que somam, até agora, 7,7 milhões de reais.

Destacou-se também, a concretização de vários projectos de consulta e negociação conjuntas e a harmonização das práticas de gestão de “stocks”, que conduziram a economias que atingiram o montante de 5,2 milhões de reais.

As actividades do Programa Eficiência envolveram ainda a implementação de uma estratégia específica de comunicação interna e, por outro lado, o estabelecimento de uma ferramenta de “reporting”, pela qual é monitorizada a implementação de cerca de 60 medidas que integram o programa.

5.3.3. Actividade do Grupo EDP no Brasil

Actividade de Produção

Potência Máxima e Produção Líquida	Brasil	
	2004	2003
Lajeado (1)	250	250
Peixe Angical (2)	452	452
Fafen (Cogeração) (3)	-	54
Produção nas Distribuidoras (4)	297	297
Potência Máxima em 31 D ez (MW)	999	1.053
Lajeado (1)	1.194	1.232
Peixe Angical (2)	-	-
Fafen (Cogeração) (3)	236	167
Produção nas Distribuidoras (4)	1.407	1.202
Produção Líquida (GWh)	2.837	2.601

(1) Participação de 27,65% - equivalentes à parcela detida pela EDP no empreendimento.

(2) Em construção

(3) Vendida à Petrobras em dez/04

(4) 25 MW em construção. Inclui CESA e Costa Rica, controladas pela Escelsa e Enersul respectivamente

Lajeado: a UHE Lajeado, construída pela Investco, empresa participada em 27,65% pela EDP, situada no Rio Tocantins, com 902,5 MW de capacidade instalada, operou dentro das previsões, produziu 4.320 GWh em 2004, o que correspondeu a 98,0% da capacidade de produção reconhecida pela ANEEL. No âmbito do meio ambiente, deu-se cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Rural e Assistência Técnica e prosseguiram as acções de

reflorestação e limpeza da albufeira, estudos de limnologia e de comportamento da ictiofauna com relação ao modo de operação da central e transposição da barragem por meio da exploração da Escada de Peixes. Em 2004 acelerou-se o processo de Regularização Fundiária das propriedades da albufeira e remanescentes, para definição de potenciais soluções de utilização futura.

Peixe Angical: Em 2004 acelerou-se o processo de construção do aproveitamento hidroeléctrico Peixe Angical, que terá 452 MW de capacidade instalada. Esta obra, desenvolvida pela EDP em conjunto com Furnas Centrais Elétricas na proporção 60% e 40%, tem um orçamento total de 1,4 mil milhões de reais, referenciado à base monetária de Agosto de 2003. O início de operação das suas três unidades produtoras está programado para Maio, Julho e Outubro de 2006.

O ano de 2004 caracterizou-se pela continuidade das obras civis, pelo início da montagem electromecânica (em 9 de Março), pelo início das negociações referentes à aquisição dos terrenos necessários à implantação do reservatório, e pela contratação do fornecimento e instalação da linha de transmissão associada ao projecto, que se mantém em linha com o plano de trabalhos. O montante investido neste empreendimento, no decurso de 2004, totalizou 700 milhões de reais.

Couto Magalhães: os trabalhos referentes ao aproveitamento hidroeléctrico Couto Magalhães (150 MW de capacidade instalada), no qual a EDP tem uma participação de 49% e o Grupo Rede 51%, mantêm-se suspensos, na sequência da solicitação por parte do Consórcio Ener Rede Couto Magalhães à ANEEL da formalização da rescisão amigável do contrato de concessão. Presentemente aguarda-se uma posição da ANEEL sobre a referida solicitação, que foi motivada pelo aparecimento de novas exigências de entidades oficiais na vertente ambiental – não previstas no contrato de concessão –



UHE Lajeado



Aproveitamento hidroeléctrico Peixe Angical

susceptíveis de comprometerem a viabilidade económica do empreendimento.

Estudos de viabilidade de novos

aproveitamentos: Em Abril de 2004 foi protocolado no IBAMA o requerimento de licenciamento ambiental do aproveitamento hidroeléctrico de Ipueiras, acompanhado do respectivo estudo de impacto ambiental. Desde então tem-se atendido a pedidos do órgão ambiental licenciador, visando a sua adequação e obtenção da Licença Prévia.

Aguarda-se a conclusão dos estudos ambientais referentes ao aproveitamento hidroeléctrico de Tupiratins.

Produção embebida nas Distribuidoras

A Escelsa possui a concessão de seis aproveitamentos hidroeléctricos totalizando uma potência instalada de 193,4 MW e, através da CESA, possui a concessão de duas pequenas centrais hidroeléctricas (PCH's), num total de 26,1 MW.

A Enersul possui a concessão de 4 PCH's e 3 centrais termoeléctricas, totalizando uma potência instalada de 43,9MW e, através da Costa Rica Energética, onde possui uma participação de 51%, explora a PCH Costa Rica, com potência instalada de 16MW.



Actividade de Distribuição

A actividade das empresas de distribuição da EDP Brasil no ano de 2004 foi caracterizada por um incremento de 3,3% no número de clientes e de 4,5% no volume global de energia distribuída, que traduz um período de recuperação económica no segundo semestre, embora de forma não homogénea nas três distribuidoras:

- Na Bandeirante, verificou-se um incremento de 4,2% no número de clientes e a transição de clientes para o mercado

livre, sem impacto real na margem de negócio (grandes clientes com tarifas de energia que beneficiavam de subsidiação);

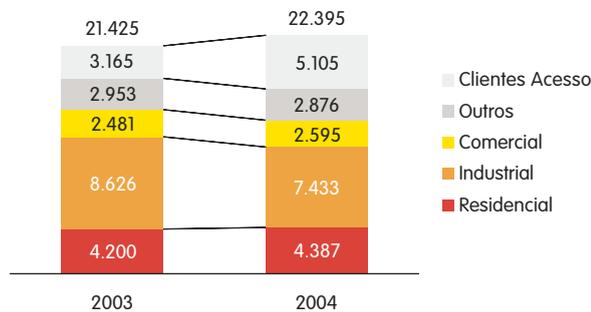
- Na Escelsa, uma parcela significativa dos grandes clientes implementaram soluções de autoprodução;
- Na Enersul, a expansão do sector agrícola suportou incrementos de 4,2% no número de clientes e de 5,9% no volume de energia distribuída.

Número de Clientes	Grupo EDP no Brasil											
	Bandeirante			Escelsa			Enersul			Total		
	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %
Total Clientes	1.375.096	1.320.211	4,2%	983.173	968.165	1,6%	639.751	613.832	4,2%	2.998.020	2.902.208	3,3%
Residencial	1.257.668	1.210.721	3,9%	774.805	764.264	1,4%	525.497	503.544	4,4%	2.557.970	2.478.529	3,2%
Industrial	9.282	7.620	21,8%	10.611	10.633	-0,2%	4.430	4.451	-0,5%	24.323	22.704	7,1%
Comercial	91.617	86.510	5,9%	86.179	85.465	0,8%	54.620	53.279	2,5%	232.416	225.254	3,2%
Outros	16.529	15.360	7,6%	111.578	107.803	3,5%	55.204	52.558	5,0%	183.311	175.721	4,3%

Vendas	Grupo EDP no Brasil												
	GWh	Bandeirante			Escelsa			Enersul			Total		
		2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %
Aquisição de Electricidade e Produção Própria	10.337	11.236	-8%	7.011	7.237	-3%	3.566	3.449	3%	20.914	21.922	-5%	
Electricidade entrada na Distribuição	13.443	12.389	9%	8.254	8.184	1%	3.607	3.390	6%	25.304	23.964	6%	
Perdas na Distribuição	-1.254	-1.009	-24%	-1.076	-997	-8%	-578	-533	-8%	-2.908	-2.539	-15%	
Vendas de Electricidade	8.814	9.543	-8%	5.626	5.900	-5%	2.851	2.816	1%	17.291	18.260	-5%	
Residencial	2.283	2.132	7%	1.192	1.195	0%	912	872	5%	4.387	4.200	4%	
Industrial	4.355	5.227	-17%	2.498	2.745	-9%	580	654	-11%	7.433	8.626	-14%	
Comercial	1.235	1.180	5%	775	754	3%	585	547	7%	2.595	2.481	5%	
Outros (1)	941	1.004	-6%	856	888	-4%	762	712	7%	2.559	2.953	-2%	
Outras Distribuidoras	-	-	-	305	318	-4%	12	30	-60%	317	348	-9%	
Energia distribuída a Clientes de Acesso	3.375	1.837	84%	1.552	1.287	21%	178	41	334%	5.105	3.165	61%	
Total Energia Distribuída	12.189	11.380	7%	7.178	7.187	0%	3.029	2.857	6%	22.396	21.425	5%	

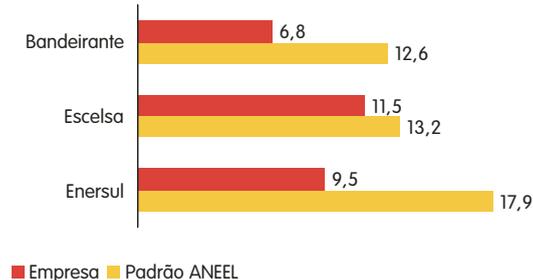
(1) Inclui consumo próprio

Vendas de Energia - Brasil (GWh)

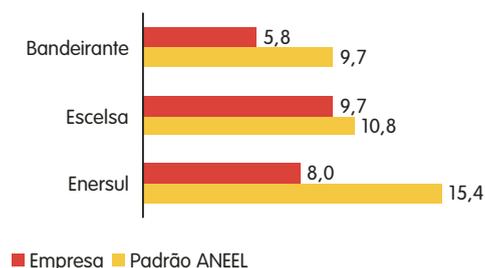


No que respeita aos indicadores de qualidade de serviço, os indicadores técnicos dão expressão a um quadro de situação em que foram garantidos, em qualquer das três empresas, os padrões de qualidade estabelecidos pelo Regulador.

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (horas)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (vezes)



Na definição das tarifas destaca-se:

- O reajuste tarifário relativo à Enersul (em 8 de Abril, com reajuste médio de 17,02%, que integra parcela adveniente

do faseamento da revisão tarifária de 2003);

- A revisão na Escelsa (em 6 de Agosto, com um incremento médio de 4,96% e englobando uma correcção do reposicionamento tarifário que havia resultado da revisão tarifária anterior);
- O reajuste tarifário relativo à Bandeirante (em 23 de Outubro, com reajuste médio de 15,95%, que envolveu a fixação de um novo valor, ainda provisório, da base da activos a remunerar pelas tarifas).

O investimento realizado pelas empresas do Grupo no segmento de distribuição atingiu o montante global de 303,2 milhões de reais e incidiu na expansão dos seus sistemas eléctricos (80,1 milhões de reais nas três distribuidoras), na universalização do acesso à energia eléctrica (65,0 milhões de reais), com destaque para o programa "Luz para Todos", e na modernização dos equipamentos e sistemas (46,5 milhões de reais).

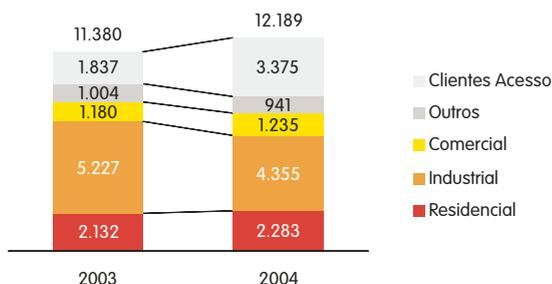
Em 2004, devido a várias acções e em especial aos projectos de modernização, foi possível aumentar a eficiência das distribuidoras pela redução dos seus quadros de pessoal efectivo (140 trabalhadores) permitindo crescimento global face a 2003 de 8,8% do índice clientes por trabalhador.

• Bandeirante

O total de energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante, no ano de 2004, foi de 12.189 GWh, o que representou um acréscimo de 7,1 % sobre o ano anterior. A energia eléctrica distribuída ao mercado cativo, totalizou o montante de 8.814 GWh, o que representou uma redução de 7,6% sobre o ano de 2003. Esta redução deve-se à migração de clientes cativos para a categoria de clientes livres, fundamentalmente da classe industrial. Em relação ao número de clientes, a empresa encerrou o ano de 2004 com 1.375.096 clientes, mais 4,2% que em 2003.

Durante 2004, a energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre, totalizou o montante de 3.375 GWh, o que representou um acréscimo de 83,7% face a 2003.

Vendas de Energia - Bandeirante (GWh)



Na Revisão Tarifária de Outubro de 2003, o Regulador reconheceu provisoriamente um reposicionamento de 18,08% nas tarifas de fornecimento de energia eléctrica da Bandeirante e definiu um parcelamento na aplicação do índice homologado, sendo aplicado um percentual médio de 14,68% no próprio ano e a diferença dividida em parcelas a serem recuperadas nos próximos três anos. Na definição deste reposicionamento, o Regulador utilizou como Base de Remuneração Regulatória (BRR) um valor provisório até que a empresa apresentasse Laudo de Avaliação dos Activos, o que ocorreu em 2004.

No processo de reajuste de Outubro de 2004, não tendo a ANEEL tempo suficiente para auditar o Laudo entregue, decidiu manter a BRR provisória num valor significativamente inferior ao do ano anterior, implicando na redefinição do índice de reposicionamento publicado em Outubro de 2003. O novo índice provisório relativo à Revisão Tarifária de 2003 passou dos 18,08% para 10,51%.

Esta decisão implicou uma redução na base tarifária que serviu de referência para o reajuste do ano de 2004. Nessa perspectiva, passou a vigorar um aumento médio de 15,95%, sendo 11,40% relativo ao reajuste contratual e 4,55% relativo aos componentes tarifários financeiros externos ao reajuste anual (CVA, Percee, etc).



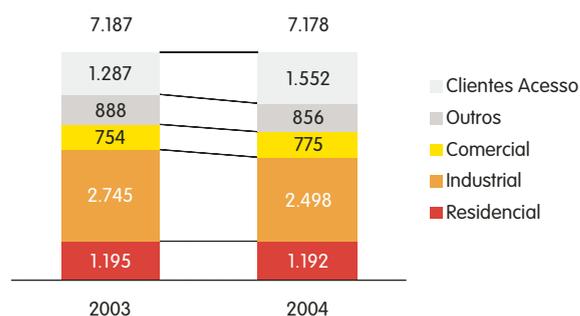
Trabalhos de manutenção da rede Bandeirante

Em 2004 a Bandeirante investiu cerca de 120 milhões de reais na expansão e adequação do seu sistema eléctrico para atendimento da procura do mercado, com níveis de qualidade exigidos pela legislação, para ligação de novos clientes, instalação de sistemas de medição, modernização, iluminação pública e nas áreas de suporte. O Programa Integrado de Modernização (PIM), iniciado em 2002, consolidou-se neste exercício, contribuindo decisivamente para dotar a Empresa de maior eficiência, agilidade e flexibilidade operacionais, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

• **Escelsa**

A Escelsa, distribuiu em 2004, 7.178 GWh, menos 0,1% que em 2003. O número de clientes cresceu 1,6% em relação ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu em 2004 um total de 5.321 GWh, menos 4,7% que em 2003. A redução ocorrida é explicada, fundamentalmente, por alguns clientes se terem tornado livres em 2004, implicando uma redução, na classe industrial, de 9%. Em relação ao Mercado Livre e Outras Concessionárias, a Escelsa distribuiu, durante 2004, o montante de 1.857 GWh, ou seja, um acréscimo de 15,7 % sobre o ano anterior.

Vendas de Energia - Escelsa (GWh)



A Escelsa passou pela 3ª revisão tarifária no ano de 2004. Em 6 de Agosto, a Aneel publicou a Resolução Homologatória n.º 191, que fixou as tarifas da Escelsa com reajuste médio de 4,96%. Este reajuste reflecte a revisão em baixa da base de reposicionamento tarifário original de 19,89%, provisório à época, passou

para 17,80%. A diferença entre estes percentuais de reajustes foi aplicada sobre o montante de energia vendida no período decorrido entre as 2ª e 3ª revisões, e representou um desconto de 5,11% no reposicionamento tarifário para vigorar no período de um ano, de 7 de Agosto de 2004 a 6 de Agosto de 2005

Os investimentos da Escelsa no valor de 108,6 milhões de reais foram aplicados na ampliação, melhoria e modernização das suas instalações do sistema de distribuição, subestações, recapacitação de linhas, projectos associados à rede básica e usinas hidroeléctricas, e outros nas áreas de TI e Universalização.

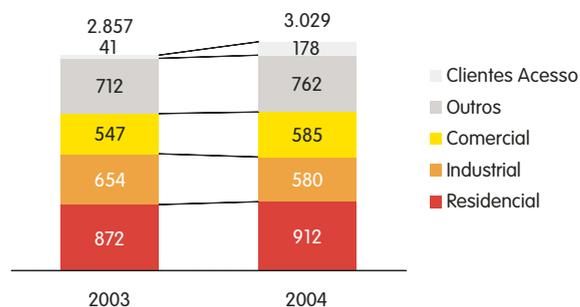


Centro de Operações

• **Enersul**

A Enersul obteve um incremento da energia distribuída em 2004 em 5,9%, de 2.858 GWh em 2003 para 3.028 GWh em 2004. O número de clientes atingiu 639.753 superior em 4,2% ao ano de 2003. No mercado cativo, o volume de energia vendida em 2004 para estes clientes atingiu um total de 2.838 GWh, mais 1,9% que em 2003. Este aumento é representado pelo bom desempenho das classes residencial, comercial e rural. Para o Mercado Livre e Outras Concessionárias, a Enersul distribuiu, durante 2004, 190 GWh, ou seja, um acréscimo de 163,9% sobre o ano anterior.

Vendas de Energia - Enersul (GWh)



As tarifas da Enersul foram reajustadas em média em 17,02% em 8 de Abril de 2004. Este reajuste, contempla também o parcelamento da revisão tarifária de Abril de 2003.

Em 2004, a Enersul realizou investimento no valor de 93,7 milhões de reais, aplicados na expansão, adequação e modernização do sistema de distribuição, visando a satisfação da procura de mercado com níveis de qualidade exigidos pela legislação. Foram ainda realizados projectos para o cumprimento das normas de requisitos ambientais, projectos de produção, incorporação de redes particulares, Universalização e modernização tecnológica em medição de energia



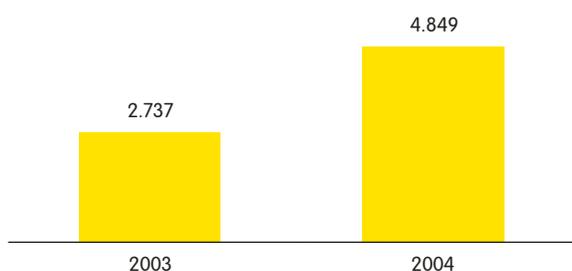
Trabalhos de manutenção da rede - Enersul

Actividade de Comercialização

Durante 2004, principalmente a partir do segundo semestre, o novo modelo para o sector eléctrico proporcionou maior desenvolvimento nos negócios de longo prazo. Atenta às possibilidades criadas pela nova regulamentação, a Enertrade realizou um número significativo de contratos de venda com consumidores livres, com prazos entre 5 e 10 anos, com início de suprimento em 2005.

As vendas da Enertrade em 2004 totalizaram 4.849 GWh, representando um aumento de 77% em relação ao ano de 2003, o que consolida a empresa como uma das mais activas do sector.

Vendas de Energia - Enertrade (GWh)



Durante 2004, em função da crescente competição no mercado não regulado, observou-se uma tendência na redução das margens na comercialização de energia para o consumidor livre. Estima-se que esta tendência deverá pronunciar-se nos próximos anos.

O risco de mercado, inerente à actividade de comercialização de energia, tem sido controlado pela Enertrade através de procedimentos que estabelecem limites de exposição ao mercado, tendo-se, em 2004, observado uma exposição máxima equivalente a 12% da totalidade da energia vendida.

Durante 2004, através de uma actuação integrada com as distribuidoras do Grupo, evitou-se a exposição dessas empresas ao mercado de curto prazo, mediante o ajustamento dos contratos às reais necessidades mês a mês.

5.4. Telecomunicações

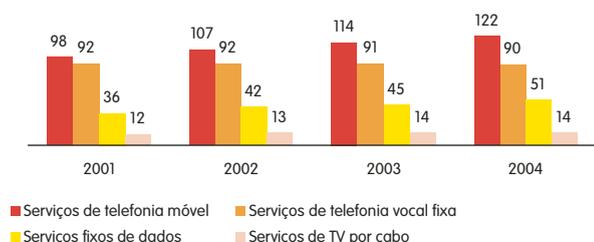
5.4.1. Enquadramento Global

O sector das Telecomunicações está a viver um período de recuperação, através da inovação ao nível das comunicações móveis e banda larga, tendo registado um crescimento de cerca de 4,6% em 2004, superior ao crescimento do PIB na UE-25.

Os principais motores de crescimento são os serviços fixos de dados e os serviços móveis, que registam uma forte subida (11,5% e 7%, respectivamente).

Distribuição do Mercado das Comunicações Electrónicas na UE-25

(Milhares de milhões de euros)



5.4.2. Organização e Actividade do Grupo ONI

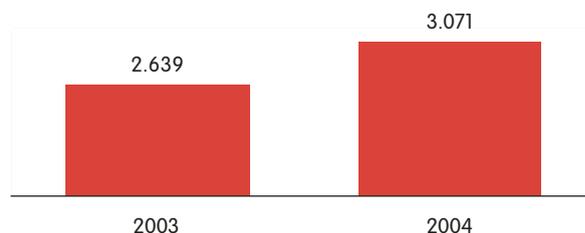
Actividade Consolidada da ONI

Os principais indicadores operacionais consolidados da operação fixa da ONI traduzem uma evolução positiva face a 2003.

Indicadores Operacionais	Telecomunicações Fixas						
	2004			2003			Var. %
	PT	ES	Total	PT	ES	Total	Total
Tráfego Voz (M. min.)	992	2.079	3.071	938	1.700	2.639	16,4%
Empresarial	381	1.394	1.775	409	958	1.367	29,9%
Residencial	226	0	226	245	0	245	-7,6%
Operadores	385	685	1.070	285	742	1.027	4,2%
Cientes Directos ('000)	2,0	19,9	21,9	1,5	9,2	10,7	104,7%
Empresarial	0,9	10,8	11,7	0,7	4,7	5,4	116,7%
Residencial	1,1	9,1	10,2	0,8	4,5	5,3	92,5%
Tráfego Dados							
"internet" (M. min.)	467	21	488	638	30	667	-26,9%
Empresarial	54	21	75	55	30	85	-11,6%
Residencial	413	0	413	583	0	583	-29,1%

De destacar o crescimento do volume global do tráfego de voz, que superou os 3.000 milhões de minutos, mais 16% que em 2003.

Volume de Tráfego Voz (milhões de minutos)



Os clientes em acesso directo, isto é, ligados directamente à rede da ONI, ultrapassam os 20.000 em Portugal e Espanha, duplicando face a 2003.

O tráfego "Internet" em acesso comutado registou, pelo segundo ano consecutivo, uma diminuição que, em 2004, atingiu cerca de 27%, causada pela opção de menor investimento na captura de clientes residenciais de baixa rentabilidade e pela migração de clientes para acesso directo via OLL/ADSL, tanto no segmento residencial como no empresarial.

Aumento de Capital Social

Já no final do exercício de 2004, a ONI SGPS procedeu a um aumento de capital social que se realizou da seguinte forma:

- Realização de suprimentos dos Accionistas no valor de 65 milhões de euros;
- Redução de capital social para cobertura de prejuízos acumulados de anos anteriores no valor de 324,1 milhões de euros, o que se traduziu na redução do valor nominal das 400.119.796 acções para 0,19 euros;
- Conversão de suprimentos em prestações acessórias no valor de 37,4 milhões de euros;
- Emissão de 126.195.994 novas acções pelo valor nominal de 0,19 euros, realizadas por

incorporação de prestações acessórias no valor de 24 milhões de euros; e

- No final deste conjunto de operações, o capital social da ONI SGPS ficou em 100 milhões de euros, o que traduz um total de 526.315.790 acções ao valor nominal de 0,19 euros.

Ficou assim realizada a primeira fase de uma operação global de financiamento Accionista no valor total de 100 milhões de euros, que se prevê concluir em 2005.

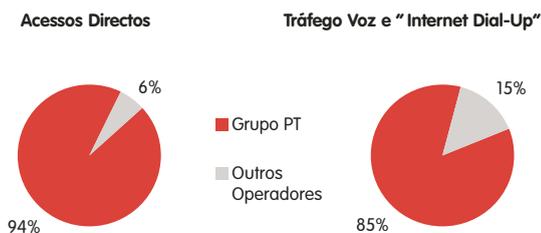
Actividade em Portugal

Evolução Regulamentar

Como principal marco a nível do quadro legislativo e regulamentar do sector das comunicações electrónicas em 2004 é de salientar a publicação em 10 de Fevereiro, da Lei das Comunicações Electrónicas (Lei n.º5/2004) que transpõe, com um atraso de 6 meses, para o ordenamento jurídico nacional o novo quadro regulamentar da União Europeia e as subsequentes análises de mercados relevantes desenvolvidas pela Autoridade Reguladora Sectorial – ANACOM.

A não implementação total desta lei, permite que o sector das comunicações electrónicas fixas em Portugal continue, à semelhança dos anos anteriores, a apresentar um nível incipiente de concorrência, e a manter o nível de dominância do operador incumbente:

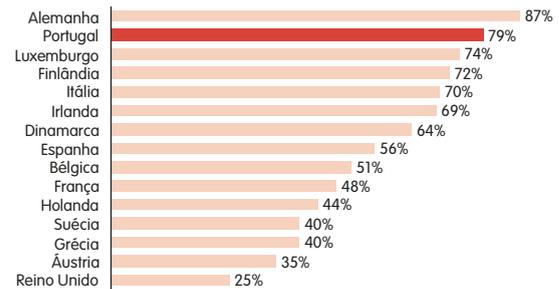
- A nível do serviço telefónico em local fixo, o Grupo PT continua a deter cerca de 94% dos acessos directos e 85% do tráfego de voz e "Internet dial-up";



Fonte: ANACOM – relatórios trimestrais 2004

- A nível dos acessos de banda larga, o Grupo PT detém globalmente cerca de 79% de quota de mercado (87% nos acessos ADSL e 74% nos de modem de cabo), valor que tem vindo a crescer, e corresponde ao 2º mais elevado da UE-15.

Quota de Mercado dos Incumbentes nos Acessos Banda Larga



Fonte: 10º Relatório de Implementação

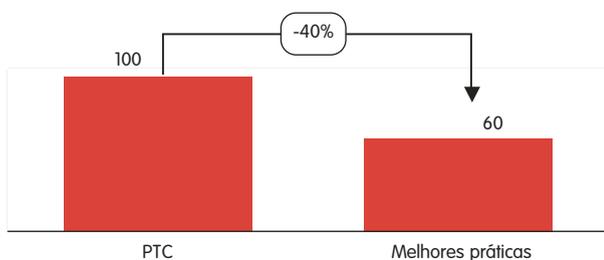
O contexto descrito resulta de um quadro estrutural sem paralelo a nível europeu de detenção conjunta pelo operador incumbente da rede básica de telecomunicações e de uma rede de TV por cabo fortemente dominante, que lhe permite controlar o acesso aos utilizadores finais e potenciar a integração vertical do Grupo que combina também, em muitos casos na mesma entidade jurídica, funções de grossista e retalhista.

Na sequência das obrigações que decorrem do novo quadro regulamentar para as comunicações electrónicas, o Regulador sectorial adoptou durante este ano várias deliberações num conjunto diversificado de áreas, de que se salientam seguidamente as mais relevantes:

- Análises de mercados: foram apresentadas pela ANACOM decisões finais que contemplam a definição de mercados relevantes, avaliação de poder de mercado significativo e imposição de obrigações relativamente aos mercados retalhistas e grossistas;
- Interligação: foram fixados os valores para os preços de interligação a praticar pela PT Comunicações (PTC) nos serviços de

Síntese de Actividade

terminação e originação de chamadas, com a redução de 8%, manifestamente insuficiente.

Preço de Interligação Local (índice)

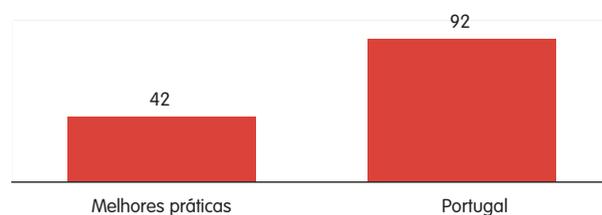
Fonte: ANACOM / dados ONI

- Relativamente às redes móveis, a ANACOM não tomou qualquer deliberação e, no final de 2004, apresentou um projecto de evolução gradual de preços que conduzirá a um valor único de 11 cent.€/minuto no final de 2006.
- Banda Larga: a ANACOM apenas publicou em Dezembro de 2004 um projecto de decisão, persistindo ainda assim condições não satisfatórias na OLL, nomeadamente a nível de preços de activação e mensalidades que conduzem a que, segundo um estudo independente, as margens das ofertas de serviços sobre OLL sejam em Portugal as mais baixas da UE-15. Nesta matéria, como resultado das diversas queixas apresentadas pelos operadores, a ANACOM interveio, determinando alterações na oferta grossista ADSL da PTC. Na banda larga determinaram-se algumas condições de comercialização que o Grupo PT deverá observar, de modo a garantir a replicação das mesmas pelos outros operadores.
- Controle de Ofertas de Retalho: a ANACOM interveio no sentido de assegurar o alargamento do acordo PT-Deco à generalidade dos clientes dos outros operadores. No que respeita a ofertas lançadas por novos operadores, o Regulador interditou recentemente a oferta "Serviço Optimus Home" e condicionou a

nova Oferta da Novis (com mobilidade sensivelmente mais reduzida),

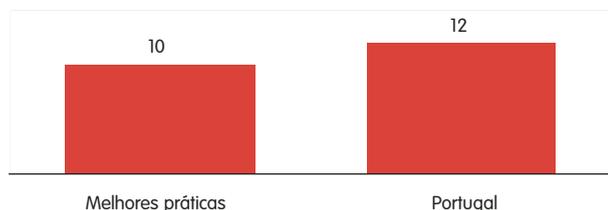
Pese embora as deliberações do Regulador, persistem ainda constrangimentos que se traduzem em obstáculos ao desenvolvimento da actividade no sector:

- Detenção conjunta pelo operador incumbente da rede básica de telecomunicações e da principal rede de TV por cabo;
- Existência de uma acção regulatória nem sempre objectiva e eficaz, com ausência de objectivos políticos claros e quantificados em termos de concorrência efectiva;
- Ausência de medidas selectivas que premeiem e que promovam os operadores que investem em rede própria.
- Inexistência de condições mínimas a que deverão obedecer a oferta grossista que viabilize a factura única (ORLA) e a tarifa plana de interligação;
- Ausência de medidas preventivas de controlo "ex-ante" de práticas abusivas em matéria de preços de retalho;
- Manutenção de diversos aspectos na oferta de acesso desagregado ao lacete local (ORALL) que carecem de aproximação urgente às melhores práticas europeias;

Preço de Activação de Lacete Local (euros)

Fonte: ANACOM e Determinações dos Reguladores

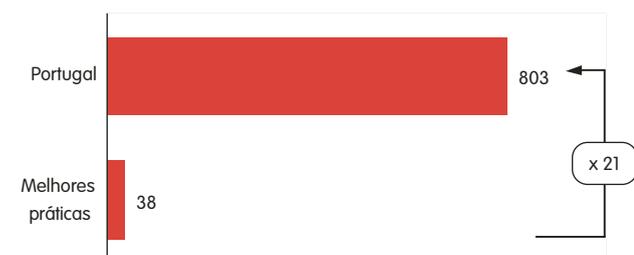
Mensalidade do lacete local em acesso completo (euros)



Fonte: 9º Relatório e Determinações dos Reguladores

- Permanência de custos administrativos associados à portação de números extremamente elevados;

Custos administrativos da portação de uma gama de 100 números (euros)



Fonte: Processo e Relatório relativos ao sentido provável da deliberação da ANACOM referente às Alterações a introduzir na PRI 2004 e determinações dos Reguladores

- Pré-selecção burocrática, com funcionalidades limitadas e cara face à Europa;
- Preços de interligação à rede da PTC e tarifas de terminação nas redes móveis com valores médios globais dos mais elevados de toda a União Europeia.

Evolução do Negócio de Telecomunicações Fixas em Portugal

A ONI manteve a sua estratégia de abordagem completa ao mercado nacional, através de uma carteira de produtos e serviços destinados a todos os segmentos do mercado:

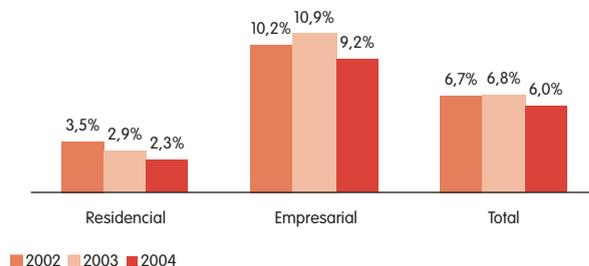
- Manutenção do esforço de captação e retenção em segmentos de maior rentabilidade e com maior capacidade de retenção dos clientes;
- Reforço no crescimento em segmentos de massa baseados em serviços de banda larga.

Em 2004 assistiu-se à reformulação da oferta comercial da ONI para o mercado residencial e SOHOs, assente no lançamento do OniDuo, o primeiro pacote de serviços integrados de voz e "Internet" ADSL que dispensa a assinatura telefónica.

No mercado empresarial, consolidou-se a base de clientes existente, em particular nas grandes contas, na conquista de novos clientes através de produtos e serviços diferenciadores (ex: serviço "Ethernet" sobre SDH e serviço VoIP empresarial) e na dinamização dos canais de venda indirectos.

O segmento de operadores apresentou uma evolução positiva apesar da manutenção das tendências que caracterizam este segmento: forte erosão de preços e actuação agressiva no mercado por excesso de capacidade instalada. Neste contexto, a ONI conseguiu consolidar a sua posição como o "carrier's carrier" alternativo entre os restantes operadores do mercado português, aumentando a sua base de clientes em 25% para mais de 50 clientes.

Quota de Mercado - Telecomunicações Fixas em Portugal



Actividade em Espanha

Evolução Regulamentar

A regulação das telecomunicações em Espanha tem-se adaptado para incorporar novas formas de prestação de serviço. Durante o ano de 2004, destacamos essencialmente:

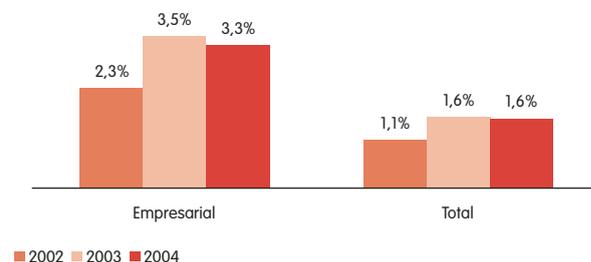
- Nova Oferta do Lacete Local (OBA): A OBA regula, entre outros serviços, o serviço ADSL grossista e a desagregação do lacete local (OLL);
- ADSL: a duplicação da velocidade dos acessos ADSL por parte da Telefónica não provocou uma alteração das condições económicas do ADSL grossista; e
- Consulta relativa à voz sobre IP (VoIP): no dia 27 de Maio de 2004, a CMT lançou uma consulta pública a todos os operadores relativamente à tecnologia VoIP. O objectivo era encontrar um marco regulatório que permita o desenvolvimento de serviços VoIP num ambiente de livre concorrência.

Evolução do Negócio de Telecomunicações Fixas em Espanha

A Comunitel posiciona-se como a melhor alternativa em soluções de telecomunicações para empresas, reunindo uma qualidade de serviço diferenciadora e propostas inovadoras. Em soluções globais de serviços de voz, dados, "Internet", segurança, alojamento de infra-estrutura informática, aluguer de aplicações e serviços de "outsourcing".

A actividade de 2004 da Comunitel foi marcada pela continuação da aposta na oferta de acesso directo via OLL, tendo sido efectuada uma unificação da carteira de produtos com a participada Ola Internet. Concretizando este posicionamento, a Comunitel foi, juntamente com a BT, a operadora mais apreciada pelas empresas espanholas, segundo o relatório "Las Telecomunicaciones en España do Grupo Penteo".

Quota de Mercado - Telecomunicações Fixas em Espanha



Outros Negócios

UCALL

Através de uma rigorosa gestão dos custos de estrutura, típicos numa operação de atendimento a Clientes, a UCALL registou uma variação positiva nos custos operacionais, aumentando a sua margem EBITDA e atingindo pela primeira vez na sua história resultado líquido positivo.

Germinus XXI

A evolução comercial da Germinus XXI durante o ano de 2004 teve como referência o incremento da geração de proveitos através do reforço da acção comercial no mercado externo, estratégia que visa orientar uma evolução sustentada até à autonomia comercial da empresa.

Esta evolução crescente teve o seu reflexo num melhor posicionamento da empresa ao nível da Administração Pública, Indústria e Telecomunicações & Media, nas áreas de segurança, infra-estrutura e desenvolvimento de aplicações.

5.5. Tecnologias de Informação

5.5.1. EDINFOR

O exercício de 2004 foi marcado na EDINFOR pelo processo de abertura de capital a um parceiro externo, a par de um esforço muito significativo de reorganização interna com vista, entre outros, aos fundamentais objectivos de redução e de racionalização de custos operacionais – acção já em marcha de forma expressiva desde 2003.

Em termos internos, a equipa de gestão ocupou-se do redesenho e reajustamento da organização em geral, e, como seria expectável, dedicou uma boa parte da sua atenção à Gestão das Pessoas:

- Redimensionamento dos quadros;
- Recolocação adequada de profissionais;
- Acompanhamento de dezenas de casos pessoais de saída da empresa;
- Investimento significativo num plano de comunicação interna para sustentar níveis aceitáveis de motivação dos colaboradores num contexto de natural ansiedade e preocupação.

O desenvolvimento dos negócios da EDINFOR em 2004 ocorreu também no seio de uma conjuntura económica pouco favorável e de uma evolução limitada do sector das Tecnologias de Informação em Portugal. As mudanças introduzidas pelo Grupo EDP ao nível da organização da gestão dos seus Sistemas de Informação, induziram também, ainda que temporariamente, uma contenção do volume global dos serviços prestados pela EDINFOR ao Grupo.

Neste contexto, a empresa manteve um volume de negócios global no topo do “ranking” das maiores empresas de TI em Portugal, situação que será certamente reforçada com entrada de um parceiro estratégico no capital da EDINFOR.

Abertura do Capital da EDINFOR

O processo de abertura de capital da EDINFOR decorreu durante praticamente todo o ano de 2004, em fases sucessivas devidamente planeadas, tendo vindo a concretizar-se já nos primeiros dias de 2005. Partindo de um lote inicial de treze entidades interessadas na empresa – incluindo praticamente todas as empresas mais relevantes a operar no sector de TI em Portugal - e passando por um processo de selecção progressiva dos candidatos mais bem posicionados face aos objectivos da EDP, a decisão final veio a recair na escolha da empresa inglesa LogicaCMG, que não dispunha até agora de nenhuma posição na Península Ibérica, mas com forte representação no espaço europeu.

Esta parceria de capital, em que a EDP continuará a deter, por ora, 40% da EDINFOR, baseou-se na busca de quatro objectivos essenciais:

- Permitir à EDP concentrar-se no seu “core-business”, partilhando a gestão da EDINFOR com uma entidade prioritariamente vocacionada para o negócio de TI;
- Garantir um elevado nível na prestação de serviços de TI à EDP, quer em qualidade, quer em preço, através de uma entidade que detivesse grande experiência de serviços de “outsourcing” em empresas complexas e de grande dimensão, e cujas sinergias com outros importantes clientes permitissem a prática de serviços a preços muito competitivos;
- Potenciar o negócio da EDINFOR, quer através de contributos de novas ou reforçadas competências em matéria de TI, quer através da abertura de novos e mais consumidores mercados de serviços de TI; e
- Minimizar conflitos de interesse através da possibilidade do recurso às soluções tecnológicas que melhor sirvam a EDP, independentemente da origem da infra-estrutura que as suporte.

Síntese de Actividade

A par com o processo de abertura de capital da EDINFOR a um investidor externo, a EDP levou a cabo, na última metade de 2004, uma negociação, bem sucedida, com os parceiros minoritários na empresa ACE, que detinham 40% desta empresa, passando a deter a totalidade do respectivo capital.

Organização Interna

Em 2004, prosseguiu-se com a reorganização interna da EDINFOR, iniciada em 2003. Deste modo, foram levadas a cabo importantes medidas de organização com impacto em maior lógica e eficiência de gestão:

- Concentração da gestão e dos recursos das áreas administrativas e financeiras e de planeamento e controlo de todo o universo “não-ACE”, e reforço da gestão financeira integrada de todo o Grupo EDINFOR;
- Criação de uma Direcção de Gestão de Clientes, que normalizou, integrou e centralizou, toda a actividade comercial e de gestão de contratos com o Grupo EDP e com outros grandes clientes (OMIP, REN, CTT, CERTIEL, ONI, HidroCantábrico).
- Dinamização de uma moderna estrutura de “Service Desk” (com origem no anterior serviço de “Help Desk”), apoiada em adequados SI, base fundamental do novo Modelo de Gestão de Serviço, a partir da qual se instituiu no início de 2005, o “single point of contact” para todo o Grupo EDP;
- Criação de uma área coordenadora da política de SI do Grupo EDINFOR, com a missão, de garantir a implementação e gestão de um sistema de informação eficiente e adequado aos negócios da empresa;
- Consolidação de uma área responsável pela gestão dos Recursos Humanos do Grupo EDINFOR, que assegurou em 2004, a difícil “gestão da mudança” em curso, geriu o redimensionamento do quadro de pessoal e iniciou as bases de uma política

de Gestão de Pessoas comum a todo o Grupo EDINFOR;

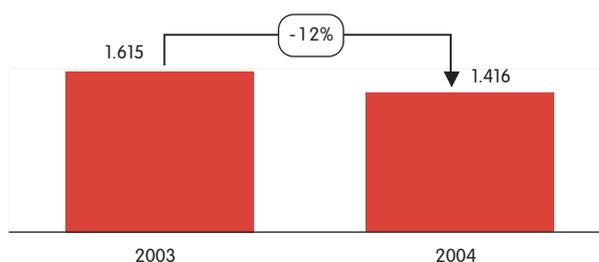
- Concretização da junção, decidida em 2003, de toda a área de negócio de gestão de infra-estruturas de TI – Centro de Processamento de Dados e “Sistemas Distribuídos” – sob a condução de uma única entidade, certificada no âmbito da Norma ISO 9000, a empresa IT-LOG, permitindo tirar partido, a vários títulos, de uma gestão integrada de competências e tecnologias existentes em ambas as unidades; e
- Concretização da organização da actividade da participada ACE em quatro áreas de negócio (processo também iniciado em 2003), eliminando custos e complexidade de gestão do anterior modelo organizativo.

Recursos Humanos

O Grupo EDINFOR dedicou em 2004, como referido, uma particular atenção à Gestão das Pessoas, a par com um esforço de redimensionamento equilibrado do quadro de pessoal das diversas unidades em face da evolução dos negócios.

No conjunto, o número de colaboradores médio em 2004 registou uma redução de 183 pessoas, sobretudo registada na EDINFOR e na ACE. Na IT-LOG verificou-se um aumento do número de pessoas por força da integração no quadro de pessoal, dos colaboradores da EDP que integraram o Consórcio EDP/ IT-LOG para a gestão dos contratos de “outsourcing”.

Número de Colaboradores



Em paralelo com a racionalização dos quadros de pessoal, promoveram-se medidas para assegurar a mobilização e envolvimento dos colaboradores nos objectivos e de desenvolvimento profissional:

- Implementação de mecanismos diversos de comunicação interna transversais a todo o Grupo (ex: Boletim Interno; reuniões de comunicação interna sobre diversos temas-chave);
- Questionário de avaliação do clima social dirigido a todos os colaboradores;
- Aplicação de Sistema de Avaliação de Desempenho de um modo mais generalizado com vista à sustentação mais sólida de incentivos monetários; e
- Concretização de Programas de Formação profissional de acordo com os objectivos das várias áreas de negócio.

Investimentos

A EDINFOR levou a cabo centralmente e ao nível das diversas unidades de negócio, um plano de renovação tecnológica indispensável à regular prestação dos serviços contratados, e bem assim, algumas acções de modernização de SI de acordo com os seus objectivos de negócio e de racionalização de custos:

- Renovação de grandes equipamentos (servidores) e migração de sistemas que suportam importantes aplicações da EDP no CPD - Centro de Processamento de Dados (ISU, SIAG, EDINFOR.Sys);
- Renovação e ampliação da infra-estrutura de "firewalls" (reforço da segurança de sistemas);
- Reforço das condições de funcionalidade e segurança física do CPD;

- Criação de um Sistema de Suporte ao Cliente e ao Serviço, para apoio à relação com o Cliente EDP em toda a sua extensão;
- Criação do Portal Geográfico www.it-geo.com, disponibilizando acesso "Internet" a toda a informação cartográfica disponível com funcionalidade inovadora ao nível da exploração dessa informação.

Desenvolvimento do Negócio

O Sector das Tecnologias de Informação registou um crescimento de 4,6%, que se situa aquém das previsões efectuadas para 2004.

O foco das despesas em TI ainda se manteve na busca da redução de custos e de melhoria da performance, continuando a privilegiar-se projectos de natureza mais táctica e de curta duração, num contexto marcado por ciclos de decisão alargados. A preocupação sobre o "Total Cost of Ownership" (TCO) surge como tendencialmente dominante, sobretudo nas organizações de maior dimensão.

Principais Actividades para o Grupo EDP

Em Portugal, destacam-se as principais prestações da EDINFOR ao Grupo EDP:

A) Na área das infra-estruturas de TI:

- Serviços de "outsourcing" de "LAN & Desktop Management", de WAN e de CPD, através dos contratos existentes;
- Consolidação de servidores e sua colocação em domínio único EDP, de 3.300 utilizadores;
- Implementação de infra-estrutura de rede, comunicações e sistemas para o Sistema de Telecondução Centralizado das Centrais Termoeléctricas do SEI da EDP Produção;
- Adaptação de sistemas aos desafios da liberalização do mercado eléctrico (ex: remodelação de infra-estruturas de rede e comunicações em todas as lojas da EDP no

âmbito do projecto de modernização da imagem do Grupo).

B) Na área aplicacional:

- Implementação do Sistema de Gestão Documental (SGD) na Sãvida e interligação dos SGD's das várias empresas do Grupo EDP;
- Implementação na EDP Distribuição, de um Canal de Comunicação SMS, solução que disponibiliza ao cliente toda a comodidade e rapidez no contacto com a EDP;
- A migração total do ambiente SAP R/3 para a versão SAP R/3 Enterprise, garantindo a adaptação dos processos de negócio e interfaces bem como a formação e suporte integral aos cerca de 4.000 utilizadores distribuídos por todo o país;

C) Na área da comercialização de HW e SW:

- Renovaram-se os contratos de licenciamento Microsoft e IBM/ LOTUS; e
- Forneceram-se, no âmbito do processo de compras centralizadas do Grupo EDP, 3.300 equipamentos (PC's e outros periféricos).

D) Na área do "finishing":

- Prestados serviços regulares de "printing & finishing" quer no âmbito da actividade comercial da EDP, quer na sua comunicação interna e comunicação com accionistas.

Actividades no Mercado Extra - Grupo EDP

A) Na área das infra-estruturas:

- Implementação da infra-estrutura, e contratualização da sua exploração, para o Operador de Mercado Ibérico de Energia;
- Fornecimento e instalação de equipamentos activos e infra-estrutura de rede para a empresa Impala; e

- Fornecimento de infra-estrutura de rede, energia e comunicações à empresa Bowne Global Solutions.

B) Na área aplicacional:

- Implementação de uma versão do sistema de gestão documental em tecnologia Microsoft (SGS@Web) na Direcção Geral do Património;
- Implementação de upgrade SAP R/3 Enterprise na AIP;
- Implementação dos Sistemas de "Trading" e "Clearing" do OMIP;
- Contratualização da prestação de serviços de suporte SAP na Portucel Tejo, SA;
- Implementação do módulo RH em "Microsoft Business Solutions Navision" na MultiÓpticas;
- Implementação na Câmara Municipal de Lisboa, da solução GesRed (gestão de infraestruturas de subsolo);
- IIES – Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade – Conclusão da implementação do Sistema de Informação Financeira da segurança Social. Este projecto viria a ser seleccionado como "case-study" pelo INA e apresentado no Congresso Nacional de Administração Pública, com o patrocínio do POSI (Programa Operacional Sociedade da Informação);

- CIMPOR Egipto – "Roll-out"do sistema SAP do Grupo CIMPOR para a sua fábrica em Alexandria, com adaptação do sistema à realidade local e tradução para as línguas árabe e inglesa;
- Ministério da Saúde – Implementação do Sistema Integrado de Gestão das listas de Inscritos para Cirurgias. O Sistema de Informação que assegura a gestão das listas de Inscritos para Cirurgia na

Unidade Central de Gestão, nas Administrações Regionais de Saúde e nos Hospitais, operacional com base em processos e fluxos de trabalho predefinidos, fornecendo indicadores de gestão e controlo das listas. O sistema baseia-se em aplicações operacionais e de "data warehouse", em ambos os casos acedidas através da "Internet";

- DGV – Projecto SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Autos); e
- REDAL – Implementação do Sistema Comercial para a gestão do gás e água.

C) Na área da comercialização de HW e SW:

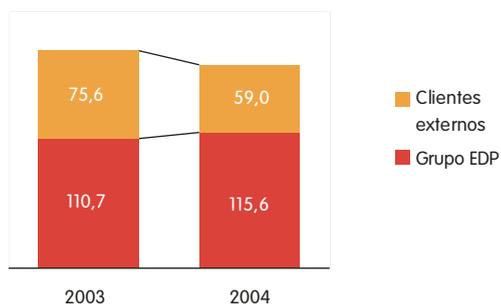
- Fornecimento de equipamento diverso à ANA, no âmbito de protocolo assinado.

D) Na área do "finishing":

- Contrato de "outsourcing" de "printing & finishing" da Servibanca (Millennium BCP).

Refira-se ainda que a EDINFOR, em particular através de equipas de desenvolvimento aplicacional da ACE e da IT-GEO, participa em projectos noutros países, como é o caso de Moçambique, Cabo Verde, Brasil, Dinamarca, Itália, Bélgica e Macau.

Volume de Negócios (milhões de euros)



5.5.2. Actividade da Central-e

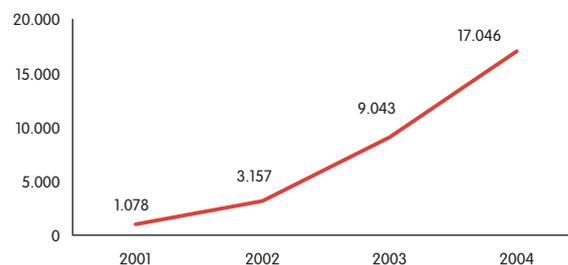
A Central-e está presente no mercado B2B através do portal forumB2B.com. Esta empresa do grupo EDP, com mais de quatro anos de existência, é detentora do primeiro portal empresarial a efectuar transacções em Portugal, posicionando-se como um meio privilegiado para controlar e reduzir os custos relacionados com as transacções das organizações aderentes.

A actividade da Central-e em 2004 caracterizou-se pelo aumento de projectos implementados, o que resultou num aumento do volume de negócios em 27% relativamente ao ano anterior (1,3 milhões de euros em 2004 e 1,0 milhão de euros em 2003). A plataforma de compras electrónicas forumB2B.com foi implementada na EDP Valor, e através do TradeForum A.C.E. (parceria com a PT Prime – Tradecom), na Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no Ministério da Justiça e Ministério das Finanças. Actualmente, a plataforma de aprovisionamento electrónico está implementada na CME, Metropolitano de Lisboa, GalpEnergia e ONI.

Foram realizados 5 leilões electrónicos para a EDP Distribuição gerando uma poupança total de 465 milhares de euros (poupança média de 5,5%).

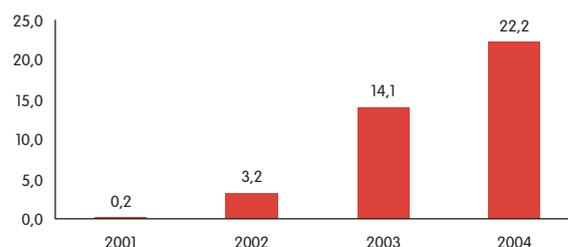
Ainda ao nível da actividade efectuada na parceria TradeForum A.C.E., há a destacar também a implementação de um projecto-piloto na ANACOM e a assinatura de protocolo de parceria com a Câmara Municipal do Porto para a Associação Porto Cidade Digital.

Número de Encomendas



Em 2004 foram efectuadas na plataforma de compras electrónicas do forumB2B.com um total superior a 17 mil encomendas num valor global de 22 milhões de euros.

Montante transaccionado (Milhões de euros)



5.6. EDP Valor

A EDP Valor é a “sub-holding” do Grupo EDP cuja missão consiste na prestação de serviços de suporte ao negócio da energia, em condições competitivas que permitam a criação de valor e satisfação de todas as “partes interessadas” na empresa, designadamente, os Accionistas, os Clientes, os Colaboradores e os parceiros em geral.

Tendo como referência o quadro estratégico subjacente à sua constituição e o alinhamento com os objectivos do Grupo, a EDP Valor prosseguiu em 2004:

- O esforço de consolidação a vários níveis;
- Alargamento do “portfolio” de serviços e da base de clientes;
- Desenvolvimento de iniciativas para a promoção da coesão interna da organização e para o estreitamento das relações com os clientes e outros parceiros; e
- Concentração de esforços na redução e racionalização dos custos de funcionamento dos seus clientes e na potenciação da gestão dos diversos patrimónios a seu cargo.

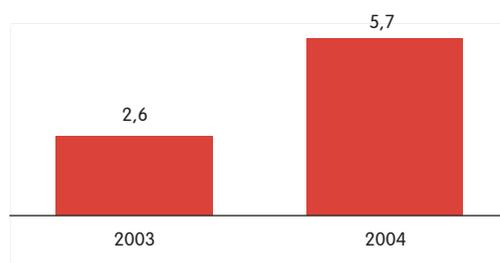
No âmbito do alargamento de serviços e do número de clientes, destacam-se:

- Reestruturação do negócio da formação e documentação através da nova Plataforma de Formação e Documentação;
- Lançamento de uma nova plataforma para negociação e compras do Grupo;
- Início da gestão dos campos de férias e concentração de outras actividades de cariz operacional dispersas pelo Grupo, como a prevenção e segurança;
- Fortalecimento das actividades da Plataforma de Gestão Imobiliária.

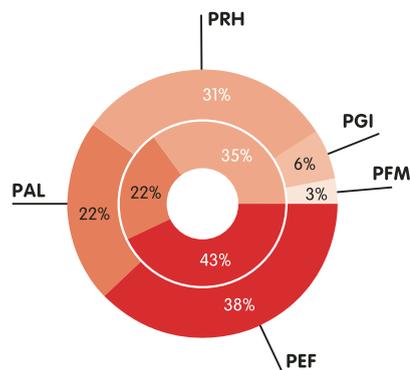
No que concerne à rentabilização dos activos e dos fornecimentos e serviços externos dos clientes, a EDP Valor empreendeu importantes acções ao nível da renegociação com terceiros, de que resultaram significativas economias, e organizou e iniciou o processo de venda de património da EDP não afecto ao negócio “core” ou de possível optimização.

Poupanças Transversais ao Grupo EDP

(milhões de euros)



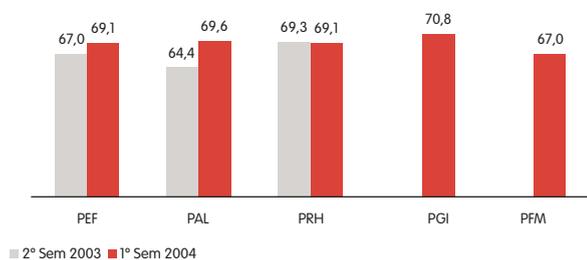
A desagregação das prestações de serviços ao Grupo em 2004 registou a seguinte evolução:



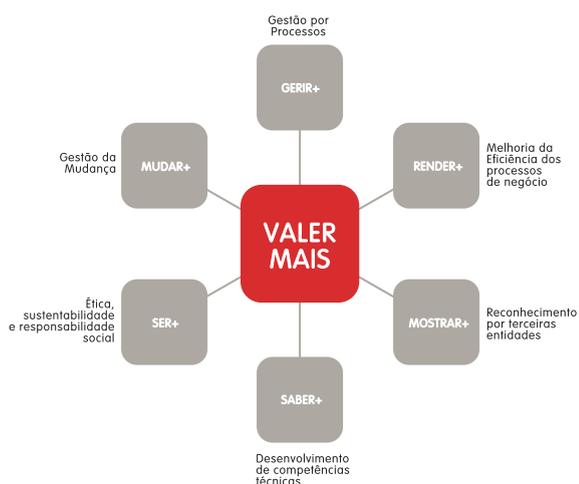
Durante 2004, decorreram diversas iniciativas de gestão com o objectivo de reforçar a qualidade e a eficiência dos serviços e a satisfação contínua de clientes, e de que se destaca:

- Lançamento de um processo contínuo de avaliação da satisfação dos clientes, a partir de uma “Carta de Compromissos” que consubstancia a política de qualidade da empresa;

Avaliação da Carta de Compromissos



- Realização de acções para o reforço das competências e a mobilização das equipas da empresa (programa de formação; encontros de colaboradores; apropriação da “Carta de Compromissos”; etc.)
- Reforço dos mecanismos de planeamento e controlo de gestão, com relevo para a identificação e controlo periódico de “indicadores-chave” de negócio, permitindo um maior domínio sobre eventuais desvios e sua atempada correcção;
- Concepção, desenvolvimento e implementação, de projectos diversos de TI, para suporte à melhoria de eficiência e de qualidade dos serviços prestados;
- Lançamento, na segunda metade de 2004, de um Programa de Gestão pela Qualidade (Valer +), para implementar uma gestão por processos;

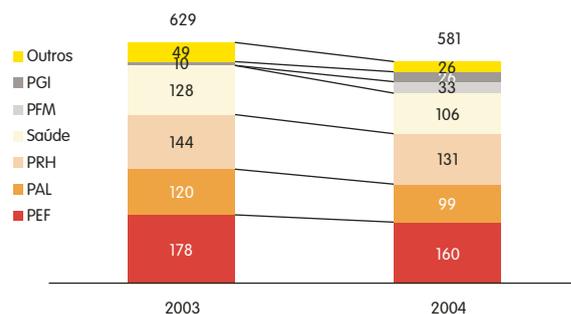


- Suporte ao Grupo EDP no ajustamento do quadro de pessoal, que permitiu uma

redução líquida de 48 colaboradores em 2004.

No final de 2004, a EDP Valor contava com um quadro de 581 colaboradores, com presença em todo o território nacional, e organizados conforme gráfico seguinte:

Distribuição dos Colaboradores - EDP Valor



Plataforma Económico-Financeira (PEF)

A PEF presta serviços de suporte nas áreas de orçamento, tesouraria, contabilidade, fiscalidade, contas de terceiros e gestão de seguros e risco:

- Contabilidade de 38 empresas;
- Tratamento de cerca de 320.000 documentos de Fornecedores e 14.000 emissões de facturas a clientes;
- Pagamento de 354.000 documentos;
- Processamento de 18 milhões de euros de prémios de seguros.

Adicionalmente, prepara os dossiers fiscais, constitui os dossiers de Preços de Transferência e prepara respostas a diversos inquéritos de entidades oficiais aos clientes.

Plataforma de Aproveitamentos e Logística (PAL)

A PAL presta serviços de suporte nas áreas de negociação e compra de bens e serviços de categorias transversais aos negócios, qualificação e controlo, gestão de frotas,

gestão de instalações e serviços de secretaria-geral. A sua actividade em 2004 materializou-se em:

- 363.000 m2 de instalações geridas (média mensal);
- 37 milhões de euros de bens e serviços negociados;
- 5,5 milhões de euros de captação de poupanças directas por força das negociações efectuadas;
- 3.752 viaturas geridas (números médios mensais);
- 1,5 milhões de documentos tratados.

A PAL esteve ainda associada à mega-operação de actualização de imagem da frota da EDP, envolvendo cerca de 3.200 viaturas, que implicou complexo trabalho de logística.

Plataforma de Recursos Humanos (PRH)

A PRH presta serviços de processamento e controlo de remunerações e pensões, garantindo todas as actividades administrativas de suporte às áreas de Recursos Humanos.

A PRH alargou o leque de serviços que presta aos clientes, assumindo pela primeira vez, neste ano de 2004, a responsabilidade pela gestão dos campos de férias

Para além de uma vasta produção estatística e manutenção dos dados mestre de cerca de 9.432 activos e 17.960 pensionistas, a PRH processou em 2004 cerca de 113.000 boletins de vencimentos e 215.500 de pensões.

Plataforma de Gestão Imobiliária (PGI)

A PGI reestrutura e valoriza o património imobiliário do Grupo, tendo em 2004 iniciado um programa para:

- Obtenção de fundos através da venda de activos não utilizados (130 milhões de euros num período de 3 anos);
- Redução significativa dos custos de ocupação; e
- Realização de mais-valias, através de operações de optimização e realocização de serviços.

Em 2004, a sua actividade traduziu-se nos seguintes números:

- Gestão de 8.300 prédios sobrantes da actividade de electricidade;
- Análise de 108.000 m2 de área para intervenção;
- Gestão de obras orçamentadas em 6 milhões de euros.

A PGI desempenhou um papel determinante na Implementação da nova imagem levada a cerca de 40 lojas da EDP Distribuição (33 lojas concluídas até final de 2004 e 6 a concluir em Janeiro de 2005).

Plataforma de Formação e Documentação (PFM)

Constituída em 2004 integrando os recursos existentes na MRH e noutras empresas, a PFM visa o alinhamento da actividade de formação com as necessidades criadas pela estratégia do Grupo através de um Plano de Desenvolvimento de Competências e Apoio à Mudança.

A EDP Valor garantiu, através da PFM, o estatuto de Entidade Formadora Acreditada abrangendo todos os Domínios de Intervenção do Ciclo Formativo, bem como a actuação na modalidade de "Formação a Distância". O

estatuto de Entidade Formadora Acreditada permite a participação em projectos formativos financiados pela Comunidade Europeia.

A par destes processos organizativos e de consolidação, a PFM assegurou um programa de acções que, em 2004, se traduziram em cerca de 149.400 horas de formação.

Plataforma de Negociação e Compras (PNC)

Com o lançamento, em 2004, do projecto de uma nova plataforma visando a reestruturação e concentração das actividades de negociação e compras do Grupo, procura-se potenciar as vantagens da concentração dos serviços de planeamento e negociação, da standardização e homogeneização de especificações, da gestão otimizada de fornecedores, do aumento do peso negocial junto destes, com consequências na optimização e duração de acordos-quadro e contratos, quer em qualidade, quer em preço, existindo a oportunidade de redução em cerca de 25% dos actuais recursos de compras existentes nas diversas unidades de negócio.

Prestação de Cuidados de Saúde

A prestação de cuidados de saúde aos colaboradores, pensionistas, reformados e respectivo agregado familiar com direito a assistência médica, é assegurada pela Sãvida – Medicina Apoiada, S.A., em complemento ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de acordo com as obrigações contratuais definidas com as empresas do Grupo EDP.

Em 2004 registou-se um âmbito de prestação idêntico ao do ano anterior; contudo verificou-se uma ligeira redução na actividade, quer devido à redução de utentes que se tem vindo a observar, quer devido a medidas de maior alinhamento com o SNS, designadamente o reinício da cobrança das suas taxas moderadoras, nos termos definidos pela Direcção Geral de Saúde.

Ao nível da Medicina do Trabalho, o ano registou um avanço para políticas de gestão

da saúde, destacando-se o lançamento de consultas de desabituação tabágica e o Prémio EDP de Desporto e Manutenção Física, estímulo importante à opção por estilos de vida saudáveis.

Perspectivas

Uma organização mais eficiente e uma entidade prestadora de serviços totalmente orientada ao cliente, deverão ser conseguidas com o apoio de instrumentos de gestão baseados nos conceitos de excelência empresarial, já adoptados pela EDP Valor, e de que se distinguem, o Sistema de Gestão da Qualidade e o Sistema de Informação de Gestão baseado no “Balanced Scorecard”, que se concretizarão em 2005.

A estes se juntarão, conforme Planos de Acção da empresa para 2005, um importante programa de formação e de envolvimento dos colaboradores nos objectivos definidos, e também, um significativo programa de investimentos em Sistemas de Informação, de rentabilidade assegurada e capazes de modernizar e agilizar todo o funcionamento da empresa.

Será também um período de maior aproximação às empresas do Brasil e da HidroCantábrico na troca de experiências e na identificação de oportunidades comuns de melhoria nas áreas de intervenção da EDP Valor.

6. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
		(Milhares de Euros)
Activo		
Imobilizado corpóreo	13.559.325	11.651.599
Imobilizado incorpóreo	968.664	950.182
Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'	1.989.823	899.514
Investimentos financeiros	1.615.293	1.582.784
Impostos diferidos activos	589.094	609.338
Clientes	95.140	85.797
Devedores e outros activos	<u>850.283</u>	<u>350.045</u>
Total de Activos Não Correntes	<u>19.667.622</u>	<u>16.129.259</u>
Existências	168.567	159.236
Clientes	1.202.250	1.022.871
Devedores e outros activos	631.839	429.390
Acrêscimos e diferimentos activos	641.038	622.417
Títulos negociáveis	81.922	143.953
Caixa e disponibilidades em bancos	<u>196.083</u>	<u>143.543</u>
Total de Activos Correntes	<u>2.921.699</u>	<u>2.521.410</u>
	<u>22.589.321</u>	<u>18.650.669</u>
Capitais Próprios		
Capital	3.656.538	3.000.000
Acções próprias	-31.662	-49.020
Prémios de emissão de acções	472.955	-
Reservas e resultados acumulados	1.863.731	1.965.918
Resultado líquido consolidado	<u>440.152</u>	<u>381.109</u>
Total dos Capitais Próprios	<u>6.401.714</u>	<u>5.298.007</u>
Interesses minoritários	801.018	236.485
Conta de hidraulicidade	364.197	387.506
Passivo		
Empréstimos	6.741.014	5.913.579
Provisões para riscos e encargos	1.257.697	819.574
Impostos diferidos passivos	545.901	616.056
Credores e outros passivos	<u>588.130</u>	<u>542.942</u>
Total de Passivos Não Correntes	<u>9.132.742</u>	<u>7.892.151</u>
Empréstimos	1.857.830	1.579.130
Credores e outros passivos	1.599.454	1.238.991
Acrêscimos e diferimentos passivos	<u>2.432.366</u>	<u>2.018.399</u>
Total dos Passivos Correntes	<u>5.889.650</u>	<u>4.836.520</u>
Total do Passivo	<u>15.022.392</u>	<u>12.728.671</u>
	<u>22.589.321</u>	<u>18.650.669</u>

**Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

	2004	2003
		(Milhares de Euros)
Vendas	6.699.294	6.456.361
Custo das vendas	<u>-4.017.270</u>	<u>-3.921.046</u>
Margem bruta	<u>2.682.024</u>	<u>2.535.315</u>
Outros proveitos operacionais		
Prestação de serviços	522.396	521.159
Trabalhos para a própria empresa	258.774	235.623
Outros proveitos de exploração	<u>17.731</u>	<u>18.081</u>
	<u>798.901</u>	<u>774.863</u>
	<u>3.480.925</u>	<u>3.310.178</u>
Outros custos operacionais		
Fornecimentos e serviços externos	-649.504	-632.518
Custos com o pessoal	-642.619	-646.636
Outros custos de exploração	<u>-220.761</u>	<u>-203.984</u>
	<u>-1.512.884</u>	<u>-1.483.138</u>
Resultados Operacionais Brutos	1.968.041	1.827.040
Provisões do exercício	-114.078	-75.706
Amortizações líquidas	<u>-795.517</u>	<u>-845.592</u>
Resultados Operacionais	1.058.446	905.742
Proveitos / (custos) financeiros	-239.727	-266.600
Amortizações de investimentos financeiros	<u>-95.525</u>	<u>-92.420</u>
Resultados Correntes	723.194	546.722
Ganhos / (perdas) extraordinárias	<u>-164.732</u>	<u>-14.443</u>
Resultados antes de Impostos	558.462	532.279
Provisão para impostos sobre lucros	<u>-159.617</u>	<u>-195.534</u>
Resultados depois de Impostos	398.845	336.745
Interesses minoritários	<u>41.307</u>	<u>44.364</u>
Resultado Líquido Atribuível	<u>440.152</u>	<u>381.109</u>

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
		(Milhares de Euros)
Activo		
Imobilizado corpóreo	118.857	117.547
Imobilizado incorpóreo	187.938	207.356
Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'	452.165	106.738
Investimentos financeiros	7.741.430	7.195.266
Impostos diferidos activos	61.699	336.924
Devedores e outros activos	<u>3.832.752</u>	<u>2.431.736</u>
Total de Activos Não Correntes	<u>12.394.841</u>	<u>10.395.567</u>
Cientes	5.161	4.171
Devedores e outros activos	547.474	1.692.895
Acréscimos e diferimentos activos	520.157	432.841
Títulos negociáveis	15.288	85.641
Caixa e disponibilidades em bancos	<u>2.414</u>	<u>8.332</u>
Total de Activos Correntes	<u>1.090.494</u>	<u>2.223.880</u>
	<u><u>13.485.335</u></u>	<u><u>12.619.447</u></u>
Capitais Próprios		
Capital	3.656.538	3.000.000
Acções próprias	-31.662	-49.020
Prémios de emissão de acções	472.955	-
Reservas e resultados acumulados	1.863.731	1.965.918
Resultado líquido do exercício	<u>440.152</u>	<u>381.109</u>
Total dos Capitais Próprios	<u>6.401.714</u>	<u>5.298.007</u>
Conta de hidráulidade	364.197	387.506
Passivo		
Empréstimos	3.137.735	3.207.572
Provisões para riscos e encargos	434.572	383.608
Impostos diferidos passivos	64.318	474.839
Credores e outros passivos	<u>316.085</u>	<u>315.646</u>
Total de Passivos Não Correntes	<u>3.952.710</u>	<u>4.381.665</u>
Empréstimos	2.251.986	2.176.932
Credores e outros passivos	290.472	266.465
Acréscimos e diferimentos passivos	<u>224.256</u>	<u>108.872</u>
Total dos Passivos Correntes	<u>2.766.714</u>	<u>2.552.269</u>
Total do Passivo	<u>6.719.424</u>	<u>6.933.934</u>
	<u><u>13.485.335</u></u>	<u><u>12.619.447</u></u>

**Demonstração dos Resultados Individual
 para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

	2004	2003
		(Milhares de Euros)
Proveitos operacionais		
Prestação de serviços	33.151	24.252
Outros proveitos de exploração	3.532	3.170
	<u>36.683</u>	<u>27.422</u>
Outros custos operacionais		
Fornecimentos e serviços externos	-85.610	-61.360
Custos com o pessoal	-5.380	-5.637
Outros custos de exploração	-2.145	-2.099
	<u>-93.135</u>	<u>-69.096</u>
Resultados Operacionais Brutos	-56.452	-41.674
Provisões do exercício	-2.944	-873
Amortizações líquidas	-8.677	-8.112
Resultados Operacionais	-68.073	-50.659
Proveitos / (custos) financeiros	432.194	354.350
Amortizações de investimentos financeiros	-13.670	-13.541
Resultados Correntes	350.451	290.150
Ganhos / (perdas) extraordinárias	42.232	81.712
Resultados Antes de Impostos	392.683	371.862
Provisão para impostos sobre lucros	47.469	9.247
Resultado Líquido	<u>440.152</u>	<u>381.109</u>

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do Artigo 27º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados (euros)

Reserva Legal	22.007.620,36
Dividendos	338.000.000,00
Resultados Transitados	80.144.786,78
Resultado Líquido	440.152.407,14

O dividendo proposto é de 0,09243 euros por acção, o que corresponde a um "payout" de 76,4%.

8. PERSPECTIVAS PARA 2005 E PLANO DE NEGÓCIOS 2005 - 2007

O ano de 2005 será crucial para a EDP. Será um ano tanto de consolidação das mudanças iniciadas em 2004 como de novos desafios para a empresa.

O reforço da participação na HidroCantábrico, de 39,5% para 95,7%, começará em 2005 a ter efeitos práticos a vários níveis no Grupo. A EDP passa a ser verdadeiramente ibérica e será em 2005 que as sinergias começarão a ser significativas com esta assimilação. Sempre garantindo a especificidade de cada empresa e procurando seleccionar o melhor da cada organização, a integração progressiva com a HidroCantábrico e a NaturCorp trará benefícios significativos para o novo Grupo Ibérico.

Uma das grandes mudanças que continuará de 2004 será a completa liberalização do mercado português de electricidade. Com a abertura do mercado doméstico, cada consumidor português será livre de escolher o seu fornecedor. O ano de 2005 será um ano de dedicação e adaptação da EDP a Clientes mais exigentes que serão mais aliciados ou pela primeira vez surpreendidos por ofertas concorrenciais. A EDP estará atenta e preparada para competir.

Durante 2004, a EDP preparou-se intensamente para a reorganização da sua área comercial em antecipação à liberalização total do mercado. Foram criadas novas equipas dedicadas aos segmentos domésticos e industriais e ainda preparada a entrada em funcionamento de uma plataforma de serviços comerciais e relacionamento com o Cliente comum. Em 2005, estas unidades começarão a ser a face e o cérebro por detrás do relacionamento com Clientes e da postura comercial da empresa em Portugal.

Após o esforço, em 2003 e 2004, de redução seleccionada de efectivos da empresa e aumento da produtividade, 2005 será um ano de consolidação. Com a saída de muitos

colaboradores do Grupo, a EDP estará em fase de ajuste de processos, estabilização de equipas e consolidação de novas lideranças.

Existe assim um grande desafio do Grupo ao qual em 2005 se dará renovada importância. Alguns dos temas que estarão em foco durante o ano vão reflectir uma gestão mais proactiva dos recursos humanos – com novos sistemas, processos e ferramentas – e o rejuvenescimento das competências dos Colaboradores do grupo. A EDP terá ainda como objectivo continuar a recrutar jovens para as variadas áreas da empresa e outros profissionais que tragam experiência em competências onde o Grupo não esteja bem preparado para enfrentar as mudanças que se vão sentir durante o ano.

Haverá ainda um outro grande desafio que se continuará a aproximar da EDP. A construção do mercado ibérico (MIBEL) deverá ser impulsionada fortemente em 2005, aproximando a EDP também da concorrência, desta vez no mercado de produção de energia. A EDP continuará a preparar o seu portfolio de activos de geração e capacidade de trading para fazer face a este desafio, em cuja superação está empenhada.

Teremos assim um ano de melhoria constante para a empresa:

- Melhoria para os nossos Clientes pelos serviços mais eficazes prestados pelo Grupo;
- Melhoria para os nossos Colaboradores fruto das novas oportunidades de crescimento profissional;
- Melhoria para os nossos Accionistas, que terão uma empresa ibérica focada no seu negócio principal de produção, distribuição e comercialização de energia.

No dia 15 de Dezembro de 2004, a EDP apresentou ao mercado, em Londres, os seus **objectivos estratégicos para o triénio 2005-2007**:

- Reforço da posição competitiva na Península Ibérica;
- Eficácia operacional e Organização orientada para servir o cliente;
- Maximização do valor económico dos investimentos internacionais e em actividades complementares.

A concretização do reforço de posição competitiva na Península Ibérica é suportada por:

- Integração da HidroCantábrico, após a aquisição do controlo exclusivo desta empresa, de forma a capturar sinergias de gestão de áreas e actividades comuns, como despacho de centrais, compra de combustíveis, e o investimento em centros produtores de energias renováveis na Ibéria;
- Implementação com base na legislação aprovada da cessação dos contratos de aquisição de energia com a REN, no contexto da liberalização do mercado de energia eléctrica, assegurando um efeito económico neutro para o Grupo;
- Aumento da capacidade de produção de energia através do investimento em novas centrais hidroeléctricas, centrais de ciclo combinado e parques eólicos na Península Ibérica;

Eficácia operacional e Organização orientada para o cliente:

- Definição e implementação de políticas comerciais articuladas entre Portugal e Espanha para os segmentos do mercado eléctrico liberalizados;

- Identificação de modelos de negócio alternativos de integração dos negócios do gás e da electricidade.
- Re-organização comercial orientada ao serviço ao cliente, evolução da marca e estratégia de comunicação e redesenho de lojas orientadas ao cliente;
- Controlo e tendencial redução dos custos operacionais das actividades reguladas de distribuição e comercialização de energia eléctrica almejando alcançar um retorno sobre os activos regulados de 8,5%;
- Continuação do esforço significativo para a melhoria dos níveis de qualidade de serviço técnico e comercial, mantendo a tendência de redução das interrupções de serviço (215 minutos em 2004) e de convergência para o cumprimento de todas as medidas previstas no regulamento de qualidade de serviço comercial.

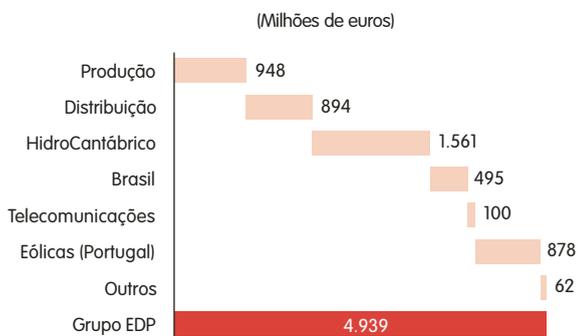
Maximização do valor económico dos investimentos internacionais e em actividades complementares:

- Crescimento do valor económico dos investimentos efectuados no Brasil e reestruturação societária, permitindo um pedido de admissão à negociação na Bovespa das acções da EDP Brasil com vista à auto-sustentação financeira;
- Melhoria da performance da ONI, admitindo o desinvestimento, em condições de mercado adequadas, nas operações não nacionais, bem como a diversificação dos canais de distribuição comercial e a eventual exploração de tecnologias alternativas, aproveitando potenciais sinergias com os actuais accionistas;
- Desinvestimento na área das tecnologias de informação, mediante a alienação de 60% do capital da Edinfor à LógicaCMG e a criação de uma parceria estratégica que permita alcançar vantagens competitivas na criação de uma plataforma ibérica de

tecnologias de informação e da reestruturação do actual quadro contratual com o Grupo EDP.

O plano estratégico do Grupo EDP assume um investimento total acumulado para o período 2004-2007 na ordem dos 6 mil milhões de euros no "core-business" Ibérico, dos quais mais de 80% são para manutenção e expansão do parque electroprodutor, com enfoque em energias renováveis que representam 27% do total do investimento previsto.

Investimento Operacional 2005-2007



A implementação do plano estratégico 2005-2007 traduz-se numa melhora sustentada dos indicadores financeiros do Grupo EDP (considerando a base de 2003 ajustada pelo efeito da consolidação da totalidade da HidroCantábrico):

- Aumento de cerca de 6,5% da margem bruta do negócio;
- Previsão de aumento do EBITDA em cerca de 35%;
- Previsão de aumento do retorno sobre o capital investido (após impostos e "goodwill") em 1,4 vezes entre 2003 e 2007;
- Estimativa de, na medida em que se verificarem as demais previsões e metas apresentadas, aumento dos dividendos a distribuir aos accionistas, a partir de 2004, entre, aproximadamente 7% e 8% por ano até 2007.

REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração apresenta o seu agradecimento aos Senhores Accionistas, pela confiança que mantêm no Grupo EDP.

Pelo apoio prestado às nossas actividades ao longo do último exercício, o Conselho agradece também aos membros dos Órgãos de Soberania que acompanharam a EDP.

No âmbito do sector da energia é natural referir, em especial, o intenso relacionamento da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e da Direcção Geral de Geologia e Energia com as empresas do Grupo.

Os agradecimentos do Conselho de Administração são ainda extensivos a todas as entidades que ao longo de 2004 colaboraram com a EDP, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisboa e Interbolsa;
- Revisores Oficiais de Contas e Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico.

É ainda devido um agradecimento especial:

- Aos Senhores Accionistas que mais de perto têm acompanhado a evolução da empresa, designadamente participando nas reuniões da Assembleia Geral de 31 de Março de 2004, 7 de Outubro de 2004 e 31 de Janeiro de 2005;
- Aos Clientes das Empresas do Grupo EDP, a quem se reafirma o empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades;

- Aos Trabalhadores e Colaboradores, pela sua contribuição para o desenvolvimento do Grupo EDP, pela competência e profissionalismo no desempenho das suas funções e pelo empenho na participação da dinâmica de mudança e crescimento do Grupo EDP.

Em 2004, os Administradores António de Almeida, António José Fernandes de Sousa, Luís Fernando de Mira Amaral e Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins, renunciaram aos respectivos cargos. Também durante o exercício de 2004, integraram o Conselho de Administração, os Administradores António Afonso de Pinto Galvão Lucas, Luís Fernando de Mira Amaral, João Eduardo Moura da Silva Freixa e José Pedro da Silva Sucena Paiva. No seguimento da ampliação do Conselho para quinze membros, deliberada na Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2005, foram também eleitos Manuel Menéndez Menéndez e José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.

Aos Senhores Administradores referidos, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e agradecimento pelas suas contribuições para o desenvolvimento do Grupo EDP.

Em Outubro, a KPMG Auditores, S.A. iniciou a prestação de serviços de Auditoria Externa ao Grupo EDP, para que foi seleccionada no seguimento de concurso efectuado, tendo cessado funções a PWC – PriceWaterhouseCoopers. Às empresas de Auditoria referidas, o Conselho de Administração expressa também o devido agradecimento pela cooperação e trabalho desenvolvido.

Na Assembleia Geral extraordinária de 31 de Janeiro de 2005, foram eleitos novos membros Efectivo e Suplente do órgão de fiscalização, KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, e Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, em substituição de Bernardes,

Sismeiro & Associados, SROC, Lda.,
representada por Carlos Marques Bernardes, e
Joaquim Patrício da Silva. A todos, o nosso
agradecido reconhecimento.

O Conselho de Administração

Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente)
João Luís Ramalho de Carvalho Talone
António Afonso de Pinto Galvão Lucas
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Jorge Manuel de Oliveira Godinho
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette
José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
José Manuel Trindade Neves Adelino
José Pedro da Silva Sucena Paiva
Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho
Manuel Menéndez Menéndez
Paulo Azevedo Pereira da Silva
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Lisboa, 1 de Março de 2005

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Extracto da acta nº 2/2005 da Assembleia Geral da EDP - Energias de Portugal, S.A. realizada em 31 de Março de 2005, na parte que respeita à presente publicação legal:

(...)

Constatando, pelo exame da lista de presenças, devidamente organizada, que se encontravam presentes ou regularmente representados Accionistas titulares de um bilião, novecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentas e trinta e duas acções, correspondente a cinquenta e dois virgula sessenta e seis por cento do capital social, observando-se todas as condições para deliberação sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos e verificando-se, ainda, que tinham sido oportunamente efectuadas as competentes publicações legais da convocatória da reunião da Assembleia Geral Anual, o Senhor Presidente da Mesa congratulou-se com a significativa participação de Accionistas, assinalando em especial o aumento do número de participantes, quer presencialmente, quer por meio de representante e através de voto por correspondência, incluindo por correio electrónico, tendo declarado a Assembleia legalmente constituída e em condições de validamente deliberar sobre todos os pontos da Ordem de Trabalhos, pelo que considerava abertos os trabalhos.

(...)

Encerrada a discussão conjunta dos dois primeiros pontos da Ordem de Trabalhos, foi posto à votação o Ponto Um, respeitante aos documentos de prestação de contas individuais do exercício de dois mil e quatro, tendo os mesmos sido aprovados, com dezassete milhões, vinte e sete mil e sessenta e seis (99,76%) votos a favor, zero votos contra e quarenta e um mil duzentos e vinte duas abstenções.

Em seguida, foi submetido a votação o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, respeitante aos documentos consolidados de prestação de contas do exercício de dois mil e quatro, tendo sido igualmente aprovados, com dezassete milhões, quarenta e dois mil, setecentos e setenta e dois (99,85%) votos a favor, zero votos contra e vinte e cinco mil quinhentas e dezasseis abstenções.

Passou-se, então, à apreciação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa submetido a discussão a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, do seguinte teor: Resultado líquido do exercício: 440.152.407,14 euros; Reserva legal: 22.007.620,36 euros; Dividendos: 338.000.000,00 euros; e Resultados transitados: 80.144.786,78 euros.

(...) A proposta do Conselho de Administração foi aprovada, com dezassete milhões, sessenta e sete mil e seiscentos e trinta e cinco (99,99%) votos a favor, um voto contra e seiscentos e cinquenta e duas abstenções.

(...)

Submetida à votação a proposta respeitante ao Ponto Quatro, relativa à apreciação da administração e fiscalização da sociedade, foi aprovado um voto de confiança ao Conselho de Administração e a cada um dos seus membros, bem como ao Fiscal Único, com dezassete milhões, sessenta e sete mil e oitocentos e vinte e sete (99,99%) votos a favor, um voto contra e quatrocentas e sessenta abstenções.

(...)

Aberta a discussão do Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos pelo Senhor Presidente da Mesa, relativo ao pedido de autorização para negociação de acções próprias e após esclarecimentos prestados sobre as finalidades preconizadas e à plena observação, pela Sociedade, das recomendações da CMVM sobre a matéria, foi submetida a votação a proposta apresentada pelo Conselho de Administração. A Assembleia deliberou autorizar o Conselho de Administração nos termos propostos, com dezassete milhões e cinquenta e oito mil e trinta e nove (99,94%) votos a favor, mil e cinquenta e um votos contra e nove mil cento e noventa e oito abstenções.

(...)

Por fim, passou-se à apreciação e discussão do Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, referente ao pedido de autorização para aquisição e alienação de obrigações próprias. Votada a proposta formulada pelo Conselho de Administração, a Assembleia deliberou aprová-la nos termos apresentados, com dezassete milhões, sessenta e seis mil seiscientos e oitenta e cinco (99,99%) votos a favor, mil e cinquenta e um votos contra e quinhentos e cinquenta e duas abstenções.
(...)

Lisboa, 31 de Março de 2005

O Secretário da Sociedade
António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho



www.edp.pt